

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA
Curso de História.

Johny Assunção Tomé

**Dos Barulhos do Duro aos ecos da memória: Clio e Calíope na
construção do romance *O Tronco* de Bernardo Élis.**

Uberlândia
2015

JOHNY ASSUNÇÃO TOMÉ

**Dos Barulhos do Duro aos ecos da memória: Clio e Calíope na
construção do romance *O Tronco* de Bernardo Élis.**

Monografia apresentada ao Instituto de História,
da Universidade Federal de Uberlândia, como
requisito parcial para obtenção do título de
bacharel em História.

Orientador. Dr. Gilberto Cezar de Noronha.

Uberlândia
2015

Termo de Aprovação.

JOHNY ASSUNÇÃO TOMÉ

Dos Barulhos do Duro aos ecos da memória: Clio e Calíope na construção do romance *O Tronco* de Bernardo Élis.

Monografia apresentada ao Instituto de História, da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em História.

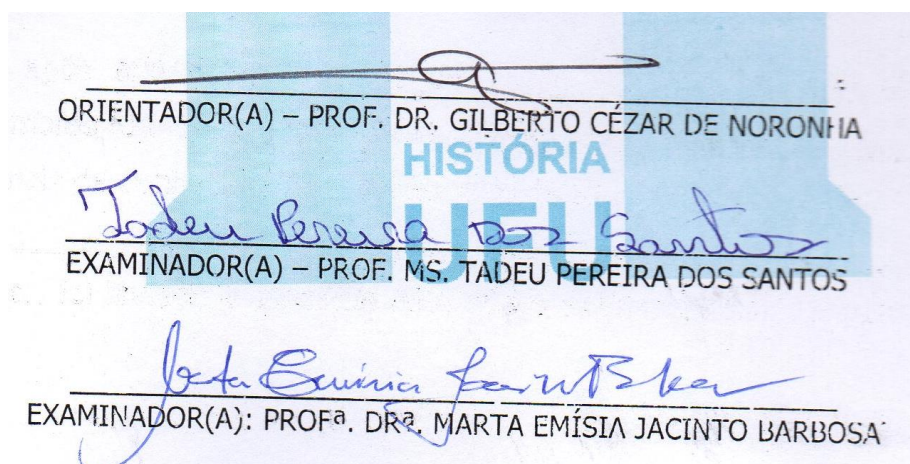
Uberlândia, 13 de Fevereiro de 2015.

Banca examinadora.

Orientador: Prof. Dr. Gilberto César de Noronha (UFU)

Prof. Ms. Tadeu Pereira dos Santos

Pr. Dr^a. Marta Emísia Jacinto Barbosa (UFU)



ORIENTADOR(A) – PROF. DR. GILBERTO CÉZAR DE NORONHA

EXAMINADOR(A) – PROF. MS. TADEU PEREIRA DOS SANTOS

EXAMINADOR(A): PROF^a. DR^a. MARTA EMÍSIA JACINTO BARBOSA

A Vicky, por seu amor incondicional! E a
minha amiga, Juliane Emiliano.

Agradecimentos:

A Vicky, por seu apoio, nunca me deixou desistir, sempre ficou ao meu lado, literalmente, sempre esteve muito próximo, em baixo da mesa do computador, preenchendo meus vazios sentimentais.

Aos meus pais (José e Rosa), pela ajuda em todos os momentos da minha vida.

Juliane Emiliano, Ju amiga, em nenhuma hipótese negligenciaria a importância dessa amiga incrível na minha caminhada. Agradecer a Ju é o momento mais complicado desse texto, não apenas dos agradecimentos, como de toda a monografia, pois me faltam vocábulos para expor sucintamente o carinho que tenho pela minha amiga, e a ajuda que recebi nos bons momentos e nos de dificuldades. No apoio aos meus sonhos, nas valiosas sugestões, não apenas na escrita do texto, pois os conselhos ultrapassam a pequena esfera da universidade, ampliando para outros aspectos da vida pessoal, profissional, psicológico, mostrando-me que viver, que o mundo é mais amplo que estudar, escrever textos, que existe vida fora do eixo profissional, acadêmico, mas que os estudos também são uma esfera importante. Não há contradição, estudar está envolvido no mundo amplo do viver, assim é importante, mas a vida não gira somente em torno dessa esfera. Dos diversos ensinamentos que tentei aprender e ainda tento com a minha amiga, a sua prova de amizade é o ato mais valioso que recebi, simplesmente pois a Ju não me bajula, não aplaude todas as minhas ações, em vez disso, me ajuda a observar o mundo real, expondo minhas ações confusas, impertinentes e insolentes, o choque de realidade, às vezes é duro, porém necessário, já que sem o amparo, o socorro da Ju, talvez o meu egocentrismo impediria a realização desse trabalho, e a continuação dos meus sonhos.

Impossível me esquecer das minhas miguxas, Kathleen Terra Figueiredo Angelim e Lidiane Aparecida Marques. Jamais imaginei que a natureza seria tão gentil comigo, colocando essas duas geógrafas incríveis no meu caminho. Quantas vezes desabafei, desabei em lágrimas após me sentir triste, cansado e estressado com essa monografia, com as disciplinas, e os problemas pessoais. Esses dois seres maravilhosos, hoje se tornaram as amigas em quem mais eu tenho confiança. Inclusive para sair aos prantos da sala do meu orientador, ou após as leituras das correções severas, quando eu corria em direção às miguxas, que sempre me motivaram, consolaram, e nunca me deixaram desistir. É incomum exclamar que amo minhas miguxas e a Ju, que as amo mais do que Kit Kat! Felizmente não gosto de padrões.

A Taísa, Taisinha, amiga que conheci na primeira semana de aula no curso, e que após cinco anos, continua tão próxima como no começo do curso.

A querida Fernanda Bom-Fim Castro, companheira do projeto, “O que fazem os historiadores quando redescobrem a literatura”. Aprendi muito com a Fêh, inclusive nos tornamos unidos para conversar fora das salas do Nephispo sobre temas referentes ao projeto, mas que não estão explícitos na programação.

Ao meu Orientador Gilberto Cezar de Noronha, que apesar de ser bastante severo, me auxiliou intensamente no trabalho, e eu já sabia que a sua orientação seria rigorosa, pois havia assistido aulas com esse professor, mas aprendi a compreender que a rigidez é inerente a sua vontade, então aprendi a conviver, e tentar corrigir os erros.

E em último lugar, mas não menos importante, à natureza, criadora do mundo, dos seres, e das forças que regem o cosmo (Deus).

Resumo

Esse estudo pretende discutir os Barulhos do Duro, disputa política ocorridos em São José do Duro, hoje Dianópolis TO, a partir da análise do romance *O Tronco* de Bernardo Élis, ambientado, entre 1918 e 1919. O romance de caráter político, narra a violência no interior de Goiás, a coerção, e os conflitos entre os clãs dominantes de São José do Duro, e da capital de Goiás, omissa ao mandonismo no interior de Goiás. A partir da análise do romance, exploro a narração dos Barulhos do Duro, sobre a ótica da repercussão do incidente na imprensa e na literatura do Tocantins que responde à versão dos fatos enunciada no romance de Bernardo Élis.

Palavras-Chave: Política; Estado; Poder; Conflito; Literatura e história; Bernardo Élis.

Abstract.

This study aims to discuss the noises of Duro, political dispute occurring in Sao Jose do Duro, today Dianópolis TO, from the analysis of the novel *O Tronco*, Bernardo Elis, set between 1918 and 1919. The novel of political character, tells the violence within Goiás, coercion, and conflict between the ruling clans of São José do Duro, and the capital of Goiás, missing the despotism within Goiás. From the novel analysis, I explore the narration of noises, on the perspective of the impact of the incident in the press and in the Tocantins literature that responds to the version of events set out in the novel Bernardo Elis.

Keywords: Politics; State; Power; Conflict; Literature and history; Bernardo Elis.

Sumário

Introdução	7
CAPITULO 1: Carisma, fronteira e sensibilidade literária, na obra “ <i>O Tronco</i> ”	17
1.1 – As raízes do autor d’O Tronco:	17
1.2 Coerção ou Carisma: a construção da imagem do coronel (Artur Melo) no romance O Tronco.	23
1.3 Fronteira econômica: o lugar dos Melos na dinâmica da produção.	31
1.4 A Comissão.	36
1.5 A crítica literária e o regionalismo de Bernardo Élis.	43
1.6 Considerações finais sobre o romance: E a história?	45
CAPITULO 2. Política e poder sob os olhos de Clio.	49
2.1. Uma tentativa de análise do clã Wolney.	49
2.2 A Construção do Poder: A vez de Abílio Wolney organizar a manutenção de governo Xavierista no Palácio Conde dos Arcos.	56
2.3- Estagnação econômica em Goiás na primeira república? Discussão historiográfica sobre a tese do atraso em Goiás.	59
2.4. O Jogo Político: Abílio Wolney oposição e situação do grupo político Caiado.	65
2.5. –A repercussão na imprensa da capital goiana dos Barulhos do Duro.	75
2.6 . A repercussão na imprensa do Distrito Federal dos Barulhos do Duro.	78
CAPITULO 3. <i>Os ecos dos Barulhos do Duro na literatura durense e suas apropriações</i>	85
Considerações Finais.	94
Rerreferencias:	97

Introdução

O Tronco (1956) é o quarto livro, e o primeiro romance, de Bernardo Élis que em 1975 foi eleito para a cadeira número 1 da Academia Brasileira de Letras. Entrei em contato com a obra (*O Tronco*) objeto desse estudo em setembro de 2013, após ouvir uma apresentação do grupo de estudos Nada Literal¹. Até aquele momento, desconhecia o grupo de estudos, e fiquei curioso e empolgado ao participar da discussão sobre o conto *A Biblioteca de Babel*, de Jorge Luís Borges². Após aquele momento entrei em contato com o professor coordenador do grupo, Gilberto César de Noronha, que gentilmente explicou-me que o objetivo do grupo é estudar as (in)tensas relações entre história e literatura. Na conversa informal, o informei que me interessava naquele momento pelas representações sociais do espaço, em especial pela análise da paisagem natural e transformada pela sociedade, tema esse pertinente à Geografia, ciência essa que desperta o meu frenesi.

Relacionado a estas questões, Noronha me sugeriu a leitura do romance *O Tronco*. Até aquele momento eu desconhecia o romance e o autor. Procurei o livro, e me surpreendi com a narrativa que se apresentava para além daquele título curto: até aquele momento, imaginava que o romance iria tratar de biologia, botânica, ou algo semelhante. Na verdade, tratava-se de um romance de cunho social crítico do coronelismo no Brasil, em especial em São José do Duro-GO, hoje Dianópolis TO. A leitura d'*O Tronco* foi uma experiência nova para mim, pois geralmente apenas leio romances intimistas.

Quando li o livro, tão logo me interessei pela história da disputa política no interior de Goiás protagonizada pelo coronel, advogado e político (Artur Melo) e seu pai (Pedro Melo), que após a morte do comerciante e amigo da família (Vicente Belém), teria omitido os bens do falecido no inventário enviado ao (Coletor Estadual³ Vicente Lemes), que era seu primo.

¹ Grupo de Estudo, vinculado ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em História Política (Nephispo-UFU) que busca debater, a partir de análises de obras literárias, as aproximações entre História e Literatura. <http://www.nephispo.inhis.ufu.br/>

² <http://antiliteral.blogspot.com.br/2013/07/4-jornada-literal-memoria-e.html>

³ Coletor Estadual é o funcionário responsável por cobrar o imposto sobre a mercadoria na fronteira, O romance se passa em 1918-19, quando a principal receita do estado de Goiás era a cobrança pela passagem de Gado. O coletor Vicente Lemes era o responsável por colher o imposto do gado vindo do Nordeste, pois São José do Duro situava-se na fronteira do Estado de Goiás, com a Bahia, Maranhão e o Piauí. Carvalho, Tereza Ramos de. Personagens em trânsito: A interlocução literatura e história social de Tocantins. São Paulo: Livrus Negócios Editoriais, 2013.

Vicente Lemes e Artur Melo são respectivamente protagonista e antagonista. Vicente Lemes é primo e concunhado de Artur Melo, caracterizado como um homem íntegro, honesto, escolhido por Eugênio Jardim para ocupar a Coletoria estadual no Duro, e fazer oposição ao seu primo. Oposição não no sentido estritamente político, mas com intuito de impedir os Melos de controlar a vila, a arrecadação de impostos, o favorecimento a amigos.

Vicente vive o dilema entre conciliar o trabalho e os interesses familiares, ou seja, entre impedir o domínio dos Melos e ao mesmo tempo sentir o afeto a família, seus laços afetivos, sua memória compartilhada, mas acima de tudo, os dilemas genealógicos. Ele acredita na justiça, na lei. Esse sentimento de justiça leva o coletor a impedir o domínio dos Melos, e a denunciar a violência dos parentes ao Estado de Goiás, que nomeia uma comissão de polícia para averiguar as acusações de banditismo [Melo são acusados de impedir as autoridades policiais de averiguar o inventário da viúva de Vicente Belém, com uso da coerção e violência contra as autoridades]. Porém mesmo após a invasão da polícia e a tentativa de prender Artur Melo, Vicente sente os laços familiares falarem mais forte, ou seja, o coletor não responsabiliza individualmente Artur Melo pela violência, mas os políticos⁴, responsáveis pela violência da polícia contra o próprio Vicente. No final da narrativa, Vicente “defende” Artur, que perdeu parte da família morte no tronco (instrumento de tortura) pela polícia, entretanto, seu primo Artur, acusa o de traição, por trabalhar e apoiar o governo de Goiás, o responsabilizando pela morte da família Melo.

Nessa perspectiva, o romance termina, com a fuga de Vicente Lemes, após Artur voltar a vila, com tropa de jagunços e afugentar a polícia, mas fugiu para proteger as mulheres na vila, os seus parentes (filha, esposa), da vingança de Artur Melo, pois o primo queria assassinar Vicente, por se colocar ao lado da polícia, e não ao lado de sua família.

O antagonista Artur Melo é retratado como político influente, inclusive no sul do Estado, uma vez que Totó Caiado e Eugênio Jardim se sentiram ameaçados com a possibilidade de Artur em eleição futura desbancar o grupo Caiado do poder do Estado. Por esta razão, teria impugnado a vitória de Artur à câmara dos deputados estaduais. No âmbito local, Artur é o mandão da vila, é o grande criador de gado, que busca desbancar

⁴ O coletor percebe que foi usado pelo centro do poder, pelos políticos. Percebe que a briga é apenas política, que os grupos políticos dominantes do Estado usam da polícia, da burocracia para eliminar seus inimigos, enquanto observam de longe a violência.

o primo e o juiz municipal Valério Ferreira, por serem aliados e empossados pelos Caiados, rivalizando com ele pelo mandonismo na vila.

No romance, Artur é exibido como o personagem que usa de todos os meios para concretizar seus objetivos, seja através da força e coerção, usando da violência contra a polícia, seja armando a tentativa de demissão do seu primo, induzindo-o a cobrar apenas metade do imposto sobre a passagem do gado, até que os vaqueiros se adaptassem. Em seguida, denunciando-o às autoridades da capital, por omitir impostos sobre o gado. Artur Melo é um coronel, que após a invasão da polícia que levou à morte de seu pai, se reúne com amigos coronéis do nordeste para invadir a cidade e retomar o poder. Essa personagem é movida pelo sentimento de poder e vingança, lutando pela retomada da hegemonia sobre a região, mesmo que para isso necessitasse se aliar a coronéis amigos e invadir a vila, num confronto direto com as forças representantes das oligarquias dominantes de Goiás.

O primeiro capítulo, “O Inventário”, inicia-se com Vicente Lemes e Valério Ferreira discutindo o inventário da Viúva de Clemente Chapadense, no qual teriam sido omitidos mais de 200 cabeças de gado, e dois sítios⁵. Ao analisar o inventário, Vicente teria percebido a estratégia de Artur Melo que armava para retomar o poder sobre a vila. Afinal, ele era o representante da viúva na condição de advogado, e se os bens fosse impugnados acusaria o primo e o juiz de perseguição: e se aceito fosse, acusaria a falha à burocracia da capital.

Ciente do estratagema, Vicente se recusou a aprovar o inventário. Os Melos retaliaram fechando a entrada da delegacia, colocando jagunços do lado de fora, impedindo a saída da burocracia (Juiz e coletor), até a liberação do inventário. Depois de várias horas sitiado, impaciente, o juiz Valério Ferreira convenceu Vicente a autorizar o inventário e após o ato, com sua autoridade dissipada, os dois abandonam a vila por falta de poder para cumprir suas funções e solicitam reforço policial do Estado.

O primeiro capítulo traz os elementos desencadeadores do enredo: tais acontecimentos provocam a formação da comissão policial, que por sua vez traz a invasão e mandado de prisão a Artur, que fugindo do cerco, reordena suas forças e ataca a vila, retomando o poder.

⁵ ÉLIS, Bernardo. **O Tronco**. 8. ed. — Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.p.4.

O segundo capítulo, “A Comissão”, trata justamente da comissão da polícia, vinda da cidade de Goiás liderada pelo Juiz Carvalho [Algusto César Carvalho de Arruda], que após a longa jornada pelo sertão, chega a São José do Duro. Com o reforço policial, Vicente e Valério solicitam aos Melos a devolução do inventário, através de barganha. O juiz Carvalho promete não prender os Melos, se devolvessem o inventário. Por sua vez, os Melos acenam para o acordo, prometendo dispensar o exército de jagunços. Porém, enquanto negociam, planejam uma emboscada para a polícia.

O Terceiro e quatro capítulos: “A prisão” e “O assalto”, narram a invasão da polícia à fazenda “Buracão”, dos Melos. No confronto, os soldados assassinam Joaquim Melo, pai de Artur, que foge para a Bahia. O juiz Carvalho, com receios de vingança, por sua vez, abandona a vila, deixando a polícia de prontidão.

Após a saída do juiz Carvalho, a narrativa apresenta em detalhes a truculência da polícia que não respeita a autoridade de Vicente, como líder outorgado pelo Senador e líder do arranjo político que governou Goiás entre 1912 e 1929, Antônio Ramos Caiado, também conhecido como Totó Caiado. Sem ter controle sobre a tropa, Vicente vê a polícia prender nove familiares de Artur no tronco como forma de barganhar a segurança da vila, receosos de um ataque de Artur Melo.

Anastácia, irmã de Artur Melo, solicita ajuda a seu primo Vicente Lemes, para proteger seu filho Tozão, preso em posse do soldado Alferes, e de seu marido preso no tronco. Neste episódio fica claro que Vicente não tinha mais controle sobre a polícia e, contrariando suas ordens, cavalgou até Artur Melo para informar que os parentes estavam presos no tronco e pedir que seu irmão [Artur Melo] para que não atacasse o vila, e assim, poupar a vida da família presa na tronco, contudo Artur nesse momento já havia se tornado prisioneiro de Abílio Batata [Coronel da Bahia, parceiro de Artur Melo na tentativa de desbancar a atuação da polícia], decidido em atacar, derrotar a polícia e afanar a vila, assim como havia sido acordado com Artur Melo, a espoliação por 6 meses da vila.

A polícia já havia enviado o Dr. Herculano, comerciante e amigo dos Melos para dissuadi o ataque, que havia se tornado prisioneiro dos Melos. Nessa prisma, a polícia já havia tentado a comunicação com Artur Melo, e buscou impedir o novo contato, com receio de Anastácia comunicasse que a polícia estava em menor número e com munições velhas, estragadas, “Qual nada. Chegando lá essa Anastácia vai contar

que os soldados estão numa medorréia danada, que as Comblains são velhas e imprestáveis, que a munição não presta”⁶.

A artimanha da polícia não funcionou: ao ser acatada, a polícia assassinou os reféns – os nove parentes presos no tronco –, e Artur Melo, ao lado de Abílio Batata e Roberto Dorado, amigos coronéis do nordeste de Artur, invadem a vila. E a polícia, com número limitado de homens não consegue resistir, enquanto Vicente e seus amigos Ângelo e Júlio de Aquino fogem para salvar a vida dos familiares deixados no Duro, pois Artur tinha a sanha de eliminar o primo e não a sua esposa e filha e Vicente, enquanto Artur Melo continua a manter o seu poder, a dominar a vila.

O romance, *O Tronco*, inicialmente, seria uma pesquisa sociológica sobre a região fronteira da Bahia, tanto em seu aspecto geográfico como social ou econômico-financeiro. Para isso colho farto material, mas quando parti para entrevistas com pessoas moradoras ou ex-moradoras no lugar, pessoas que participaram diretamente das lutas, encontrei na narrativa delas uma carga emocional tão intensa, tão poderosa que meus intuitos científicos foram absolvidos pelo meu pendor de ficcionista. E fiz, do que era uma pesquisa científica, um romance. O que me moveu a escrever o livro? Para denunciar o abandono em que jaziam as populações sertanejas, apenas lembradas para formar tropas do exército e para pagar alguns impostos, totalmente injustos e arrecadados brutalmente. O sertão vivia ao deus-dará, como área reservada para expansão do mercado capitalista do Rio de Janeiro, São Paulo e do litoral, mercado esse que explorava o sertão com impiedade maior do que fazia a antiga metrópole portuguesa. Para provar, basta considerar que o que havia em Goiás de civilização (1940) fora feito ainda ao tempo da colônia. Desde a independência que Goiás se tornou um mundo-da-lua, uma terra de ninguém, uma ficção geográfica, como diziam os mais eruditos. Foi para isso que escrevi *O Tronco*, para mostrar que um lugar contra tal estado de coisas, os dirigentes políticos, tanto municipais quanto estaduais e federais, o que faziam era lutar entre si em disputas fratricidas inúteis com o objetivo de se apropriarem do rendimento dos minguados impostos extorquidos aos pobres e desamparados. Enquanto durava tal panorama, jazia o sertão no maior atraso, num momento em que a civilização humana alcançava elevadíssimo desenvolvimento em outros pontos da terra, graças à exploração de nossas riquezas.⁷

O Tronco é um romance, mas bem poderia ser um ensaio sobre o coronelismo no Brasil, uma vez que retrata um acontecimento verídico ocorrido em 1918-19, no interior do país. Bernardo Élis, propôs escrever uma obra sociológica, mas ficou receoso que a estrutura de trabalho acadêmico, não o permitisse narrar claramente os acontecimentos em São José do Duro, preferindo transformar seu ensaio em um romance histórico, mas

⁶ ÉLIS, Bernardo. *O Tronco*. 8. ed. — Rio de Janeiro: José Olympio, 1988, p.182.

⁷ ÉLIS, Bernardo et al. *A vida são as sobras*. In: FREDERICO, Enid Yatsuda; LEÃO, Flávia Carneiro (Orgs). *Remate de Males: dossiê Bernardo Élis*. Campinas: Departamento de Teoria Literária – UNICAMP, 1997. p. 71-72.

sem a necessidade de comprovações de fontes, e de veracidade, mesmo que tenha sido estruturada por depósitos e pesquisas⁸.

Além do cunho político, o romance tinha um viés de denúncia: queria que o romance se tornasse exemplo das arbitrariedades que os coronéis cometem contra a população do interior, enquanto os governos estaduais eram coniventes com as práticas, esquecendo-se da população: essa última questão é o contexto do romance.

O Tronco (1956) foi à primeira obra literária a narrar os acontecimentos em São José do Duro, de 1918-1919, momento da intervenção policial. Posteriormente, em 1975, Osvaldo Póvoa, nativo do Duro, publicou outra versão dos Barulhos do Duro. Já no final do século XX e início do século XXI, descendentes (netos) de Abílio Wolney, Abílio Wolney Aires Voltaire, e Abílio Wolney Aires Neto através da literatura, elaboram outras versões da batalha buscando “limpar” o nome da família.

Na composição da obra, Bernardo Élis altera o nome de alguns personagens, pois construiu um romance histórico, mas sem a necessidade do compromisso com o “real” ocorrido.

Tabela 1: Tabela de correspondências entre sujeitos reais e personagens n’O Tronco (1956)

Sujeito real	Personagem do Tronco
Cel. Abílio Wolney	Artur Melo
Cel. Joaquim Aires Cavalcante Wolney	Pedro Melo
Coletor	Coletor Vicente Lemes
Juiz municipal Manoel Almeida	Juiz municipal Valério Ferreira
Juiz Celso Calmon Nogueira da Gama	Juiz Carvalho
Eugênio Jardim	Eugênio Jardim
Antônio Caboclo	Caboclo
Joaquina Fernandes (Sogra Abílio Wolney)	Benedita
Ana Custódia (Irmã de Abílio Wolney)	Anastácia
Maria Jovita (Esposa Cel. Joaquim)	Aninha
Agenor Cavalcante	Vigilato

Os acontecimentos trágicos de São José do Duro ficaram conhecidos como os “Barulhos do Duro”, inclusive, o próprio Bernardo Élis utiliza o termos Barulhos no romance, em vez de batalha, razão pela qual também utilizaremos o termo. A propósito, o dicionário Michaelis, da língua portuguesa, define o termos Barulhos como “*sm (der de **barulhar**)* 1 Grande bulha ou grande ruído. 2 Grande estrondo. 3Desordem,

⁸Bernardo Élis construiu a narrativa, a partir dos depoimentos do ex. coletor de impostos, Sebastião Brito de Guimarães, e do juiz que comandou a intervenção no Duro, Celso Calmon. Fonte. NETO, Abílio Wolney Aires. **No Tribunal da História**. Anápolis: Biblioteca Virtual AW Editor, 2002, p.11.

motim, tumulto. 4 Atrapalhação, confusão”⁹. No contexto do atrito entre a capital de Goiás, e os Coronéis Melo no romance, ou Wolney (personagem histórico) Barulhos é um tumulto, uma desordem política, que será utilizada para designar o conflito, que fez ruído no Duro, mas que também ecoou em outras partes do país, noticiado com destaque pela imprensa do município do Rio de Janeiro.

Nesse trabalho, consideramos a obra literária como um registro da vida, de sensibilidade, de paixões e desejos do autor e das suas posições políticas. Registro também que comporta as marcas do período histórico que a obra foi escrita, a qual o historiador que busca cifrar elementos verossímeis no texto, e não necessariamente verídicos. Apesar da relação evidente entre um fato ocorrido e os acontecimentos da narrativa, a literatura não tem compromisso de ser fiel com a realidade, mas apresenta metáforas cifradas de experiências do autor, de sentimentos, instituindo suas próprias realidades na construção do acontecimento literário.

Nessa perspectiva, Pesavento entende que Clio, ao estudar Calíope, busca não analisar o fato em si, não o real possível, mas resgatar possíveis verossimilhanças ao observar as expressões no texto, de como as pessoas agiam, o que pensavam, o que desejavam. Assim, mais do que um registro fiel dos acontecimentos, *O Tronco* se faz importante porque é um acontecimento linguístico que constrói cenas que poderiam ter acontecido, verossímil, que ao mesmo tempo em que se baseia num acontecimento real, suspende-o ao propor ficcioná-lo.

Em projeto de pesquisa sobre as relações entre História e literatura na pesquisa acadêmica brasileira¹⁰, temos observado que os historiadores têm se utilizado da literatura mais como fonte [de informação] do que procurado compreendê-la como lugar de produção de sentidos, de realidades. Nesse trabalho, ou melhor, no primeiro capítulo uso o romance como imagens de mundo, considerando que.

[...] O texto literário atinge a dimensão da “verdade do simbólico”, que se expressa de forma cifrada e metafórica, como uma forma outra de dizer a mesma coisa. A literatura é, pois, uma fonte para o historiador, mas privilegiada, porque lhe dará acesso especial ao imaginário, permitindo-lhe enxergar traços e pistas que outras fontes não lhe dariam. Fonte especialíssima, porque lhe dá a ver, de forma por vezes cifrada, as imagens sensíveis do mundo. A literatura é narrativa que, de modo ancestral, pelo

⁹ DICIONÁRIO **Michaelis**. São Paulo: Melhoramento, 2008. Disponível em: <www.uol.com.br/michaelis>. Acesso em: 01 Jan. 2014.

¹⁰ Projeto do Programa de Bolsas de Graduação - DIREN/ PROGRAD/ 2013-2014 **O QUE FAZEM OS HISTORIADORES QUANDO (RE)DESCOBREM A LITERATURA? As relações de Clio e Calíope na pesquisa acadêmica brasileira (1990-2010)**. Participo do projeto, desde o início do Junho de 2014.

mito, pela poesia ou pela prosa romanesca fala do mundo de forma indireta, metafórica e alegórica. Por vezes, a coerência de sentido que o texto literário apresenta é o suporte necessário para que o olhar do historiador se oriente para outras tantas fontes e nelas consiga enxergar aquilo que ainda não viu¹¹.

A partir da abordagem da literatura, e das suas metáforas, o diálogo com o texto literário possibilita a leitura diferente, com novas perguntas as outras fontes. Sobre esta característica metafórica do texto literário, Chartier já assinalou que Calíope deve romper com a atitude espontânea de pensar que todas as obras, gêneros em suas diferentes linguagens exigem os mesmos critérios de análise. A análise histórica da obra literária deve também considerar que a obra passa por negociações com editoras, mercado, público. Importa o texto, mas também o contexto de produção da obra, e “práticas de mundo” contidas no texto, as negociações para a publicação, as expectativas de público alvo, o texto construído, as formas de leitura, e as manipulações no texto, novamente, as metáforas, os sentidos contidos e cifrados na Clio¹².

Michel de Certeau, ao cuidar da operação historiografia¹³, reflete sobre as escolhas das fontes e as possibilidades de análises, a partir do local de onde o historiador fala, e também para pensar o local onde as fontes estão, e o lugar de onde a fonte fala, quando interrogamos que m a produziu, quando, os porquês. Contudo, o local de onde o historiador constrói suas questões é um fator importante, que interfere nas escolhas.

Nesse trabalho, a pretensão é abordar a literatura como fonte literária, e como agente de sentimentos e frustrações de um período. Contudo, o trabalho historiográfico, apesar de ser um texto, busca a partir de interpretações de fontes, chegar a hipóteses de mundos possíveis. Assim partiu-se da obra literária no primeiro capítulo, mas utilizando outras fontes para tentar compreender os diversos sentidos e contextos com os quais a obra dialoga, como relatórios do presidente no período dos Barulhos (1918-9) do Estado de Goiás, João Alves de Castro, trechos dos relatórios do juiz Celso Calmon Nogueira da Gama, equivalente ao Juiz Carvalho no romance, e de cartas de Abílio Wolney, equivalente a Artur Melo no romance, contidos na obra **Poder e Paixão: A saga dos Caiados, da historiadora**, Lena Castello Branco Ferreira de Freitas, também utilizo

¹¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e literatura: uma velha nova história**. Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Debates, 2006. [online]. Disponível em 28 Novembro 2014. URL: <http://nuevomundo.revues.org/1560>. Acesso em 19 de janeiro 2012. p. 8.

¹² HANSEN, João Adolfo. **Debate com CHARTIER, Roger. História e literatura**. Topoi. Rio de Janeiro, n. 1, 2000.

¹³ CERTAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Universitária Forense, 1982

telegramas de coronéis próximo ao Duro e a Barreiras BA. Publicados na imprensa carioca e goiana, e matérias nos jornais sobre a repercussão dos Barulhos.

É importante dizer que o acesso às fontes tem também sua marcação histórica: a globalização, a revolução tecnológica do fim do século XX, na era do Toyotismo, e da informática possibilitaram a realização desse trabalho. A Hemeroteca Digital Brasileira, da Biblioteca Nacional, possui diversas obras digitalizadas, entre essas, periódicos da imprensa do início do século XX, que é a primeira temporalidade em que se passa esse trabalho (1918-9)¹⁴. Sem tais periódicos digitais dificilmente seria possível elaborar esse trabalho, já que visitar os arquivos *in loco*, estavam fora das possibilidades materiais de desenvolvimento desta pesquisa: Dianópolis, no Tocantins, é distante do Estado Minas Gerais. Além disso, dos periódicos pesquisados, grande parte, é da cidade do Rio de Janeiro, que também é distante, dificultando a abordagem.

O trabalho foi dividido em três capítulos. No primeiro trago o romance *O Tronco* suas temporalidades, os destaques feitos em relação às questões comerciais, e o contexto da obra, observando que Élis, propõe, inclusive no trecho observado acima a crítica ao poder (Poder e política, como nos lembra Falcon, são irmão siameses)¹⁵, ao coronelismo e os agentes políticos permitem os desmandos dos líderes locais no sertão, e o esquecimento da população, excerto nos períodos de eleições e na cobrança de impostos. Também, observo a lógica da política, como possível motivadora do romance, visto que Bernardo Élis vivenciou a alteração da capital, e os discursos da modernidade durante o Estado Novo, inclusive foi funcionário desse Estado, assim busco analisar o discurso de mudança de capital e esquecimento das velhas oligarquias políticas goianas, como forças “inspiradoras” a Élis criticar “os decadentes grupos políticos” goiana da primeira república, através do romance de cunho social.

No segundo Capítulo contextualizo a oligarquia Wolney, e a política no Estado de Goiás, a partir de 1900, quando Xavier de Almeida se elege presidente de Goiás, e busca e melhorar a arrecadações de impostos. Nesta conjuntura, Abílio Wolney será importante elemento político, para a permanência no poder do arranjo político Xavierista. Abílio Wolney também se destaca no movimento de maio de 1909, ao romper com a situação, o arranjo Xavierista ao auxiliar Caiados e Bulhões na invasão da

¹⁴ A segunda temporalidade é 1956. Período da publicação do livro, a análise do contexto de produção da obra.

¹⁵ FALCON, Francisco. **História e Poder**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

capital, para retirar do Partido Republicano Federal de Goiás, ligado aos Xavierista. Também observo que nesse período, Abílio Wolney se vincular ao Partido Democrata (Partido de Caiado), e em 1912, desliga-se do grupo político Caiado, que governou Goiás, entre 1912-1929. Desde então, Wolney passa a fazer parte da oposição, se aproximando do Partido Republicano de Goiás, também conhecido como Centro Republicano, e do senador Gonzaga Jayme. Abílio Wolney, a partir de 1912, torna-se oposição, tendo como consequência a perda do mandato de deputado Estadual, o fim do controle sobre a burocracia na Vila do Duro e a tentativa impor a burocracia do estado e impedir a mandonismo na Vila, que culmina no incidente que ocupa o romance de Bernardo Élis. Após narrar a intriga entre polícia e os Wolney, parto para a análise da repercussão da disputa na imprensa de Goiás e do distrito federal (Rio de Janeiro). Assim, esse capítulo gira em torno da construção de poder dos Wolney no norte de Goiás, o apoio aos governos de Goiás em troca de cargos públicos.

Por fim, no terceiro capítulo trago, as (re)apropriações desse acontecimento que dialogam com a versão instituída pelo romance de Bernardo Élis. As novas literaturas do Tocantins sobre Os Barulhos do Duro, respondem e criticam o romance *O Tronco* (1956), acusando Élis de perseguição política a Abílio Wolney. Estes novos textos, são produzidos na sua maioria por descendentes de Abílio Wolney, que buscam limpar o nome da família. Porém, a circulação dessas obras são restritas ao Tocantins, ao contrário da de Élis, mais conhecida no estado de Goiás.

CAPÍTULO 1: Carisma, fronteira e sensibilidade literária, na obra “O Tronco”.

Não tenho culpa — gritou Joana —, acredite ... Está gravado em mim que a solidão vem de que cada corpo tem irremediavelmente seu próprio fim, está gravado em mim que o amor cessa na morte... Minha presença sempre foi essa marca. Clarice Lispector. (Perto do Coração Selvagem)

Na própria vila do Duro, residência dos Melos, aí mesmo o Governo contava com dois homens de valor: um era o Juiz Municipal, Valério Ferreira; o outro, o Coletor Estadual, Vicente Lemes, pessoa de confiança de Eugênio Jardim¹⁶.

Nesse capítulo pretende-se analisar a representação dos Barulhos do Duro, no romance *O Tronco* (1956), construído a partir da interpretação que Bernardo Élis faz sobre a disputa política entre a Capital e o Interior, ou seja, a intervenção policial na Vila de São José do Duro. Assim pretendo observar a construção do personagem protagonista (Coletor Vicente Lemes) e a antagonista (Coronel patenteado, advogado, ex. deputado Artur Melo), porém antes estudo as raízes do literato Bernardo Élis.

1.1 – As raízes do autor d’O Tronco:

Bernardo Élis Fleury de Campos Curado, filho do poeta Érico José Curado e de Marieta Fleury Curado, pertenceu a importante família goiana, os Curado, de origem portuguesa, ligada as “memórias” do império¹⁷.

Conforme seus dados biográficos oficiais, apresentados pela Academia Brasileira de Letras, onde ocupou a cadeira número 1 em 1975 até a data de sua morte (1997), Bernardo Élis, nasceu em Corumbá de Goiás, [Leste goiano] em 1915. Iniciou seus estudos na casa dos pais. Em 1923, se mudou para a capital do Estado (Goiás) Posteriormente retornou a Corumbá, e aos 12 anos de idade, já escrevia seu primeiro conto, *Assombramento*, inspirado em homônimo de Afonso Arinos.

Vivenciou a transição da transferência a Capital do Estado para Goiânia, que segundo os mudancistas, a cidade colonial representava o atraso, o passado do Estado dirigido por coronéis. Chaul aponta que o interventor de Vargas em Goiás, Pedro

¹⁶ ÉLIS, Bernardo. *O Tronco* -10. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008, P.8.

¹⁷ PAULA, Gabriel de. *Bernardo Élis: de Corumbá de Goiás ao mar*. 2014. Dissertação (Mestrado) - Curso de História. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2014. Disponível em: <[http://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/3554/5/Dissertacao Gabriel de Paula - 2014.pdf](http://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/3554/5/Dissertacao%20Gabriel%20de%20Paula%20-%202014.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2014.

Ludovico, teria proposto a construção da nova capital, tanto pela questão do atraso da economia, voltada a agricultura e pecuária, como por motivações políticas, já que com a transferência, visava enfraquecer as influências das antigas oligarquias coronelistas, em especial a Caiado, que de 1909 a 1929 governava o Estado. Segundo o autor.

Atacar [a cidade de] Goiás era uma forma de atacar os Caiado; era uma maneira de atacar o núcleo de poder da Primeira República. Paralelamente, armava-se uma sintonia com os anseios econômicos dos grupos políticos do sul e do sudoeste do Estado.¹⁸

Para Palacin, a nova capital significaria a construção de novas perspectivas para o estado vivenciada “como libertação do passado e como criação de um mundo novo”¹⁹. Distante das antigas oligarquias e mais próximo a Estrada de Ferro, a nova capital possibilitava dinamizar a economia do sul e sudeste goiano, aproximando o Estado de Goiás ao “centro sul do país”²⁰, “mais do que uma capital para o Estado, pensava-se numa capital para o Sul e o Sudoeste, isto é, para o centro econômico de Goiás”²¹.

A transferência da capital é um assunto fértil para os goianos, e Élis vivenciou essa mudança na estrutura administrativa, já que foi inclusive prefeito substituto de Goiânia²². No seu romance, *O Tronco*, Élis não aborda diretamente o assunto, porque a temporalidade de romance é anterior ao Estado Novo, e consequentemente a transferência da capital (Decreto de lei nº 1816, assinada em 23 de março de 1937²³, autorizando a mudança de capital, mas que só se concretizou oficialmente em 1942, com a inauguração de Goiânia²⁴). A mudança de capital foi orquestrada pelo interventor

¹⁸CHAUL, Nasr Fayad. **Dossiê cidades planejadas na hinterlândia: Goiânia: a capital do sertão**. Goiânia: Ufg, jun. 2009.

Disponível em: <http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/junho2009/goiania.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2013.

¹⁹ PALACIN, Luís. Fundação de Goiânia e desenvolvimento de Goiás. Goiânia: Oriente, 1976, p23. a.pud. SILVA, Genilder Gonçalves da; MELLO, Mello de. A Revolução de 1930 e o discurso da ruptura: Goiânia e a Marcha para o Oeste. *Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade*, v. 1, 2013. p. 67.

²⁰ SILVA, Genilder Gonçalves da; MELLO, Mello de. **A Revolução de 1930 e o discurso da ruptura: Goiânia e a Marcha para o Oeste**. *Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade*, v. 1, 2013. p.69.

²¹SILVA, Ana Lúcia da. **A Revolução de 30 em Goiás**. 1982. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História da FFLCH/USP, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1982, p. 184. Apud. SILVA, Genilder Gonçalves da.; MELLO, Mello de. A Revolução de 1930 e o discurso da ruptura: Goiânia e a Marcha para o Oeste. *Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade*, v. 1, 2013. p.69.

²²Academia Brasileira de Letras. **BERNARDO ÉLIS Biografia**. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=354&sid=90>>. Acesso em: 20 out. 2014

²³ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. **IBGE Cidades**. Goiânia. Disponível em << <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/goias/goiania.pdf>>>. Acesso 01 Jan. 2015

²⁴ CHAUL, Nasr Fayad. **Dossiê cidades planejadas na hinterlândia: Goiânia: a capital do sertão**. Goiânia: Ufg, jun. 2009, p.109.

do Estado novo em Goiás, Pedro Ludovico, mas mesmo que a temporalidade do romance e da mudança de capital sejam distintas, o literato aponta no romance, questões pertinentes à fronteira do atraso e progresso²⁵ que compuseram o discurso mudancista.

Nas palavras de Unes, Bernardo Élis foi um escritor que teve o privilégio (ou dissabor) de ser testemunha das grandes mudanças ocorridas no Centro-Oeste ao longo do século XX, assim.

A partir da mudança da capital de Goiás, passando pela construção de Brasília, e culminando na inserção definitiva da região na economia nacional, sua sensibilidade política e de escritor permitiu-lhe perceber essas mudanças e usá-las como pano de fundo de grande parte de suas obras”²⁶.

Na primeira república, o Estado de Goiás possuía pouca representação política devido ao pequeno número de eleitores. Quase nenhuma representação econômica pouco modificada pela pelas disputas locais, as oligarquias Bulhões e Caiados, segundo leituras clássicas da historiografia goiana²⁷, interessavam-se em manter o atraso na região, que contemplava seus planos de dominação e continuação no poder político. O Estado era caracterizado pela política dos coronéis.

Bernardo Élis, vivenciou a mudança política no Brasil e em Goiás, com o Estado Novo, nesse período, em 1936, Élis inicia sua vida pública. Nomeado a escrivão da polícia de Anápolis, e em 1939²⁸, migra para a capital, ainda não inaugurada

Disponível em: <http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/junho2009/goiania.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2013.

²⁵ A transferência da capital do Estado de Goiás é um assunto delicado que não será aprofundado neste trabalho, mas aos leitores que pretendem aprofundar nas intrigas da construção de Goiânia, a bibliografia básica sobre a temática é composta em especial por historiadores, cientistas políticos e sociais ligados à Universidade Federal de Goiânia. Cf. BORGES, Barsanulfo Gomides. *O Despertar dos dormientes: Estudo sobre a estrada de ferro Goiás e seu papel nas transformações das estruturas regionais: 1909-1922*. Goiânia; Cegraf, 1990; CAMPOS, Francisco Itami. *Mudança da capital: uma estratégia do poder*. Cadernos do Indur(Goiânia), n. 2, 1980; CHAUL, Nasr Fayad. *A construção de Goiânia e a transferência da capital*. Goiânia: editora da UFG, 1999; *Caminhos de Goiás da construção da decadência aos limites da modernidade*, Goiânia: editora da UFG, 1997; _____. *Dossiê cidades planejadas na hinterlândia: Goiânia: a capital do sertão*. Goiânia: UFG, jun. 2009; ESTEVAM, Luis Antônio. O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás. Goiânia: UCG, 2004; PALACIN, Luiz. *Fundação de Goiânia e desenvolvimento de Goiás*. Ed. Oriente. Goiânia – 1976; SILVA, Ana Lúcia da. *A Revolução de 30 em Goiás*. Goiânia: UFG, 1983, p. 141. Tese (Doutoramento).

²⁶ UNES, Wolney. Bernardo Élis, vida em obras. 1. ed. Goiânia: Agência Goiana de Cultura, 2005. v. 1. p.8. Apud. Bandeira, A. M. **Fronteira e natureza na obra de Bernardo Élis** (Dissertação de Mestrado em Sociedade, Tecnologia Meio Ambiente – Anápolis: Centro Universitário de Anápolis – UniEvangélica, 2014.p.24.

²⁷ CAMPOS, Francisco Itami. DUARTE, Arédio Teixeira. **O Legislativo em Goiás: História e Legislaturas**. Goiânia : Assembleia Legislativa de Goiás, 1996

²⁸ Academia Brasileira de Letras. **BERNARDO ÉLIS Biografia**. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=354&sid=90>>. Acesso em: 20 out. 2014

oficialmente Goiânia, onde participou da administração do prefeito²⁹, Venerando de Freitas Borges, nomeado pelo interventor Pedro Ludovico.

Em 1942, após concluir em 1940 o “concluiu o curso clássico no Liceu de Goiânia”³⁰, Bernardo Élis muda-se para o Rio de Janeiro, para alavancar sua carreira literária, sem conseguir o sucesso esperado, Élis retorna para Goiás. Ao retornar a Goiás, passa a contribuir com artigos para a revista Oeste³¹. Em 1944, [De volta a Goiânia] publica sua primeira obra [contos], *Ermos e Gerais*, que foi sido aclamado pela crítica.

O sucesso do livro de contos teria levado Élis a participar do 1º Congresso de Escritores de São Paulo, onde conheceu Monteiro Lobato, Mario de Andrade, Aurélio Buarque de Holanda, que ajudaram na divulgação da literatura de Élis³². Sua consagração como escritor se deu em 1975 quando, atuando como professor de literatura da Universidade Federal de Goiás foi eleito para a cadeira número 1 da Academia Brasileira de Letras.

Importante considerar que o autor foi o primeiro e o único goiano eleito para a ABL, por sua produção assentada nas temáticas regionais goianas, num período em que o regionalismo se expandia com a temática do nordeste³³. Enquanto nomes expoentes da Terceira geração do modernismo, expunham a vida urbana, inovada pelo intimismo de

²⁹ Academia Brasileira de Letras. **BERNARDO ÉLIS Biografia**. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=354&sid=90>>. Acesso em: 20 out. 2014

³⁰ Academia Brasileira de Letras. **BERNARDO ÉLIS Biografia**. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=354&sid=90>>. Acesso em: 20 out. 2014

³¹ Bernardo Élis contribuiu com 13 artigos a revista, sendo 2 em 1942, 7 em 1943 e 4 em 1944. Nepomuceno aponta que a revista inicialmente foi planejada para publicar textos literários, mas que em 1943, no segundo fascículo foi redefinida para *Revista de Divulgação Cultural*. A revista ao longo dos fascículos alterou seus objetivos, inicialmente pretendia divulgar texto de jovens literatos goianos, com direção de Zecchi Abrahão, mas a partir do 2º fascículo de março de 1942 a março de 1943, a revista passou a ser organizada por Gerson de Castro Costa, conciliou a publicação de artigos literários, culturais e políticos, com princípios do Estado Novo, e na última fase, após março de 1943 a 1944, Oeste foi organizada por Vasco dos Reis Gonçalves, passando a publicar artigos voltados a vertentes políticas, ao Estado Novo e a mudança da Capital de Goiás para Goiânia. Bernardo Élis publicou artigos e contos. “NEPOMUCENO, Maria de Araújo. **A revista "Oeste": seus intelectuais, a organização da cultura e modernidade em Goiás (1942-1944)**. In: V Congresso Brasileiro de história da Educação, 2008, Aracaju. **O ensino e a pesquisa em História da Educação**. Aracaju: UFSE; UNIT, 2008. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/838.pdf>>. Acesso 27 Dez 2014.

³² VIEIRA NETO, Henrique José. **O Tronco: obra literária de Bernardo Élis (1956), filmica de João Batista de Andrade (1999) e as conexões possíveis entre cinema, literatura e história**. 2010. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010. Disponível em: <<http://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/1385/1/TroncoObraLiteraria.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2014.

³³ Bernardo Élis foi promissor em levar o Estado, o regionalismo do oeste ao “centro” o país, posteriormente a ele vieram Guimarães Rosa e Mário Palmério.

Clarice Lispector, Élis narrava a história de Goiás, e da população sofrida do Estado, utilizando de linguagem coloquial, para descrever através da ficção as experiências distantes do centro, representada como realidade esquecida pelo Estado. A produção do autor, e em especial *O Tronco*, escrito em 1956, expõem a crítica do autor à dicotomia centro e periferia: temática recorrente na avaliação do estado de Goiás, na periferia esquecida pelos três poderes legislativo, executivo e judiciário, vivenciando a miséria e a decadência em meio a violência e ao mandonismo dos coronéis³⁴.

Conforme observou Áurea Bandeira as obras de Élis sobre a abertura da fronteira existente entre Goiás, e o centro Sul e o Nordeste, expôs o centro oeste, Goiás, à crítica especializada, e ao público no Centro Sul, difundindo a literatura Goiânia, para além do estado. “Em todos os seus livros destacou o espaço e a história desse “Oeste” em suas obras”³⁵. Como ninguém, teria sabido retratar a cultura do interior do Brasil, evidenciando o modo de vida do povo dessa região. Escritor irreverente, despreocupado das regras pré-estabelecidas das normas da gramática padrão³⁶.

Bernardo Élis, no conceito de Gramsci³⁷, tem sido interpretado como um legítimo intelectual orgânico³⁸, que através da ficção, da literatura se engajou em prol da população, e tornou conhecido o atraso goiano ao restante do país. O engajamento do

³⁴ ÉLIS, Bernardo et al. **A vida são as sobras**. In: FREDERICO, Enid Yatsuda; LEÃO, Flávia Carneiro (Orgs). Remate de Males: dossiê Bernardo Élis. Campinas: Departamento de Teoria Literária – UNICAMP, 1997

³⁵ BANDEIRA, Áurea Marchetti. **Fronteira e Natureza na Obra de Bernardo Élis**. 2014. 87 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente, Centro Universitário de Anápolis - Unievangélica, Anápolis, 2014. p. 24. Disponível em: <http://www.unievangelica.edu.br/files/images/AUREA_MARCHETTI_BANDEIRA.pdf>. Acesso em: 25 dez. 2014.

³⁶ BANDEIRA, Áurea Marchetti. **Fronteira e Natureza na Obra de Bernardo Élis**. 2014. 87 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente, Centro Universitário de Anápolis - Unievangélica, Anápolis, 2014. p. 24. Disponível em: <http://www.unievangelica.edu.br/files/images/AUREA_MARCHETTI_BANDEIRA.pdf>. Acesso em: 25 dez. 2014.

³⁷ Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo e de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político cultural [...] (GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Trad: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982, p.3)

³⁸ Para Gramsci todos são intelectuais, mas nem todos desenvolvem as “funções” de intelectual orgânico. A sociedade civil é composta pelas reivindicações dos diversos grupos na sociedade, e o intelectual orgânico nessa sociedade constitui o elo de ligação entre a classe que o intelectual orgânico representa e o Estado, mobilizando os instrumentos, (elementos, integrantes) da classe para reivindicar seus interesses, construídos em conjunto. Assim, a sociedade civil é instrumentada pelos diversos interesses dentro da sociedade (Estado, grupos hegemônicos, Grupo de trabalhadores.).

autor, talvez venha da sua militância no PCB (Partido comunista do Brasil), membros desde antes de Ermos e Gerais³⁹.

Embora o goiano, Bernardo Élis é consagrado pela crítica por seu estilo linguístico de misturar linguagem regional, com curta⁴⁰ no entanto suas obras ainda são pouco lidas fora do Estado de Goiás, e pouco estudadas, com exceções de pesquisas no Estado. Diferente de outros autores regionalistas, como Guimarães Rosa, por exemplo.

Bernardo Élis, como intelectual orgânico foi um organizador da população, através da literatura, retratando as raízes políticas do Brasil, e de Goiás, e a “má” vida dos brasileiros, assim, mesmo que o seu espaço de mobilização fosse limitado a Goiás, onde é conhecido, esse fato não descredencia a militância de Élis, e sua tentativa de organizar e mobilizar a população goiana.

O fato é que Bernardo Élis estava ligado às novas gerações que contestaram a velha oligarquia goiana, sob o apoio dos desdobramentos do Movimento de 1930, e retratava o interior do país sob uma nova perspectiva, compreendendo a forma de fazer política como superada ou, senão na prática, pelo menos como horizonte de expectativas. Desde, pelo menos a obra clássica de Sérgio Buarque de Holanda, tais expectativas eram o rompimento com as raízes coloniais e com os modos tradicionais de fazer política. Entretanto, a tática discursiva de Bernardo Élis não será propor arrancar nossas raízes, mas construir uma representação literária do tronco – a parte visível do sistema.

³⁹ [...]Falaremos de um acontecimento que me marcou definitivamente sob o ponto de vista social, sentimental, histórico, político etc. Tal acontecimento se deu em 1943/45 – foi meu ingresso no Partido Comunista do Brasil Fiquei convencido que o marxismo, o comunismo, seria uma renovação para a humanidade, bem como a psicanálise, sem embargos das contradições entre as duas doutrinas. Com os dados que possuía sobre sociologia, política, etc. Passei a formular profundas e minuciosas críticas sobre a realidade social em que vivíamos, estendendo a crítica ao Brasil inteiro. Passei então a notar o quanto em Goiás estávamos afastados do mundo moderno, pude aquilatar o nosso atraso, pobreza, falta de saúde, de instrução, de recursos para utilizar do enorme avanço tecnológico alcançado por outros povos do mundo. NA verdade, nem existia aqui um poder nacional; éramos a pior das colônias do Rio de Janeiro e São Paulo, os quais eram colônias dos Estados Unidos e Europa[...] Tentei mudar-me de Goiás (1942) e viver no Rio ou em São Paulo, lugares quais percebi também que a vida era má, a pobreza e a ignorância enorme [...] Tentei (tentado pelo marxismo) fazer da literatura uma arma de denúncia contra semelhante situação social [...]ÉLIS, Bernardo et al. **A vida são as sobras**. In: FREDERICO, Enid Yatsuda; LEÃO, Flávia Carneiro (Orgs). *Remate de Males: dossiê Bernardo Élis*. Campinas: Departamento de Teoria Literária – UNICAMP, 1997p.57-61

⁴⁰ Nas palavras de Farias sobre a crítica especializada a literatura de Bernardo Elis “A linguagem regional, sobretudo a transposição da oralidade; o caráter de documentário das gentes e costume de Goiás, que marcou a obra; seu caráter de literatura de denúncia ou cunho social.” (FARIA, Zênia de. **Aspectos da recepção crítica da obra de Bernardo Elis**. Signótiwa Revista do Mestro Em Letras, CEGRAF/UFG:Goiânia, v. 01, 1988, p.155.

1.2 Coerção ou Carisma: a construção da imagem do coronel (Artur Melo) no romance *O Tronco*.

Os dois personagens centrais (protagonista e antagonista) no romance *O tronco* são inspirados por dois sujeitos históricos do norte goiano Artur Melo (inspirado em Abílio Wolney) e Vicente Lemes (inspirado em Sebastião Brito). O primeiro já foi considerado como verdadeiro líder carismático, nos termos de Max Weber. Segundo Antônio Filho da Silva Machado.

No início do século, o poder coronelista de Abílio Wolney já havia se consolidado. Através do poder econômico, de certo carisma e principalmente pela capacidade de arregimentar força, sua liderança na região era indiscutível. Essa posição garantiu-lhe um mandato de deputado estadual, ainda no final do século XIX [...] ⁴¹.

Embora, esta abordagem tipificadora possa ser redutora da análise do sujeito histórico (Abílio Wolney), considerando que o romance utiliza como recurso a tipificação, poderá ser pertinente considerar tal associação na construção que Élis faz de seu correspondente na ficção: o coronel Artur Melo. Seria ele um típico coronel carismático, nos termos weberianos?

Weber foi o primeiro sociólogo a definir o conceito de carisma. Ao analisar a formação do Estado Moderno, e a centralização do poder nas “mãos” de um líder político, a partir da extirpação dos exércitos privados, e a concentração da força através da criação da burocracia para centralizar as ações do comando e a criação do monopólio da violência. Segundo ele, o Estado moderno caracteriza-se pela centralização a partir da burocracia. A organização burocrática seria uma evolução do sistema capitalista e do Estado Moderno, os dois se complementam, e constroem a distinção entre as esferas pública e privada, que complementam a racionalização do Estado, e permitem o fortalecimento das instituições burocráticas, da centralização à força, da criação de instrumentos para controlar a balança comercial.

[...] Fenômenos complexos como o desenvolvimento da economia financeira moderna, a racionalização do direito, a democratização (que ele denomina "fenômeno de massa"), a extensão da intervenção estatal aos domínios mais diversos das atividades humanas e, sobretudo, o desenvolvimento da racionalização técnica ⁴².

⁴¹ MACHADO, Antônio Filho da Silva. **Poder Político versus Poder Privado: Coronelismo na Primeira Metade do Século XX no Tocantins**. In. GIRALDIN. O. (org.). A (trans)formação histórica do Tocantins. Goiânia: Ed. UFG, 2º. Ed.2004, p.294

⁴² FREUND, Julien. Sociologia de Max Weber. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003p.171-172. Apud: OLIVIERI, Cecília. **Os controles políticos sobre a burocracia**. *Rev. Adm. Pública* [online]. 2011, vol.45, n.5, p. 1400. ISSN 0034-7612.

Weber distingue três tipos ideais de poder, tipos hipotéticos, que são analisados a partir de estudos, observações de casos reais, não são hipóteses, mas comparações de fenômenos semelhantes. Os três poderes caracterizados são o tradicional, o carismático e o racional, dentro dos Estados Nacionais. O tipo tradicional seria caracterizado pelo poder da tradição, da virtude, “A autoridade não pertence a um superior escolhido pelos habitantes do país, mas sim a um homem que é chamado ao poder em virtude de um costume”⁴³, governando a partir da tradição, e não especificamente de leis; o domínio racional legal, que caracteriza o Estado racional moderno, que o líder governa a partir de regimentos, leis, ou seja, do direito, julgado e constituído pela “justiça” que administra os interesses a partir da burocracia; e o poder carismático, que caracteriza pelo heroísmo, pelos atos dignos de um homem, ou seja, é a característica de um homem com façanhas que é exemplo aos outros e possuem seguidores que acreditam na sua palavra, nas suas pregações, e ensinamentos, sem a intervenção do uso da força,” Weber entende por carisma a qualidade insólita de uma pessoa que parece dar provas de um poder sobrenatural, sobre-humano ou pelo menos desusado, [...] como um ser providencial, exemplar, ou fora do comum [...], agrupa em torno de si discípulos”⁴⁴.

Em sua subestrutura econômica, como em tudo o mais, o domínio carismático é oposto mesmo do domínio burocrático. Se este depende de uma renda regular, e daí, pelo menos a *priori*, de uma economia monetária e tributos em dinheiro, o carisma vive neste mundo, embora não seja deste mundo. Isso deve ser bem compreendido. Frequentemente, o carisma, deliberadamente, abstém-se da posse de dinheiro e de renda pecuniária *per se*, como São Francisco e muitos semelhantes a ele; mas tal não é, decerto, a regra. Até mesmo um pirata genial pode exercer um domínio “carismático”, no sentido isento de valor que usamos aqui a palavra. Os heróis políticos carismáticos buscam o saque e, acima de tudo, o ouro. Mas o carisma, é isso é decisivo, sempre rejeita como indigno qualquer lucro pecuniário que seja metódico e racional. Em geral, o carisma rejeita todo o comportamento econômico e racional⁴⁵.

O romance *o tronco*, inicia-se com o inventário de Clemente Chapadense, e Artur Melo representando a viúva, omitindo os bens do falecido, a coletoria estadual.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122011000500007. Acesso: 25 Dez 2014.

⁴³ MALISKA Marcos Augusto . **Max Weber e o Estado Racional Moderno**. Revista Eletrônica do CEJUR, v. 1, p. 23.

⁴⁴ MALISKA Marcos Augusto . **Max Weber e o Estado Racional Moderno**. Revista Eletrônica do CEJUR, v. 1, p. 9

⁴⁵ WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: LTC — Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1982 p.285-286.

Nas primeiras páginas, observa-se o poder político de Artur Melo, (coronel patenteado, político e advogado).

Vicente foi logo abrindo o processo que trazia nas mãos e com um ar de mofa mostrou ao juiz o que estava exigindo. O juiz leu e riu um riso malicioso. Os olhos de Vicente também brilharam e, à guisa de fundamentação, esclareceu: — Está vendo? A viúva não arrolou nem o gado nem os dois sítios! — Absurdo — disse o juiz. — Absurdo e perigoso. Nós sabemos quem é Artur Melo, que está por detrás dessa viúva. Ele pode estar querendo negar estes bens, mas também pode estar armando uma cilada. A gente aceita a descrição como está e aí ele denuncia para Goiás que o coletor Vicente Lemes não zela os interesses da Fazenda, que está recebendo propinas para sonegar bens de menores... — Como fez no caso da boiada — interferiu Cláudio. — De um jeito ou de outro, esse inventário vai dar banze — isse Vicente. — Se a gente não aceitar o rol como está, Artur vai gritar que estamos perseguindo ele; se a gente aceitar, ele denuncia que estamos com roubalheira⁴⁶.

Os Melos são representados no romance como a família mais poderosa economicamente na região do Vale do Duro, e essa questão abre margem para a manutenção da contratação do exército privados de jagunços, que permite que a família usasse da coerção, da força, contra seus antagonistas. No entanto o prestígio político de Artur Melo é incontestável.

O prestígio deles era incontestado desde Pirenópolis até Boa Vista. Tinham tanto prestígio que logo depois da revolução estadual de 1909 o nome de Artur Melo foi indicado para Presidente do Estado de Goiás; seus correligionários Eugênio Jardim e Totó Caiado, entretanto, discordaram da indicação e acabaram rompendo com ele. No pleito que seguiu à revolução, Artur Melo conseguiu eleger-se Deputado Federal tanto por Goiás como pela Bahia, mas quem disse de ele tomar posse! No Rio, os Caiados conseguiam depurá-lo, como então se dizia.

Foi aí que Artur Melo instalou-se na Capital do Estado com seu jornal de oposição, disposto a atacar o caiadismo na sua própria toca. Em represália, os Caiados, senhores do Governo, davam apoio político aos opositores dos Melos, no Norte do Estado, criando as bases para uma firme e poderosa oposição a Artur Melo e seu pai. Sentindo fugir o prestígio, Artur Melo abandona a Capital, e regressa para sua região, a fim de recuperar a antiga influência, mas lá chegando depara um quadro desanimador: os cargos públicos estão em mãos de adversários, o bafejo político faz do humilde bajulador de ontem um rancoroso inimigo. Adeus os bons tempos em que a vontade de Artur ou seu pai era a suprema lei! Na própria vila do Duro, residência dos Melos, aí mesmo o Governo contava com dois homens de valor: um era o Juiz Municipal, Valério Ferreira; o outro, o Coletor Estadual, Vicente Lemes, pessoa de confiança de Eugênio Jardim⁴⁷.

Eugênio Jardim e Totó Caiado, os dois são constantemente citados na narrativa, pois entre 1909 e 1930 foram articuladores políticos da oligarquia da capital de Goiás, na conquista e manutenção do poder. A narrativa se passa entre 1918 e início de 1919,

⁴⁶ ÉLIS, Bernardo. *O Tronco* -10. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008. P.6-7.

⁴⁷ ÉLIS, Bernardo. *O Tronco* -10 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008, p.8

que o presidente do estado era constituído por J. Alves Castro, porém a articulação política era realizada por Jardim, que após a revolução de 1909, constituiu oposição local aos Melos. Mas nesse período, os Melos, já possuíam prestígio fora do seu sítio eleitoral. Na narrativa é apontado que o prestígio chegava até Pirenópolis.

No decorrer da discussão sobre o inventário, Vicente Lemes e Ferreira relembram através de *flashback* a morte de Vigilato, funcionário do correio, sobrinho de Pedro Melo, em circunstâncias não reveladas. A vila do Duro sabia apenas que a morte de Vigilato, tinha sido ordenada pelos Melos.

— Pra exemplar cabra maludo — dizia o tio do alto de sua calçada alta, na frente da casona mais principal da vila.

— É pra ninguém desrespeitar barba de velho!

A alavanca retinia e Valério Ferreira ali mesmo junto ao corpo de Vigilato escrevia uma representação ao Governo Estadual, a quem comunicava o fato e pedia Melos para punir o criminoso.

Da casinha, tão pequena, na qual para se entrar carecia de abaixar a cabeça, na qual mal cabiam dez pessoas e pessoas sem esporas, daí saía o defunto para o cemitério, envolvido numa colcha, que nem o fazedor de caixão teve coragem de trabalhar para o inimigo do coronel. com muito custo o Juiz Valério conseguiu dois homens pobres para conduzir o defunto até a cova. Os quais iriam se Valério fosse também com eles, e publicasse que lhes deu intimação de autoridade.⁴⁸

O carisma distingue do medo e da coerção. Quando a população teme a vida, ou vingança dos Melos, não existe o dom, que poucos homens possuem, não há seguidores, mas indivíduos quem temem perder o direito de viver: Os Melos eram carismáticos? Possuíam prestígio, antes de tudo, em razão do comércio e de seus laços familiares.

Pedro Melo era um crila quando veio do Piauí com seu pai, que se dizia descendente dos Albuquerque de Pernambuco. Estabeleceram-se numa fazenda de Santa Maria de Taguatinga, mas comerciavam em Duro, aldeia dos índios Acroá e Chacriabá, a que chamavam de "comércio". Era homem inteligente, sagaz, audacioso, de ambição sem limites, duro feito uma aroeira, dotado de normas de conduta que o tomavam muito superior aos naturais da região. Escolheu para esposa Ana Divina da Rocha, da mais rica, mais numerosa e mais importante família do Norte de Goiás, o que lhe trouxe prestígio social. Dispondo de algumas letras, passou a exercer funções de Juiz, Coletor de Rendas, Delegado, canais que o elevaram ao posto natural de Chefe Político: era o poder incontestável.⁴⁹

Os personagens construídos por Bernardo Élis são verossímeis: os casamentos e alianças são conjuntos de evidências comuns no coronelismo, devedores de práticas de casamento, que forjavam alianças e dissidências políticas. Em S. José do Duro, a configuração da família, trouxe o prestígio a família Melo, após a união com família

⁴⁸ ÉLIS, Bernardo. **O Tronco** -10. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008, p.13.

⁴⁹ ÉLIS, Bernardo **O Tronco** -10. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008, p 28-29.

importante do norte de Goiás, e além do prestígio social, e dos fatores econômicos, a família é o espaço da articulação do mandonismo, da força política, econômica e comercial do coronel, dentro do território, da fronteira municipal, mas podendo se espalhar pelo restante do Brasil, constituindo troncos fortes no território.

A figura de Pedro Melo encontra correspondentes na interpretação historiográfica dos coronéis:

Um grande coronel era também, em geral, o chefe de extensa parentela, de que ocupava por assim dizer o ápice. Esta era formada, por um conjunto de indivíduos reunidos entre si por laços de parentesco de indivíduos ou carnal, ou espiritual (compadrios), ou de aliança (uniões matrimoniais). Grande parte dos indivíduos de uma parentela se originava de um mesmo tronco, fosse legalmente, fosse via bastarda; as alianças matrimoniais estabelecem laços de parentesco entre as famílias, quase tão prezadas quanto às de sangue [...]⁵⁰.

O parentesco, além do casamento, é constituído pelos laços de sangue, por casamento, ou pela produção de filhos “bastardos”, além das ligações constituídas pelo prestígio social do coronel. O líder local, constantemente batizava as crianças da região, criando laços de dependência como a figura do padrinho, também evocados na obra de Élis.

Com Vicente ali, a cantiga era outra. Ele era casado com uma sobrinha do velho; era, por seu turno, sobrinho da velha Aninha, mulher de Pedro Melo; por cima de tudo, Vicente e Artur eram casados com duas irmãs. Aqueles laços de sangue detinham a mão dos Melos e deles sabiam utilizar velhacamente os políticos da longínqua Capital.

— Sangue não briga com sangue — diziam os Caiados. O Coronel Pedro Melo também sabia levar em conta o parentesco, e reconhecia que o sobrinho Vicente, como os demais, tinha um respeito plantado fundo, um temor biológico para com o chefe da família. O velho percebia que Vicente algumas vezes até lhe tomava a bênção⁵¹.

N’*O Tronco*, Vicente Lemes (Sebastião Brito) é parente dos Melos. Tal laço de sangue, entretanto, não impediu a fragmentação do grupo, porque o conflito interno, a dissidência ocorreu no nível político, posto que “a rachadura segue a linha das alianças e não do parentesco”⁵².

A dominação dos Melos ocorreu no nível coercivo, justificado pela coerção, a questão econômica, mas também devido às uniões, as parentelas. Tornou-se o grupo familiar mais importante de S. José do Duro, pois se uniram com as famílias importantes da região. Assim, a ideia de que teria sido do carisma a fonte do poder dos

⁵⁰ QUEIROZ, Maria Isabel. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros** ensaios. São Paulo: Alfa-ômega, 1976. p.180

⁵¹ Élis, Bernardo. **O Tronco** -10. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.p.18-19.

⁵² Querioz, Maria Isabel. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros** ensaios. São Paulo: Alfa-ômega, 1976. p.183

Melos, não nos parece ser a interpretação mais adequada para o personagem construída por Bernardo Élis. Seriam circunstâncias históricas, arranjos sociais e não decorrência de características pessoais. *O Tronco* não retrata coronéis carismáticos, mas o narrador constrói a saga da burocracia, da política e da fazenda estadual, para manter a lei no Estado, e a tentativa do coronel Artur Melo e seu Pai, Joaquim Melo para comandar a vila de S. José do Duro por meio da coerção, da violência e do prestígio, assim o romance narra a articulação dos Melos para retomar o domínio sobre a vila, que foi tomada pela força da oposição, por meio da burocracia estadual.

O romance é verossímil, inspirado nos Barulhos do Duro, e nos personagens históricos envolvidos, que o autor não faz questão de disfarçar, inclusive não altera o nome da Vila, apenas modifica o nome de alguns personagens. Em relação à cronologia, Élis não aponta o ano que se passa o romance, mas a temporalidade é compatível com a época acontecimento histórico dos Barulhos, pois o autor faz referência ao governador J. Alves Castro, “Egênio Jardim, seu cunhado Totó Caiado e seu outro cunhado Doutor João Alves de Castro estavam em luta contra os Melos, cujo poder político queriam esmagar a todo custo[...]”⁵³.

Apesar de o autor usar de um fato histórico, ambientando no tempo-espaço verossímil, é necessário lembrar que o romance é uma interpretação feita por Élis e não uma verdade absoluta, já que o romance não tem compromisso com a realidade dos fatos. A instituição literária suspende tal vinculação. Entretanto, na nota de explicação da obra, Élis parece abrir mão desta prerrogativa ao destacar que o romance é uma construção de uma interpretação vigente em Goiás, apontando a correspondência com os Barulhos, ou melhor, como versão dos acontecimentos difundida em Goiás.

Tirantes os pormenores, os fatos centrais desta narrativa aconteceram realmente em Goiás. Os personagens, entretanto, tendo tudo de comum com o tipo social que representam, são fictícios. O autor não quis retratar ninguém, nem copiou de nenhum modelo vivo ou já falecido.

Qualquer semelhança com pessoa viva ou morta é mera coincidência.

B.E.⁵⁴.

A licença “poética” reivindicada pelo autor parece estar não na construção do tipo social, que ele julga encontrar correspondentes na dita realidade, mas na possibilidade de não ser responsabilizado pelos efeitos críticos a tal tipo social.

⁵³ ÉLIS, Bernardo. *O Tronco* -10. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.p.66.

⁵⁴ ÉLIS, Bernardo. *O Tronco* -10. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.p. XVII.

O primeiro capítulo, da obra de Bernardo Elis, “O inventário”, é caracterizado pela apresentação dos personagens e as discussões do inventário, que apresenta o poder dos coronéis, que usam o prestígio e a coerção para mandar na vila.

Artur prosseguia: — Aqui, é preciso que vocês entendam uma vez por todas, aqui quem manda sou eu, meu pai e meus amigos. Esse pessoal do Foro anda mangando, mas agora minha paciência chegou ao fim.

Embora encurralado no fundo da sala, com os capangas armados e rodeado, Valério Ferreira resistia. Artur queria que recebesse a procuração, juntasse aos autos e despachasse concordando com a descrição dos bens. Ele, porém, teimava:

— Vocês é que sabem, ”Se não aceitarem o rol de bens como a viúva descreveu, ninguém sai daqui. Hoje ninguém come, ninguém bebe, ninguém dorme.

— E nós só aceitamos o rol completo — dizia Valério completamente calmo e, senhor de si.

— Não come hoje, come amanhã — objetou Vicente, mas Artur contestou com ênfase:

— Nem hoje, nem amanhã, nem depois, nem dia nenhum, quanto não fizer o que ”nós” queremos.

— Vejamos!

— Pois é, uai, vejamos! [...]

— Já disse que não faço isso — teimava Vicente.

— Pior para você. Quanto mais tempo teimarem, mais tempo vão ficar aqui. Eu, por mim, não tenho pressa, — explicava Artur. Ao lado, Ferreira de há muito deixara de falar.

— Mas é um absurdo — protestava Vicente de olhos nadando em lágrimas.

— É um desaforo ter que baixar o cangote para esse pessoal meter a canga. E o direito está do nosso lado! [...]

— Vamos concordar, Vicente. Mas saindo daqui vamos fazer uma representação ao Governo, exigindo punição para esses bandidos.”⁵⁵.

Retomando Gramsci, a hegemonia é constituído pela mediação entre força e consenso, antes do conflito político entre os Melos “mandavam” no Duro, pela força dos Jagunços, da coerção, e pelo consentimento dos políticos da capital do Brasil e de Goiás, com o desentendimento entre os políticos da capital do Estado e os Melos constituem duas forças que buscam a hegemonia, os Melos que já dominavam nos campos da política, economia e da força, e o Estado, que buscam neutralizar e eliminar os Melos o prestígio e a hegemonia sobre o norte de Goiás.

Em meio ao conflito, e a tentativa de fortalecer o poder hegemônico do Estado de Goiás sobre o Duro e o norte de Goiás, há o deslocamento do equilíbrio entre força e consenso, dos dois lados. Os Melos que passam a utilizar mais a força, a coerção que o consenso “Pior para você. Quanto mais tempo teimarem, mais tempo vão ficar aqui”, enquanto os “detentores do poder de direito”, interpretam o uso da força dos Melos, como um desaforo, ora, o Juiz e o coletor, também buscavam a hegemonia, e se sentiram

⁵⁵ ÉLIS, Bernardo. **O Tronco** -10 ed Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.p.50-54.

menosprezado pela falta de negociação dos Melos, que usa do desaforo e da força, para buscar o consenso.

A reação das autoridades não se comparar a da população comum, se ofendem com os desmandos, pois “O direito está do nosso lado”, o Estado de Direito, a situação dominante na política goiana, que buscavam controlar também o duro, para neutralizar o antagonista, os Melos.

A força prevalece sobre o estado de direito, porém há o consenso, mesmo que momentâneo, quando as autoridades fatigadas com o conflito direto pela disputa do poder, da hegemonia cedem aos Melos.

Ao permitir a vitória da batalha, não da guerra, as autoridades invocam no jogo do poder, um elemento importante, que não destoa do jogo hegemônico de força e consenso, que é o banditismo, os bandidos não são as autoridades, pois possuem o “direito” e foram ofendidos na tentativa de impor a hegemonia do Estado e eliminar os Melos, mas os bandidos são os antagonistas, que controlam a força da região, do Duro, assim, os Melos são chamados de bandidos, enquanto as autoridades fazem a representação do ocorrido aos políticos dominantes da hegemonia goiana, que utilizaria da força e do consenso, através do envio de uma comissão de policias, autorizada pelo povo goiano, que elegeu J. Alves de Castro (governador) e Ramos Caiado (Senador) para representar Goiás, assim, há o consentimento, para eliminar os Melos, sobre o discurso do banditismo e do Estado de direito.

Vale lembrar que o termo baditismo, aparece em cena com Eric Hobsbawm, na década de 1960 a partir de estudo sobre o mito do bandido, continuando o trabalho de Fernand Braudel, mas a narrativa sobre as resistências camponesas ganham destaque com Hobsbawm, em suas obras *Rebeldes Primitivos* 1959, em especial *Bandidos*, 1969. Obras que abordam as formas primitivas de resistências, anterior a entrada do capitalismo no espaço rural, onde o bandido briga por justiça, liberdade, contra a modernidade, assim para Hobsbawm “Os bandidos sociais [...] são mitos rurais, encarados como criminosos pelo senhor e pelo Estado [...] e são considerados por sua gente como heróis [...]”⁵⁶.

Todavia, o modelo fechado de Hobsbawm foi criticado por alguns historiadores, como Anton Blok (1972), Richard Slatta (1987) e Linda Lewin (1987), conforme observou Ferreras.

⁵⁶ HOBBSAWM, Eric. **Bandidos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975. p.8.

Slatta [...] [apontou] questões que mostravam [...] diferença da proposta de Hobsbawm: [...] Slatta afirma que é impossível falar de Banditismo Social na América Latina. Estas afirmações resultam da constatação de uma das premissas de Blok: as relações existentes entre os bandidos e as elites rurais regionais dificultam, decididamente, a possibilidade de que o bandido se torne um herói popular ou um defensor dos pobres. [...]. Os bandidos sociais certamente estariam interessados em si próprios [...].⁵⁷

Essa historiografia abriu o conceito de banditismo, apesar de críticas a essa abordagem de banditismo, essa nova abordagem permitem analisar os bandidos como membros da elite rural, o relacionado ao coronelismo, e a busca da satisfação de seus desejos, ou seja, são considerados bandidos, por fazerem “reivindicação complexa, relacionado com o poder local, e a construção de “redes de influência e proteção”⁵⁸.

Assim, o bandido, não destoa do poder local, mas é íntimo ao mesmo, e quando extrapolam o consenso são caracterizados e acusados de bandidos, assim como os Melos, e graça a essa relação com a elite rural, como observou Blok e Lewin, se configura em torno do bandido uma rede de alianças, com coronéis e jagunços.

Nesses termos os Melos poderiam ser considerados possuidores da hegemonia da força das alianças, que permitem a dominação na região, nesse contexto a questão econômica também parece importante, nos tipos apresentados pelo romance. Além de donos de prestígio pessoal e detentores da força de coerção – numa região mal guarnecida pelo centro de poder oficial, os Melos são pioneiros na expansão econômica da região norte de Goiás.

1.3 Fronteira econômica: o lugar dos Melos na dinâmica da produção.

A concepção de fronteira ultrapassa a concepção de fronteira demográfica, na vila de S. José do Duro, a partir da narrativa de Bernardo Élis, observam-se duas concepções de fronteira para a zona, ou frente pioneira.

Martins (1975) atribui como frente pioneira a ocupação de terras para a produção capitalista, gerando conflito, ao expulsar a frente de expansão, os posseiros, os indígenas. Nesse sentido, a família Melo não é bandeirante, colonizadora, posseira, frente pioneira, mas sim a família de dona Benedita, a qual o irmão de Pedro Melo foi casado.

⁵⁷ FERRERAS, Norberto Osvaldo. **Bandoleiros, cangaceiros e matreiros**. História (São Paulo), São Paulo, v. 22, n.2, 2003.p.219-220

⁵⁸ SILVA, Celia Nonata da. DIAS, Renato. **Justiça privada e Banditismo: estudo sobre as formas de acomodação de poder no Brasil Setecentista**. Revista Crítica Histórica, v. 03, 2011. p.19

[...]Mal o sogro de Vicente fechou os olhos [temporealidade anterior ao tempo que o romance é narrado, trata-se de uma lembrança de Dona Benedita], o irmão Pedro Melo trouxe de Barreiras vários rolos de arame farpado e os estendeu por ali, cercando o refrigério.

— Absurdo! — gritou a viúva. — Que o refrigério é meu.

— Cadê os documentos? — perguntou o cunhado Pedro Melo, assim muito inocentezinho.

— Que documento? — Ali ninguém possuía título de domínio de terras. Dono do chão era quem possuísse gado nele empastado. Até onde andasse o gado com a marca, até aí ia a propriedade do dono desta marca. Era uma lei que vinha num é d’hoje, se transmitindo de pais a filhos, sem contestação. O próprio Pedro, que era dono de mais de vinte fazendas, perguntassem a ele se possuía documento, para ver!

De nada valeram, porém, os protestos da velha. Naquela seca, quando o vento geral soprou, o gado de Dona Benedita aspirou profundamente o ar, soltou os berros finos e curtos de curraleiro e marchou pelas veredas que levavam ao refrigério. Debalde caminhavam pelas veredas. Tudo estava vedado pelas cercas de cinco fios, apoiados em grossos postes de vinhático e perobinha. A viúva procurou o cunhado e lhe mostrou que aquilo não podia ser: — O refrigério sempre foi de minha gente. Eu herdei ele de meu pai, que o herdou do pai dele.

— Tem dúvida não, minha cunhada. É só mostrar os documentos. Benedita foi atrás dos parentes, mas aquilo era briga de cunhados e contrariar o Coronel Pedro Melo era coisa muito perigosa. Pelas veredas, o gado ia e vinha, rondando a cerca, tentando transpô-la, ferindo-se nas farpas do aramado⁵⁹.

Enquanto a família de Dona Benedita é frente pioneira, ou seja, de família posseira que expulsou os indígenas Melo, estão no outro grupo. Aqueles fazem parte da frente de expansão do capitalismo – já que lida com atividades comerciais, grilagem da terra e possuem escrituras. O que se torna conflito de família, mas também é conflito de dois “sistemas distintos” embora interdependentes. Ao invés de arcaicos os Melos seriam “a segunda etapa de modernização, via capitalismo”.

O romance narra às contradições da frente pioneira e de expansão, também relacionada à fronteira, à acumulação. Pedro Melo, apropriou-se das terras de sua cunhada, Dona Benedita, após a morte de seu marido, devido à falta de escritura da terra, e à necessidade de aumentar o espaço para criar o gado, que foi umas das principais atividades comerciais da região. Nas frentes pioneiras, primeiro a força e a posse efetiva, depois o direito e a “regularização” da terra, em nome do direito positivo, da escritura. Observamos a conflito, a tensão envolvendo a zona de fronteira entre as frentes de expansão e de povoamento. Como bem observou Martins.

Nesse ponto situa-se um dos focos das tensões que tornam o sistema social da frente pioneira “peculiar”. A implantação e sustentação institucional da frente se faz pela mediação das objetivações da sociedade moderna, cujo principal componente, no caso, é o Direito. A frente pioneira formula o seu antagonismo com a frente de expansão em torno de um valor: a propriedade

⁵⁹ ÉLIS, Bernardo. **O Tronco** -10. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008. p.35

privada da terra, isto é, a renda capitalizada. Esse antagonismo se apresenta no âmbito das relações sociais pela descontinuidade de significações em torno do fator terra, sobretudo no que respeita a modo de obter a propriedade (compra/ocupação) [...] ⁶⁰.

Os Melos são a segunda expansão do capitalismo, com potenciais para expandir as relações comerciais, em razão da passagem de gado pela região, em direção a Barreiras na Bahia.

Nessa prima, a fronteira econômica será o primeiro conceito de fronteira estudado ⁶¹. Essa fronteira será analisada a partir do olhar comercial, e da fronteira demográfica. A análise da delimitação geográfica não é fundamental para o estudo de fronteiras, mas para o romance a fronteira demográfica é um assunto essencial para explicar o sucesso econômico dos Melos.

A Vila de S. José do Duro, hoje Dianópolis, localiza-se próximo a Bahia e Piauí. A cidade mais importante próxima ao Duro nesse período da Primeira República era Barreiras, na Bahia. O Duro é ponto estratégico para escoar mercadoria, o comércio, e para entrar gado em Goiás. Assim a região, apesar de pequena, e com baixa concentração vegetativa (pequena população) se consolidará como área importante para a arrecadação de impostos para os cofres do Governo de Goiás. Portanto na questão do imposto o uso da fronteira, no seu sentido clássico, demográfico será importante, mas quando se explica as relações comerciais dos pioneiros do construir uma nova fronteira, movimenta não pela demografia do estado, mas aos fluxos comerciais, que se ligará à Bahia, a Barreiras.

Meu primo, como vai? Quero lhe apresentar meu amigo João Rocha, boiadeiro da Bahia, freguês nosso aqui do Duro desde há muitos anos.

— Muito prazer — respondeu Vicente embezerrado. Aquele "primo" era mau sinal.

— Pois é, o nosso amigo aí tem umas resinhas para passar a Barreira e vem entender-se com o primo... Quem sabe é possível fazer como daquela outra vez, você sabe, já tem o precedente.!

— Quantas cabeças? — perguntou Vicente atalhando a poetagem.

— Quinhentos boiequinhos magros, Seu Coletor.

Vicente sabia de fonte segura que a boiada era de mais de mil cabeças; assim, enquanto ajeitava os talões, foi avisando que João Rocha desculpasse, mas tinha informações seguras que a boiada era de mais de mil e duzentos bois.

⁶⁰ MARTINS, José de Sousa. **Capitalismo e tradicionalismo: Estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo. Pioneira, 1975, p.47.

⁶¹ Produção e principalmente a circulação de mercadorias e pessoas são comuns em regiões de fronteira demográfica. Em relação a S. José do Duro, a análise da fronteira utilizada no romance se deve em razão da "obediência", do autor aos limites da geografia do Estado, situando a vila na zona de fronteira do Estado de Goiás, com outros estados da região nordeste. O narrador também observa a questão da fronteira como essencial no comércio e na comunicação da vila com outras regiões do país, pois na Vila não havia telegrafo, sendo o caminho mais rápido para a realização da comunicação.

O boiadeiro fechou a cara, cochichando com Artur. Vicente prosseguiu: — Por mim, eu cortava o talão para quinhentos bois, mas não posso porque há espiões por aqui. Se eu fizer isso, logo denunciarão para Goiás que estou recebendo propinas. Aqui tem gente interessada em me tirar do lugar. Novamente os dois homens confabularam e o boiadeiro atolou o chapéu na cabeça: — Pois eu não pago é nada, Seu Coletor. Eu me chamo João Rocha, assisto na fazenda Pedreira, distrito de Santa Rita do Rio Preto. Faça comigo o que entender! — passou a perna na mula ali na porta, tiniu as esporas, deu dois tiros no batente da Coletoria e sumiu no mundo⁶².

O motor da economia da Vila do Duro, no romance é a passagem do gado, pois a posição geográfica do Duro é próxima à Bahia. O romance não narra, porém não se contrapõe à situação do Estado à época: boa parte das arrecadações do Estado de Goiás, advinha da taxaço da passagem do gado, e a vila foi um ponto estratégico nesse sentido, e que além da movimentação da economia devido aos impostos, os coroneis Melos tornaram-se também grandes criadores e comerciantes de gado.

Vimos que Pedro Melo havia tomado o refrigério (terras) da cunhada, Dona Benedita, para colocar suas cabeças de gado.

Quando o velho [Pedro Melo] era menino, havia ali apenas um trincheiro de jumentos. Bem se lembrava de quando a abriu. Era mocinho, que bons tempo! A estrada antiga nem merecia esse nome. Mal dava passagem para os cargueiros de mantimentos. Para ir a Barreiras era duro. Os comerciantes da Bahia até debicavam:

— Ei, seu moço, esse seu Goiás é mesmo um fim de mundo!

Por que é que você não traz carro de boi para levar mercadoria?

Pedro Melo enrolava conversa e ria para disfarçar o embarço. No fundo, ficava agravado. Na verdade não levava carros de bois a Barreiras porque a estrada não dava passagem. Dava isso para meter os burros pelas grotas e serrotes.

Os comerciantes, entretanto, tanto azucrinaram que um dia Pedro não se conteve:

— Homem, não trago carro porque acho tropa melhor de lidar.

— Quia, quia, quia — estalaram as gargalhadas em redor. — Ô homem de boca dura! Tu não traz carro porque por lá não existe estrada, — chasqueou um dos caixeiros da "Rainha da Barateza", a melhor casa comercial de Barreiras [...] E a estrada? Essa era a mais dura, mas ele já tinha em mente como traçar a danada por aqueles ermos que tanto conhecia. O principal era despendar o menos possível. [...] Ante seus olhos agora de velho, uma névoa perpassava. A estrada foi feita, os carros de bois avançaram por ela e chegaram a Barreiras justamente no dia marcado⁶³.

A estrada referida no romance, conforme nos lembra Martins, pode ser entendida como uma característica imediata da frente expansão, para a comercialização e produção da economia voltada ao mercado. Em termos históricos, o norte de Goiás foi uma região que destoa do Sul do estado. Esquecida pelo governo de Goiás, sem infraestrutura, e sem transporte ferroviário que a ligassem à capital do Estado. As

⁶² ÉLIS, Bernardo. **O Tronco** -10. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008,p.21

⁶³ ÉLIS, Bernardo. **O Tronco** -10. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008,p.40,42.

estradas eram construídas pelos chefes locais, para possibilitar o escoamento comercial, sem atender necessariamente à centralização política, mais próxima do oeste da Bahia do que do sul goiano.

No romance, Pedro Melo toma a iniciativa da construção da estrada, para alavancar o fluxo comercial, já existente com o mercado de Barreiras-BA.

Na questão comercial, além da produção artesanal nos engenhos e nas propriedades dos Melos, e o sistema de escravidão nas propriedades dos Melos, salientando a tamanha desigualdade, e a pobreza na região.

Pedro Melo Albuquerque possuía uma boa casa, construída por ele próprio, atijolada, cercada de altos muros crivados de cacos de vidro no topo. Melhor do que a do Coronel Pedro Melo, só mesmo a casa de sua cunhada Benedita Fernandes de Melo. Aquela segurança toda dos muros da casa do Coronel Pedro tinha por escopo prender a criadagem, descendente de antigos escravos, mantida ali no regime de escravidão. Viviam as criadas maltratadas, mal vestidas, metidas de seco e verde no trabalho duro de rachar lenha, cozinhar, fazer queijo, requeijão, manteiga e sabão, refinar açúcar, fazer farinha, pilar arroz, desleitar as curraleiras, cuidar da casa, fiar e tecer algodão, lavar e passar roupa, fazer de tudo, no final das contas. Novinhas ainda, as "crias da casa", como eram chamadas as filhas desses criados, prostituíam-se com os patrões, com os parentes dos patrões, com os camaradas. O produto da prostituição, entretanto, raramente vingava. A serviceira era tanta que não dava tempo às mães de cuidar dos filhos⁶⁴.

Além do aspecto econômico, a vila era dependente do Estado vizinho, da Bahia para intermediar a comunicação com o restante do país, e em especial com a capital de Goiás, distante do Duro, o meio mais rápido era pelo telégrafo presente em Barreiras. As informações chegavam mais rápido ao Rio de Janeiro do que a Goiás.

[...]. De Barreiras, pelo telégrafo, chegavam notícias que um contingente policial marchava para o Duro. Diziam que era muita gente, com muito armamento, e que a coisa era para valer.[...]. O meio mais rápido de comunicação era o telégrafo de Barreiras, na Bahia. De Duro a Barreiras um cavaleiro gastava dez dias para ir e voltar, levando o pedido de demissão e trazendo a resposta do Presidente do Estado de Goiás. Qualquer outro meio de comunicação seria mais moroso ainda. Um cavaleiro para ir de Duro a Goiás e voltar, não gastaria menos de quatro meses, prazo que seria dilatado pelas chuvas que estavam entrando⁶⁵.

Bernardo Élis, no romance, distanciam-se dos outros autores que escreveram sobre os Barulhos do Duro, menciona a população esquecida, os escravos dos coronéis, mesmo após o fim da escravidão, os boiadeiros, jagunços, sem criar estereótipos, para os últimos, mas os descrevendo como população pobre, que obedece ordens.

⁶⁴ ÉLIS, Bernardo. *O Tronco* -10. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008, p.27

⁶⁵ ÉLIS, Bernardo. *O Tronco* -10. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008, p.58, 74.

A conciliação dos mecanismos de dominação da estrutura comercial, as relações senhoriais, com o uso da força (a violência e coerção) são elementos que estruturam o poder dos Melos no Duro, mas que o carisma. Assim, havia o desequilíbrio entre a hegemonia dos Melos e de Goiás, no Duro, portanto os conflitos eram conflitos entre senhores, de elite na disputada pelo poder econômico e fiscal, onde os Melos possuíam a estrutura concedido pelo poder econômico, e por meio redes do banditismo necessária para impedir e silenciar qualquer disputa no Duro, até mesmo contra o Estado.

1.4 A Comissão.

Pelos caminhos do sertão, incertos caminhos cortados no mato ou no cerrado, a caravana avança sempre ao sol e ao sereno. No deserto sem fim, as cidades e povoados minúsculas ilhas distantes umas das outras dezenas de léguas sítios ou fazendas, quando existem, são como navios perdidos no ermo [...] Pelos ermos e descampados o vento galopa seu febreiro bafo de morte, arrastando folhas secas, levantando a poeira fina, erguendo-a nos espaços em funis de redemunhos⁶⁶.

A comissão da polícia, liderada pelo Juiz Carvalho, talvez em outro romance fosse [ou não?] um tema interessante, mas Élis reserva o segundo capítulo especialmente à comissão. Outras representações desta história não dispensam tanta atenção para ela! O filme [*O Tronco* 1999, baseado no romance *O Tronco* 1956] não destaca a chegada da comissão a vila de S. José do Duro, os historiadores, sociólogos que tratam do tema não caracterizam a longa viagem, porém Élis, além de nortear o leitor da longa jornada da comissão, apresenta as tensões sociais presente no passado dos soldados e do juiz, perdidos no sertão, no ermo distante de seus postos em Goiás. Ermo, mas não desconhecido, porque mesmo que a Vila, e o caminho de Goiás até o norte seja novo para parte da comissão, o martírio não é desconhecido, o atraso do ermo não está só no Duro, mas também nas outras regiões do Estado e nos sentimentos dos soldados. “Lavradores na sua maioria, os soldados [...]”⁶⁷.

O espaço físico, os elementos da natureza são utilizados como recurso literário para descrever a beleza do sertão, mas também a vida difícil, o futuro assustador que a comissão passaria. Teixeira aponta que *no Tronco*, a natureza apresenta o conflito psicológico nos personagens⁶⁸.

⁶⁶ ÉLIS, Bernardo. *O Tronco* -10. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008, p.60-61.

⁶⁷ ÉLIS, Bernardo. *O Tronco* -10. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008, p.72

⁶⁸ TEIXEIRA, Átila Silva Arruda. *Do projeto ao romance: uma análise de O tronco, de Bernardo Élis*. 2010. Dissertação (Mestrado) – Área de concentração: Estudos Literários, Departamento de Letras e

E assim avançava a comissão pelo sertão belo e terrível. Breve chegaria a madrugada, a estrela-d'alva como uma gota d'água tremulando por sobre o monte [...] No ligá em que dormia, Baianinho sentia o cheiro acre da flor de caju, via no encosto o pequizeiro derrubando a flor sebosa, e seu coração renascia de esperanças. Se não estivesse na tropa, ia botar uma espera naquele pequizeiro dacolá; viu rastro de veado por baixo dele. No outro pouso, na beirada do corgo, vira muito estêreo de capivara. Também peixe. Foi um tropeiro, contou-lhe que adiante o rio estava secando e peixe lá era um disparate, chegava a fazer carniça de juntar urubu. Bem capaz que aquelas rodas de urubu que tanto via no céu não era carniça de gado não, era carniça de peixe, veja só!⁶⁹.

Baianinho, no romance é um soldado, que assim como os demais da comissão é um soldado humilde, que observa o sertão como um lugar de abundância [de caça, pesca] vazio de gente, um local para preencher suas frustrações psicológicas, e para recomeçar sua vida após o drama da população carente vítima da coerção de coronéis.

No acampamento tremulava a mágoa da viola de Baianinho [...]. O motivo que trazia Baianinho àquela expedição. Ferreirinha viera na esperança de ganhar dinheiro com que pudesse seguir para o Rio. Baianinho ali estava como um cativo. Era camarada do Coronel Batista, a quem ficara devendo um despropósito. Dívida fantástica, dívida inventada pelo coronel. Baianinho comprava uma rapadura, o coronel assentava duas em sua conta; no mercado a rapadura custava quinhentos réis, nos assentamentos do coronel cada rapadura custava o dobro. com cinco anos Baianinho devia tanto que não pagaria ainda que trabalhasse o restante da vida. Aí o coronel trançou os pauzinhos e meteu o devedor na polícia. Doravante, todo mês, o coronel recebia na boca do cofre o vencimento do soldado, cobre limpo e certo, cobre preciosíssimo para a região escassa em moeda. A mulher de Baianinho que tratasse de sustentar a casa e o marido, vendendo quitanda, lavando roupa no rio Vermelho ou cozinhando de ganho aqui e acolá. com os Barulhos do Duro, Baianinho se meteu na Força, pois o ganhame de soldado era dobrado. Na noite, a viola de Baianinho gemia sua dor ignorada. Ele era do Norte de Goiás, mas dizia que era baiano mode se dar ao respeito. Segundo diziam, já pertencera a um bando de jagunços, na Bahia⁷⁰.

Ferreirinha não era o único dos humildes soldados a busca de fugir da trágica realidade, caracterizada pelas dificuldades financeiras. A análise do histórico do personagem Ferreirinha na literatura, avança na questão do atraso de Goiás, tão cara aos discursos políticos mudancistas e modernizadores do Estado, em especial, pós-1930.

Que futuro havia em Goiás para um jovem pobre como ele? Quando muito, poderia atingir um lugar de chefe de administração pública do Estado. Ferreirinha cursava o Liceu, mas o pai morreu e ele se viu obrigado a abandonar o estudo para arrimar a família. Nisso, a irmã se casou, a velha mãe tinha com quem viver, tinha em quem se arrimar. Agora Ferreirinha podia ir para o Rio, e ele se meteu na polícia, para ganhar dinheiro [...] ⁷¹.

Linguística, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010, p.30. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/2391/1/Dissertacao_Atila_Silva_Arruda_Teixeira.pdf>. Acesso em: 01 jan. 2014.

⁶⁹ ÉLIS, Bernardo. **O Tronco** -10. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008. p.62,65.

⁷⁰ ÉLIS, Bernardo. **O Tronco** -10. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008. p.63.

⁷¹ ÉLIS, Bernardo. **O Tronco** -10. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.p.62.

Não era um cativo. Ferreirinha também não possuía laços fortes com o sertão, assim queria ultrapassar a fronteira do atraso de Goiás, que não proporcionava aspirações de bons empregos, e da melhoria das condições de vida. A descrição é sintética, mas o narrador onisciente propõe a abordar o drama da população goiana, “para arrimar a família”, mas não havia futuro. Na imagem literária, Goiás não estava aberta ao progresso econômico, o Estado era governado por coronéis, que não propiciavam o fim da miséria, das relações servis, onde os cargos importantes eram reservados aos políticos, coronéis “quando muito poderia atingir o lugar de chefe da administração pública”.

A história do Juiz Carvalho (Algusto César Carvalho de Arruda) é a última tratada no romance antes de chegar a comissão ao seu destino: Carvalho, “um pau-rodado”⁷² dos goianos, no romance possui a percepção de que é apenas um elemento a ser usado para a manutenção do poder e hegemonia dos Caiados em Goiás. Instrumento para a eliminação dos inimigos. [Carvalho era Capixaba]

No Espírito Santo tomara armas contra o governo que só tinha cargos para gente de fora, para os mineiros; então, no Espírito Santo, dizia que o governo de seu Estado utilizava os mineiros, porque eles eram dóceis à vontade dos políticos, enquanto que os espíritos-santenses de origem não o eram. Agora, no ermo do sertão de Goiás, Carvalho analisava sua situação e compreendia que também ele era um estranho ao Estado de Goiás, era para Goiás o que o mineiro era para o Espírito Santo — um pau-rodado, como diziam os goianos no seu acendrado bairrismo. Para vencer, o caminho deveria ser aquele que deu a vitória aos mineiros. Em Goiás deveria ser dócil às autoridades, ser-lhes “leal e fiel”, como diziam os mineiros do Espírito Santo, prestar-se ao desempenho daquilo a que os da terra não se prestavam⁷³.

O narrador não altera o nome dos agentes políticos para quem Carvalho era apenas “pau-rodado”. “Egênio Jardim, seu cunhado Totó Caiado, e seu outro cunhado Doutor João Alves de Castro estavam em luta contra os Melos, cujo poder político queriam esmagar a todo custo”⁷⁴.

Metido na pacatez de Santa Luzia [Hoje Luziânia, próximo a Brasília, no leste goiano]. ligado intimamente ao situacionismo, Carvalho viu nessa comissão oportunidade para chamar sobre si a atenção dos dirigentes do Estado. No ócio da comarca, Carvalho tivera tempo para fazer os cálculos. Em Goiás, os anos corriam e Carvalho mofava na pasmaceira da comarca, pobre e esquecido. Brevemente os filhos estariam moços e ficariam por ali sem instrução, casando com roceiros bestas, enquanto ele e sua ambição se anulariam no comodismo, no atraso do meio [...] Carvalho não se conformava com isso. Via ali o povo inculto, via os principais homens tão atrasados, e sentia que tinha inteligência e cultura para sobrepor-se aos

⁷² ÉLIS, Bernardo. **O Tronco** -10. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008, p.67

⁷³ ÉLIS, Bernardo. **O Tronco** -10. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008, p.67

⁷⁴ ÉLIS, Bernardo. **O Tronco** -10. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008, p.66

demais. Podia ser desembargador, presidente do Tribunal, talvez até Presidente do Estado. Na pacatez do sertão, na solidão das divisões e demarcações, Carvalho pensava e pensava seriamente⁷⁵.

O Juiz carvalho analisa o sertão como um lugar atrasado, de pessoas incultas, assim como o restante do estado de Goiás, nesse personagem há a percepção de uma fronteira em Goiás e no Brasil, onde a uma divisão entre a noção de desenvolvimento econômico e cultural entre o sertão dos roceiros, e os homens preparados. Um lugar inculto, de alianças escusas, permitindo que os aliados governem as cidades, vilas, sem a intervenção estatal, enquanto a população inculta fica à mercê dos mandões, que governam, que possuem cargos públicos. Observa-se nessa passagem elementos do federalismo da república dos coronéis, que os Estados possuem poder, e se aliam aos aliados em troca de apoio nas eleições.

A percepção dos sentidos do sertão é um elemento de difícil observação. O romance narra distintas percepções sobre o ermo do sertão, o uso da expressão ermo não necessariamente significa um elemento ruim ou despovoado, mas uma percepção que é um local abandonado pela política. Os elementos apresentados acima, leva à hipótese que no ermo de Goiás, a burocracia, os órgãos do Estado eram “paus-rodados”, deveriam servir aos interesses políticos da situação, enquanto a população era esquecida, em especial no norte de Goiás. Aquela mesma população que na ótica dos goianos do centro, era como Baianinho que tinha vergonha das suas origens, vinculada ao norte de Goiás. Em uma das passagens, o narrador faz referência a distância do norte Goiano, do sertão, referindo ao Duro como “Cu do mundo”, onde os coronéis mandam em troca de favores, que os políticos visitam a vila na época de eleições. Lugar esquecido da política, da manipulação. O soldado Gabriel observou que.

“Um dia, Gabriel apareceu baboso, cambaleando, o cabelo caído na cara:
 – S’embora, pessoale. Isso aqui e o cu do mundo.
 — Bamo, uai — responderam outros soldados também encachaçados”⁷⁶.

Na interpretação de Karla Castanheira, a construção dos sentidos do sertão, é movida por um sentimento de dicotimia, entre o passado e o futuro, o Brasil, no caso Goiás, que se quer e o que se tem.

[...] Movimentos que giravam em torno da Proclamação da República e da construção de um estado nação autônomo e moderno – haverá um

⁷⁵ ÉLIS, Bernardo. **O Tronco** -10. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008, p.66-67

⁷⁶ ÉLIS, Bernardo. **O Tronco** -10. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008, p.77.

deslizamento dessa fronteira: ela se tornará o próprio sertão, ele não é mais ‘o lado de lá’, é a própria zona fronteira entre o Brasil que se quer e o que se tem, entre o passado e o presente, entre os dois brasis⁷⁷.

Mas este projeto não era unânime: lembremos das ambições de Baianinho que ao invés de mais civilização, mais lei, mais dívida monetária, desejava embrenhar-se naquele sertão para proteger-se dos desmandos.

Os capítulos 3, e 4 da obra, “A prisão” e “O assalto” narram o assassinato do coronel Joaquim Melo, morto desarmado pela força policial, e a fuga de Pedro Melo para a Bahia, que articula com líderes desse Estado para atacar o Duro. Enquanto o juiz se retira da vila, alegando que os Melos estavam com raiva era dele [Juiz Carvalho], e que fugindo evitaria a vingança. Após a fuga do juiz, a polícia prende a família dos Melos [no tronco], e no momento do ataque das tropas coercivas de jagunços, a polícia assassina os membros da família Melo. Enquanto as tropas policiais não conseguem resistir ao ataque, e os soldados que se retiram furtivamente da vila.

Nos últimos capítulos da obra, a figura de Vicente Lemes [primo de Artur Melo] se destaca, caracterizado como sujeito que busca cumprir as leis, mas que não consegue conceber a atitude truculenta da polícia em prender os integrantes da família Melo para usá-los como reféns. A personagem critica a ação do Estado e da polícia colocando em dúvida o potencial civilizador e garantidor de direitos relativizando os reclames de abandono em que vivia a região.

- Foi bom topar vocês. Nós resolvemos matar o pessoal.
Olhares cruzaram-se na sala, escassamente alumiada, como relumiar de punhal. Valério ficou branco, nariz afilado, ver um defunto. Já esperava aquilo, já sabia, mas ouvir com rodas as letras, duro, era assombroso.
— Não pode — protestou Vicente. — Isso é crime!
— Todas as garantias estão suspensas. Lei de guerra, — rosnava Severo. — Nós podemos morrer, jagunço é demais da conta, mas a gente num morre sozinho!⁷⁸

Ao analisar a situação, Vicente argumenta em favor da vida da população: sentia-se iludido pelas esperanças colocadas na polícia, e na lei, no poder instituído dos Caiados que comandavam a polícia. “Se matassem aqueles homens com a complacência, com o consentimento dos civis, aí então o ódio de Artur Melo era justo, era um ódio sagrado”⁷⁹.

⁷⁷ CASTANHEIRA, Karla Alves de Araújo França. **A Construção do sertão e os processos identitários: aproximações teóricas**. In: III Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade, 2012, Campinas - SP. III SIDIS - Dilemas e Desafios na contemporaneidade, 2012. p.2.

⁷⁸ ÉLIS, Bernardo. **O Tronco** -10. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008, p. 201.

⁷⁹ ÉLIS, Bernardo. **O Tronco** -10. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008, p.203

Vale lembrar que Vicente foi o líder do motim contra Artur Melo, no início do romance, motivado pela fraude no inventário. É o protagonista e salvador da região, construído como sujeito de atitudes altruístas e justa. No decorrer do romance, em nome da honra, do sentimento de justiça, Lemes se posiciona contrário a força coerciva do Estado, ao observar desolado que o seu sonho de um mundo justo, de um estado de direito, da garantia das liberdades individuais acabou com a atitude da polícia, entendendo outro lado da história, a pressão política sobre os Melos, assim Vicente compreende naquele momento que o Estado de direito é um mito.

Entender e compreender a frustração de Artur ao ver a tentativa do o Estado dominar a vila, com o uso mais da violência que a consentimento, não é “perdoar”. O “altruísta” Vicente entende os sentimentos que movem Artur a vingança, mas não concorda com as atitudes de seu primo, não perdoa a violência de Artur nas outras ocasiões, apenas entende os motivos que move Artur a vingar a polícia, após o massacre dos nove parentes.

Do temor e da esperança, gerava-se o dia: a madrugada rompia. Um suor frio molhava o rosto e as mãos de Vicente, que se achou sob o beiral da casa da sogra. O dia surgia com as cores desbotadas de arrebol na manhã chuvosa e feia. Seria aquela a derradeira manhã que seus olhos viam? Seria aquela derradeira vez que veria o Largo da Vila, o Largo tão amigo e familiar? Vicente sentia uma como saudade, sensação de festa finda, de tempos que não voltam mais, nunca mais. Quéde Ângelo, quéde Júlio de Aquino? Ninguém a seu lado, o suor correndo, molhando o sovaco, molhando o cabelo do peito, uma tremura lhe tomando o corpo, aquela terrível sensação de encurralamento, de que todas as portas estão fechadas e todas as saídas tomadas, com o inimigo chegando para perto, botando na goela, empurrando devagarzinho. Apagado e besta, o dia vinha brotando, como um espectro. Artur e seus bandidos aproximavam-se. Os oficiais estavam de atalaia, prontos para matar os reféns ao primeiro tiro.

Não alterava ter medo, ficar com lamúrias. Agora era olhar a menina dos olhos da realidade e fazer algo, fazer algo inteligentemente.

— Não vou ouvir polícia nenhuma — proferiu Vicente em voz alta, como um demente. Como Anastácia, o moleque seguiria para o acampamento de Artur, levando recado da velha Aninha. Severo que se dane, que me recolha ao tronco, mas mandarei o menino. Vou mostrar a essa cachorrada! [...]

.— Mil vezes morrer lutando contra a polícia do que cometer um crime daquele, — tomou a proferir Vicente, para se convencer melhor ao som de sua própria voz⁸⁰.

Nos capítulo 3 e 4 a aparição dos Melos é limitada, se comparado aos dois primeiros, pois a antítese é reservada à crítica coerção do estado, e ao atraso do governo, que por sua vez critica os coronéis do Duro. Era apenas por uma disputa política, que

⁸⁰ ÉLIS, Bernardo. *O Tronco* -10. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008, p.204.

levou à morte de pessoas que não estavam diretamente envolvidas na briga, como jagunços, policiais, e a família Melo.

Os nove homens lá estavam, os pés metidos no tronco, que era constituído de dois compridos esteios de madeira forte. De espaço em espaço, possuíam esses esteios um corte em meia-lua. Justapostos, os cortes formavam buracos, nos quais se metia a canela do cristão, que ali ficava jungido. De um lado, unindo os dois esteios, havia uma dobradiça de ferro, grosseira, feita ali mesmo, e de outro, uma espécie de aldrava com cadeado⁸¹.

Apesar do grande esforço por parte de Vicente Lemes para salvar a vida dos nove assassinados no tronco pela polícia, a chacina foi inevitável. A reflexão dos soldados sobre o acontecimento é interessante para articular com a hipótese de que Élis também critica os Caiados, analisando-os como parte do atraso que o Estado vivenciava. Para acabar com as violências, com os desmandos, com o atraso, era necessário romper com esta República envelhecida, aqui se observa outro discurso do movimento político do Estado Novo, em Goiás.

Os soldados Enéias e Mendes de Assis, ao presenciarem a chacina, e com medo de retaliação dos jagunços de Artur Melo, e seus parceiros, analisam que o sacrifício foi por ordens do governo do Estado que queria eliminar um coronel dissidente que incomodava. Mas a briga não era dos soldados, eram apenas agentes da força coerciva de um líder regional forte, que usava da força pública para a proteção e interesse privado. Esta não era uma causa do povo nem uma causa nacional, mas o uso da força pública, para obter interesses particulares [neutralizar o antagonismo].

Mas Enéias insistia. Apavorados com a execução dos inocentes, Enéias e Mendes de Assis sabiam que Artur, se os pegasse, mataria aos pouquinhos. Imaginavam-se cutucados de faca, os jagunços os sangrando vagarosamente. Seria inútil pedir, rogar, pois também os reféns pediram e rogaram muito. Sacrifício besta. Eles morrendo ali, enquanto na Capital e no Rio de Janeiro os políticos estariam gozando a vida, criando os filhos, vivendo alegremente. Mendes de Assis se comparava a um jagunço. Sim. Tal e qual um jagunço, embora com maiores responsabilidades. A verdade é que seriam mortos pelos bandidos, enquanto nas cidades os políticos continuariam na boa vida!⁸².

Mendes de Assis se identifica a um jagunço, mas não um bandido social, pois não havia relações complexas com o coronelismo, com a estrutura de poder econômico. Mesmo se observado na interpretação clássica do modelo de Hobsbawm, o soldado não buscava uma causa social, e não estava ligado ao campesinato, também não foi considerado um herói após o incidente.

⁸¹ ÉLIS, Bernardo. **O Tronco** -10. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008. p.170

⁸² ÉLIS, Bernardo. **O Tronco** -10. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.p.223

Os Barulhos repercutiram na imprensa carioca, pois os Melos possuíam influência, e prestígio até no Rio de Janeiro. Amigos e parceiros comerciais, influenciaram jornais a noticiarem os Barulhos, que fez o presidente do estado de Goiás, J. Alves Castro, reconhecer o excesso de força e culpar a polícia pelos assassinatos violentos. O romance menciona-se apenas a tentativa do governo fulgir das acusações, usando bodes expiatórios.

Poderia dizer que não mandou ninguém matar os reféns. Quem ouviu as ordens? Podia jogar a culpa das mortes nas costas dos soldados, como Carvalho jogou a responsabilidade da morte do velho nas costas de Mendes de Assis e como Mendes de Assis estava jogando essa culpa nas costas dos soldados. Era a solução mais acertada: jogar a responsabilidade de tudo na cacunda dos soldados, depois deixar os soldados sumirem no mundo. Não era esse o sistema usado?⁸³.

Vicente Lemes, busca a melhor saída para salvar as vidas dos moradores da Vila, que não fugiram com os Barulhos, mas se vê sem recursos e forças para proteger a família. Após muito suplício dos familiares, sai da vila, para evitar que sua esposa e filhos sejam assassinados pela vingança dos Melos, pois a raiva do líder local era do primo coletor e da polícia. Sai com desejo de não retornar, antes que a lei, a modernidade pudesse se enraizar no Duro.

Ele tinha vontade de dizer isto aos companheiros, mas tinha receio. Diziam sempre que ele era um homem de boa fé, ingênuo. Podia ser, mas uma coisa lá dentro do peito lhe contava que era preciso acabar com o poderio absoluto do Coronel Melo, com a soberba das famílias poderosas, para que ali pudessem vigorar as leis e não a vontade de um potentado⁸⁴.

O desfecho do romance, não é circunscrita apenas aos limites locais do Duro, e ao norte de Goiás, mas uma crítica ao poder absoluto dos coronéis, partindo de Pedro Melo, para pensar o restante do Estado de Goiás, com as velhas oligarquias e coronéis no poder, para que o Estado de direito pudesse prevalecer.

1.5 A crítica literária e o regionalismo de Bernardo Élis.

Antônio Candido distingue a literatura regionalista em pitoresca (o primeiro momento, no século XIX, até a década de 1930), construído, pela literatura que caracterizará a história da nação, envolvendo elementos da natureza, idolatrando-a, e incluindo o rural, mas de maneira anedótica, sem aprofundamento nas características, servindo apenas de espetáculo para o homem da cidade. A segunda fase, a partir de

⁸³ÉLIS, Bernardo. **O Tronco** -10. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008. p.229

⁸⁴ ÉLIS, Bernardo. **O Tronco** -10. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.p.276.

1930-54, na América latina tem-se o regionalismo problemático, em que os autores “desvendam a situação na sua complexidade, voltando-se contra as classes dominantes e vendo na degradação do homem uma consequência da espoliação econômica, não do seu destino individual”⁸⁵. Este estilo foi consagrado pelo regionalismo nordestinos, em especial Raquel de Queiroz e Graciliano Ramos, que construíram a narrativas verossimilhantes a partir do homem do campo, buscando explorar na literatura as suas características verbais, orais, no texto, e ao mesmo tempo em que criticam a miséria que a população vivenciava.

Na classificação de Cândido, Bernardo Élis, se encontraria nessa segunda vertente, que sinaliza que a terceira geração, quando o regionalismo seria o *super-regionalismo*, em que o campo, o sertão, não seria identificado apenas por uma região, mas caracterizado por elementos narrativos que ultrapassam essa barreira regional, para se tornar universal. O caso exemplar desta terceira geração seria “Guimarães Rosa, solidamente plantada no que poderia chamar de a universalidade da região. E o fato de estarem ultrapassados o pitoresco e o documentário não torna menos viva a presença da região[...]”⁸⁶.

Todavia, classificar é construir uma barreira à literatura que não trata a cidade, caracterizando a literatura urbana como universal, e delimitando o regional, como literatura “ruim”, que apesar de trazer elementos importantes, e realizar crítica social, sempre será regional Entendido como um elemento limitador.

[...] A literatura regionalista, a boa literatura regionalista, e uma subversão da ordem hegemônica central da cultura, é uma voz da periferia para o centro, e adquire uma função conativo-apelativa de chamar a atenção da sociedade para valores e resoluções literárias autodeterminados, ou para a denúncia social do desequilíbrio e das diferenças culturais e regionais (caso muito comum) ou até de renovar temas desgastados, como foi o caso dos regionalistas finisseculares, que renovaram o naturalismo doméstico no Brasil. A crítica a respeito de Guimarães Rosa é exemplo desse colonialismo. Como a sua literatura é estrela de primeiríssima grandeza, capaz de tornar a nossa literatura modelo de imitação lá fora, ou de incomodar como voz e Minas a voz do centro, a crítica não aceita como regionalista ou sertanista. Trabalha o seu regionalismo como universalismo, alegando que o seu sertão, como ele mesmo disse “não está em parte alguma” mas dentro da gente, sem perceber o que ele, Guimarães, percebeu om clareza- o seu paradigma era o seu sertão, o sertão de Minas e Goiás que, de fato, estava dentro dele. A crítica prefere-o como super-regionalista, como chamou Antônio Cândido, por não buscar expandir o conceito de regionalista, ou talvez, por não pretender, enquanto expressão hegemônica, que o sertanejo possa pensar e

⁸⁵ CANDIDO, Antônio. **A Educação pela Noite e outros ensaios**. São Paulo; Ática, 1989. p.159

⁸⁶ CANDIDO, Antonio. **A Educação pela Noite e outros ensaios**. São Paulo; Ática, 1989p.161.

indagar em som mais alto e melhor. De praxe, quando o escritor é bom, para a crítica, ele não é regionalista.⁸⁷

O fato é que em 1975, Bernardo Élis é reconhecido como escritor pela ABL. Não exatamente por seu universalismo que transfigura a região, mas pelo seu estilo de mesclar a linguagem regional, com a língua curta. Alceu Amoroso Lima na recepção de Élis faz referência ao seu estilo linguístico “fusão rara entre o culto e o falar popular”⁸⁸. Enquanto Aurélio Buarque elucida o contexto social da literatura de Élis “Muitos outros contos do nosso homenageado, talvez possamos dizer todos, têm a marca do seu alto poder de descrição [...]o mais aclamado sobretudo (creio) pelo seu alto teor e substância social [...]”⁸⁹. Enfim, Élis, em 1975, disputou a cadeira número 1 com o ex. presidente da república Juscelino Kubitschek, prevalecendo por 2 votos a vitória do literato goiano⁹⁰, em um período que a ABL “imortalizou” a literatura regional, com Jorge Amado (1961), Mario Palmério (1968), João Cabral de Melo Neto (1968), contrariando de certa forma a crítica literária que exaltava o *super regionalismo* e a literatura urbana, em especial a da terceira geração do modernismo.

1.6 Considerações finais sobre o romance: E a história?

A relação entre história e literatura inquieta uma nova geração de historiadores, em especial posteriormente a redescoberta da cultura pelos historiadores. Segundo Peter Burke, a terceira geração dos Annales, reabriu a discussão sobre a história serial, das mentalidades e da cultura, que não foi negligenciado pela segunda, mas que não teria sido foco de atenção da geração de Braudel⁹¹, contudo, dentro dessa geração, em especial a partir da década de 1980, ocorre a aproximação com a antropologia, e alguns historiadores, como Roger Chartier, Daniel Roche, propuseram novas abordagens “da

⁸⁷ VICENTINI, Albertina. **O Sertão e a Literatura**. Revista sociedade e cultura. Goiânia: Editora UFG. 1998, p.50

⁸⁸ ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Discurso de Posse de Evandro Lins e Silva**. Disponível em << <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=502&sid=91>>> Acesso 31 Jan. 2015.

⁸⁹ ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Discurso de Posse de Evandro Lins e Silva**. Disponível em << <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=502&sid=91>>> Acesso 31 Jan. 2015.

⁹⁰ ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Discurso de Posse de Evandro Lins e Silva**. Disponível em << <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=502&sid=91>>> Acesso 31 Jan. 2015.

⁹¹ Burke, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989**. Trad Nilo Odália. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

história social da cultura para a história cultural da sociedade”⁹², para a análise da sociedade, suas representações.

A história, segundo Burke, com a mudança da abordagem, e a perda da força da história das mentalidades e serial, abre-se ao estudo da literatura. Pasavento aponta que o estudo da literatura não é a busca da verdade, mas a procura da representação social, ou nas palavras de Chartier, das “práticas e representações”⁹³. A partir da análise da fonte, das realizações de perguntas ao texto e ao autor e público, e a percepção das metáforas no texto.

Nesse capítulo, o desafio foi analisar o romance, *O Tronco* (1956), de Bernardo Élis. Na primeira parte busquei considerar traços biográficos do autor. Em seguida, inquirendo as metáforas do texto literário: um romance histórico, com críticas aos coronéis, aos políticos, tanto os do Duro, quanto aos representantes do Estado, construindo uma alegoria, onde os martírios da população, os ermos do sertão são tratados no âmbito da política coronelista, que impede o “desenvolvimento” de Goiás, construindo uma barreira imaginária, entre o desenvolvido e o atrasado, que não é a região do vale do Duro, mas o Estado coronelista instituído.

Esta obra tem sido compreendida como uma das diversas críticas feitas às antigas oligarquias, no tempo em que elas já não estavam mais no poder: levando a “cultura goiana, o vocabulário regional e o esquecimento da população pelas antigas oligarquias”⁹⁴, quando a capital do estado de Goiás, já havia sido transferida.

À época da publicação da obra, Goiânia já era o novo centro de poder. Chaul¹ aponta que o interventor Pedro Ludovico Teixeira, planejou a cidade como símbolo da marcha para o oeste, e da abertura de fronteira entre o novo e o velho, nos termos mesmos da redenção da região diante da situação de desmandos descrita no romance. Goiânia, construída inaugurada durante Estado novo fez parte de um projeto modernizador em que a pequena cidade de Goiás representava o atraso, o coronelismo, as velhas forças do império, da primeira república, e esse é um ponto importante para levantar a hipótese de que Élis poderia estar movido por esse sentimento.

⁹² Burke, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989**. Trad Nilo Odália. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.p.69

⁹³ CHARTIER, Roger. **A história hoje: dúvidas, desafios, propostas**. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 7, nº 13, 1994.

⁹⁴ Bernardo Élis, foi ligado aos PCB, e em entrevista, cujo trecho foi citado na introdução, o autor mencionar que a população é esquecida pelos políticos nas mãos dos mandões regionais.

Além da questão ideológica, a nova capital foi construída para consolidar a imagem do interventor e do presidente Vargas, e para minimizar e atacar o centro do poder antes de 1930: o prestígio e a força dos Caiados, construindo uma capital para o sul e sudeste do Estado, voltado a dinamizar o processo de acumulação capitalista.

A marcha desenvolvimentista do Estado necessitava, assim, de uma “capital acessível, que irradiasse progresso e marchasse na vanguarda, coordenando a vida política e estimulando a econômica, ligada à maioria dos municípios por uma rede rodoviária planejada.” Goiânia simbolizaria o avesso do atraso e poderia retirar o Estado de sua atávica decadência⁹⁵.

Goiânia situada no centro oeste brasileiro, na região do cerrado, é considerada região estratégica da modernidade, assim, a fronteira do sertão é flexível é o atraso, o norte de Goiás, e a antiga capital, com seus representantes advindos da pecuária, do coronelismo.

Portanto, levanta-se outra hipótese: Teria Élis, ao construir o romance, visualizado o atraso, o sertão não apenas o norte de Goiás, mas também na antiga capital: O Estado como um todo representava o atraso, em contrapartida com o moderno que o literato, professor vivenciava em 1956, época de esplendor de Goiânia e de execução da transferência da capital federal também para o planalto central.

O Estado e o governador são criticados no romance, Não apenas os Melos. Élis critica os Melos, usando esse tipo para exemplificar o atraso do coronel, mas também critica a oligarquia dos Caiado. Narra a história de Goiás, seguindo a comitiva dos vencedores, mas com elementos que possibilitam discordar da posição oficial de Goiás.

O romance procura narrar um fato histórico. Como vimos na primeira parte, na nota explicativa que abre o romance, Bernardo Élis menciona o objetivo de retratar os fatos principais dos Barulhos do Duro. É uma tarefa difícil, senão infrutífera destacar se a literatura é uma construção do real ou o seu disfarce. Sem dúvida, é sua representação, uma construção social a partir de determinações históricas. A partir da análise do texto, da produção das hipóteses nesse trabalho, conclui que Bernardo Élis critica o coronelismo, mas não tece uma crítica direta aos Wolney. Talvez por isso mude apenas os seus nomes e não das autoridades instituídas, afinal, o que está em xeque parece ser a instituição e não os sujeitos.

⁹⁵ CHAUL, Nagib Fayad Chaul **Dossiê cidades planejadas na hinterlândia: Goiânia: a capital do sertão**. Goiânia: Ufg, jun. 2009 p. 104

Aparentemente a crítica está mal disfarçada, porém é possível que os Melos/Wolney, sejam um exemplo, um estereotipo – representação do sistema coronelista.

Esse trabalho não esgota o tema, não busca uma análise da construção da realidade, mas parte-se por esse recorte, afinal, o historiador não busca a verdade, mas procura chegar próximo a um real que poderia ter acontecido, pelo que restou: as fontes, as interpretações.

Eis os tênues limites entre Clio e Calíope! A representação da obra literária, não é retrato fiel, mas poderia ter sido! Afinal, nos termos de Aristóteles, esta é a característica da literatura! Uma análise histórica poderia ser mais bem sucedida no intento? Eis a nossa próxima tentativa, enunciada no capítulo 2.

CAPITULO 2. Política e poder sob os olhos de Clio.

2.1. Uma tentativa de análise do clã Wolney.

Os Barulhos do Duro, também conhecidos como massacre dos nove⁹⁶, ocorreu na Vila de S. José do Duro⁹⁷, entre outubro 1918 e fevereiro de 1919. Os Barulhos foram repercutidos na imprensa, em especial a do Rio de Janeiro, posteriormente ao incidente que levou a morte de nove membros da família Wolney no tronco (instrumento de tortura, usado para punir escravos, mas ainda presentes em delegacias na Primeira República). No local onde teria ocorrido a morte dos nove, foi construída a Capelinha dos Nove em homenagem às vítimas.

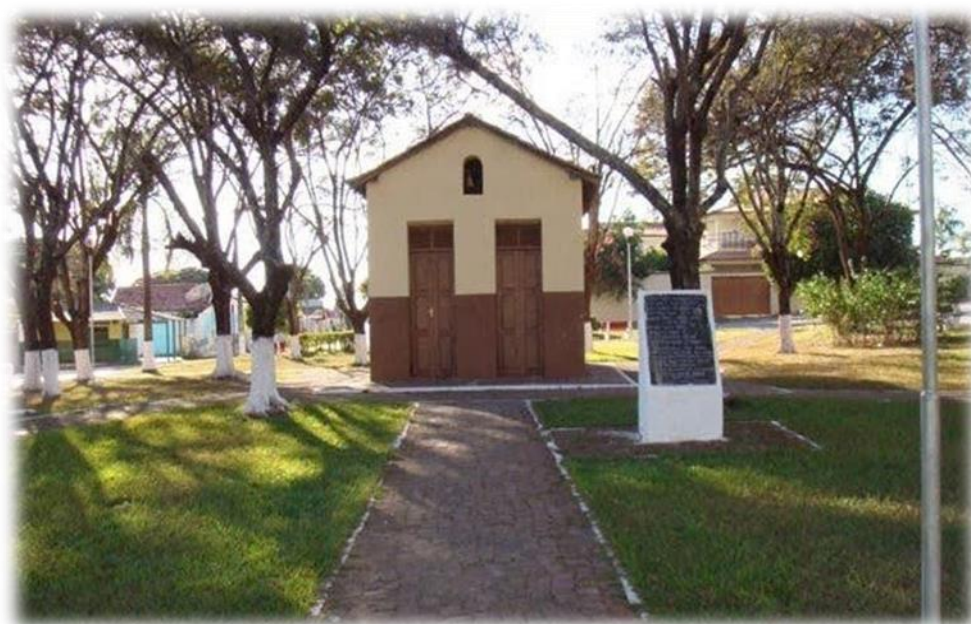


Imagem 1. Capelinha dos Nove: Disponível em << [⁹⁶ Porque foram assassinados nove sujeitos: João Batista Leal, Benedito de Cerqueira Póvoa, João Pinto Póvoa, João Rodrigues de Santana, Nilo Santana, Salvador Santana, Messias Camelo, Nasário do Bonfim e Wolney Filho. A definição de Barulhos é usada por Élis, as literaturas do Duro, Alves em sua dissertação \(ALVES, Telam Antônia Rodrigues. *Tocantins: Narrativas sobre o Sertão*. Goiânia. Dissertação de mestrado em Sociologia. UFG, 2009; BORJAS, Manuel. *Comunidade de memória: Memória metafórica de una localidad en el sertao brasileiro*. Brasília. Tese de Doutorado em antropologia. UNB, 1995\). Os jornais do período A Época e a Noite denominaram os Barulhos do Duro, como “os acontecimentos em Goiás”.](http://4.bp.blogspot.com/-Capelinha dos Nove.>>; Acesso 18 Dez. 2014.</p>
</div>
<div data-bbox=)

⁹⁷ Apenas em 1938, S José do Duro foi elevado a categoria de município, em 1939 alterou o nome para Dianópolis. Contudo, o a diretoria geral de estatística, no recenseamento de 1920, classificou São José do Duro como município. A população de São José do Duro, no recenseamento 1920 (não houve a realização do censo em 1910, assim os dados mais próximos dos acontecimentos dos Barulhos do Duro, ocorrido em 1919, é através do censo de 1920, além do que em 1900, a diretoria geral de estatística não considerou o local como município). Possuía 4,358 pessoas, sendo que 337 sabiam ler e escrever, enquanto 4021 não sabiam ler e escrever. **MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMMERCCIO.** Diretoria geral de estatística. Recenseamento de 1920.

A notícia ultrapassou a fronteira do Estado se espalhando pelos jornais cariocas [A Epoca, A Noite, Gazeta de Notícias, Jornal do Brasil, O Paiz], em razão da força política de Abílio Wolney, e do fluxo de informações da Vila do Duro, com o telégrafo de Barreiras.

A estrutura de poder na Vila situava nas personalidades da oligarquia Wolney e Póvoa, as duas famílias eram unidas por matrimônio, enquanto o outro elo de poder encontrava-se no comando do governo do Estado: os Caiado!

Neill Macaulay observa que o clã Wolney é de origem holandesa⁹⁸, e Freitas, analisa a rede familiar que estrutura o poder político dos Wolney. Joaquim Ayres, pai de Abílio Wolney foi sogro de Custódio José de Almeida Leal, “que era agente dos correios em Conceição do Norte, e senador entre 1905-1908 e 1909-1912”⁹⁹. Leal tornou-se um homem rico através da mineração, e sua filha, Maria Jovita casou-se com Joaquim Ayres Cavalcanti Wolney.

Conceição do Norte, que compreende duas freguezias. Conceição e S. José: Na primeira encontra-se ouro em toda a parte [...] Há n’esta freguezia homens, como o tenente-coronel Custodio José de Almeida Leal [...] Um homem de Paranaguá, sem sciencia nem pratica alguma de mineralogia, descobriu uma veia de ouro em pó muito abundante¹⁰⁰.

A família, a parentela era a base do poder político durante o império e a primeira república. Queiroz escreveu que tais laços familiares uniam e fortaleciam conjuntos de indivíduos, e clãs, espalhando a rede de poder da família por extensas regiões.

Joaquim Ayres Cavalcante Wolney fortaleceu a sua família por meio do casamento, as uniões. O Clã mais poderoso do nordeste goiano espalhou em vastas estações de terras sobre o Piauí, Pernambuco, Bahia e nordeste Goiano, através das alianças entre os Ayres Cavalcanti, os Leal e os Teles Fernandes¹⁰¹.

Um grande coronel era também, em geral, o chefe de extensa parentela, de que ocupava por assim dizer o ápice. Esta era formada, por um conjunto de indivíduos reunidos entre si por laços de parentesco de indivíduos ou carnal, ou espiritual (compadrios), ou de aliança (união matrimonial). Grande parte dos indivíduos de uma parentela se originava de um mesmo tronco, fosse

⁹⁸ MACAULAY Neill. **A coluna prestes**. São Paulo; Alfa-ômega, 1987. Apud. MACHADO, Antônio Filho da Silva. Poder Político versus Poder Privado: Coronelismo na Primeira Metade do Século XX no Tocantins. In. GIRALDIN. O. (org.). *A (trans)formação histórica do Tocantins*. Goiânia: Ed. UFG, 2º. Ed.2004, p.294.

⁹⁹ FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. **Poder e Paixão: A saga dos Caiados**. Goiânia: Cànone editorial, 2009. V.2.p.15

¹⁰⁰ RIHGB. **Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil**. Rio de Janeiro, 1 Trimestre de 1862. p.187.

¹⁰¹ FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. **Poder e Paixão: A saga dos Caiados**. Goiânia: Cànone editorial, 2009. V.2.

legalmente, fosse via bastarda; as alianças matrimoniais estabelecem laços de parentesco entre as famílias, quase tão prezadas quanto as de sangue [...] ¹⁰².

Abílio Wolney, não adotou os diversos sobrenomes da família. Era apenas Wolney, mas por trás de seu prestígio havia o prestígio e a ajuda da família.

Na primeira república, o Governo Federal não constituía a maior força nos municípios e estados da federação. O Brasil havia adotado o federalismo, após a queda do império, mas a estrutura do Estado era limitada, a barganha com as elites regionais foi a estratégia utilizada, a partir da política dos governadores para a manutenção do poder ¹⁰³. José Murilo de Carvalho aponta que os Estados, após Campos Sales, necessitavam do auxílio do congresso para aprovar seus *Fundin-loan* (empréstimo com bancos ingleses) ¹⁰⁴ instalando a política dos governadores ¹⁰⁵. A política dos governadores, distribuiu poder aos Estados, que por sua vez distribuiu aos chefes locais em troca do auxílio, do prestígio dos locais no período das eleições ¹⁰⁶, criando o coronelismo, que é um sistema político da república, fruto do federalismo.

¹⁰² QUEIROZ, Maria Isabel. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Alfa-ômega, 1976. p.180

¹⁰³ Vitor Nunes Leal analisa que o coronelismo é uma estrutura que surgiu a partir do federalismo. No Império, não havia governadores de Estados, os presidentes das províncias eram nomeados pelo império, podendo ser removido sem prévio aviso. Essa instabilidade e a falta de poder dificultava a criação e alianças com as elites locais para a construção de redes de poder na província. A barganha para a manutenção do poder é um elemento do federalismo.

¹⁰⁴ “Com intuito de estabilizar as relações de crédito com o exterior, Campos Salles [...] foi consubstanciando no acordo com o Banco Rothschild [...] consolidava os empréstimos anteriores de 1883, 1888, 1889 e 1895, no valor total de 37 735 820 libras. O *Funding-loan* planejava o escalonamento do pagamento da dívida externa brasileira, e de seus juros, em longo prazo. Com garantia, responderia a receita da Alfândega do Rio de Janeiro e, se esta não fosse suficiente, a dos demais portos [...] O governo interveio no câmbio, estabelecendo uma taxa ouro determinada por sacas de café, e procurou racionalizar a produção. Estas medidas, em curto prazo, descontentaram os produtores, levantando enorme celeuma por não garantirem a almejada estabilização dos preços” JANOTTI. Maria de Lourdes Mônaco **O Coronelismo: Uma Política de Compromissos**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p34.

¹⁰⁵ Campos Sales, após a crise inflacionária nos primeiros anos da república velha, ao assumir a presidência do país (1898-1902), adotou medidas impopulares, como a diminuição do mercado, arrocho salarial e diminuição do emprego, com objetivo de estabilizar os índices inflacionários, e o valor da moeda. Para a aprovação das medidas, Sales necessitava ceder aos interesses do congresso, assim definiu a política dos governadores, que limitou a força do governo federal, e repartiu os poderes com os governos estaduais e municipais, parafraseando Vitor Leal Nunes, nessas condições, cabia ao governo federal declarar guerra aos Estados, ou se aliar a eles em um sistema de compromisso, desde a constituição de 1891. Fonte parafraseada: LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

¹⁰⁶ Queiroz observa que o coronelismo é o jogo do mais forte, a busca pelos votos nem sempre se negociou com o prestígio (foi comum líderes locais serem convidados para batizar filhos da população, esse instrumento permite observar o prestígio, Bênção padrinho como forma de respeito ao mandão local), e a barganha (Os líderes locais eram os elementos políticos mais próximo da população, portanto barganhavam com a população em troca dos votos). Mas o coronelismo é um instrumento de dominantes e dominados, que a violência e a coerção também foram instrumentos usados pelo coronel para a manutenção da política local.

“No entanto, cumpre não esquecer que a obtenção dos votos, nem sempre se exprimiu de maneira benigna pela barganha; encontrava-se esta forma de agir inserida numa estrutura de dominantes e dominados, em

O coronelismo é, então, um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca do reconhecimento deste de seu domínio no estado.¹⁰⁷

Os Wolney foram a oligarquia mais importante de São José do Duro, durante a Primeira República: controlavam a produção de aguardentes e açúcar no antigo norte goiano, “Duro possuía 14 engenhocas; 12 se encontravam ativas. Estas eram movidas por quatro bois cada uma”¹⁰⁸ (engenhocas são engenhos mais simples, menores, voltados principalmente a produção de aguardente) e a burocracia estadual, em virtude da barganha entre poder local e Estadual.

Os dados a seguir apresentam a produção artesanal das engenhocas em S. José do Duro, cujas propriedades eram sobretudo da família Wolney. Oliveira destaca que esses dados do Coronel patenteado Abílio Wolney são os únicos dados disponíveis sobre a economia do norte de Goiás, durante a primeira república¹⁰⁹.

Anos	Açúcar (arrobas)	Rapadura (unidades)	Aguardente (barris)	Melado (litros)
1900	400	7.000	509	590
1901	480	9.000	439	600
1902	600	8.000	400	1.000
1903	730	9.000	320	1.300
1904	600	10.500	560	2.200

Tabela 2: Resumo da produção na região do Duro, no norte goiano de 1900 a 1905.

FONTE: RELATÓRIO apresentado ao Dr. José Xavier de Almeida, presidente do Estado de Goiás, pelo Bacharel José Alves de Castro, Secretário de Instruções e Justiça, Terras e Obras Públicas, em 21 de abril de 1905. IN: **Memórias Goianas**. Vol. 16. Goiânia: UCG, 2003. p. 248, 249. . Apud. OLIVEIRA, op. Cit. 2007, p.95.

que os dominantes detinham vários instrumentos de poder em suas mãos, inclusive e principalmente econômico [...]” (QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976, p. 173.)

¹⁰⁷CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual**. *Dados* [online]. 1997, vol.40, n.2. p.2. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>>. Acesso 12 Set. 2014.

¹⁰⁸OLIVEIRA, Paulo Roberto de. **Entre rios e trilhos As possibilidades de integração econômica de Goiás na Primeira República**. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Franca: UNESP”, 2007, p.97. Disponível em: <<http://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/pauloroberto.pdf>>. Acesso em: 25 dez. 2014.

¹⁰⁹ OLIVEIRA, Paulo Roberto de. **Entre rios e trilhos As possibilidades de integração econômica de Goiás na Primeira República**. . Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Franca: Unesp, 2007,p.95 Disponível em: <<http://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/pauloroberto.pdf>>. Acesso em: 25 dez. 2014.

demográfico e econômico”¹¹². Palacín não estudou especificamente S. José do Duro, mas o norte goiano era pouco habitado. S. José do Duro, hoje Dianópolis, localiza-se em um local estratégico, na fronteira com a Bahia, onde havia um posto da fazenda estadual, que cobrava impostos pela passagem do gado. Rota de grande fluxo de vaqueiros que comercializavam no entreposto de Barreiras, e depois, Feira de Santana.

A família Wolney, após as alianças e o casamento de Joaquim Ayres com a família Leal, ganhou prestígio no começo do século XX, a controlar as arrecadações da vila, que se localizava o posto de coleta estadual de Goiás sobre a passagem do gado¹¹³, nas palavras de Freitas, “Uma vez que credenciavam seus titulares a proceder à arrecadação de tributos e rendas [...]”¹¹⁴.

Controlar a região de fronteira, e consolidar-se como a família mais importante e rica de Duro, possibilitou que na política dos governadores, os Wolney controlassem, ou pelo menos exercessem influência sobre a população da região, em especial nos períodos eleitorais. José Murilo de Carvalho nos lembra que os processos eleitorais eram controlados por líderes locais.

Todas as fases do processo eleitoral eram controladas por pessoas ligadas às chefias locais que se conectavam, por sua vez, às chefias estaduais e essas à nacional [...]. Mas a fraude apenas afetava a representação, reduzindo sua autenticidade. Ela não reduzia o número de votantes, podia mesmo aumentá-lo¹¹⁵.

Abílio Wolney, filho de Joaquim Ayres Wolney foi advogado¹¹⁶, farmacêutico e político, em 1894, com 19 anos elege-se deputado estadual, “transcorre à sombra do situacionismo”¹¹⁷, se alia a José Leopoldo de Bulhões, e em segundo momento, torna-se elemento importante do Governo de Xavier Almeida, ao delatar a situação que se

¹¹² PALACÍN, Luis . **Coronelismo no extremo norte de Goiás: O Padre João e as três revoluções de Boa Vista**. São Paulo: Edições Loyola, 1990. p. 12. Apud OLIVEIRA, Paulo Roberto de. Entre rios e trilhos As possibilidades de integração econômica de Goiás na Primeira República. 2007. p.94.

¹¹³ FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. **Poder e Paixão: A saga dos Caiados**. Goiânia: Cânone editorial, 2009. V.2. p.13

¹¹⁴ FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. **Poder e Paixão: A saga dos Caiados**. Goiânia: Cânone editorial, 2009. V.2.p.15

¹¹⁵ CARVALHO, Jose Murilo. **Os três povos da República**. In: Amadeu Carvalho Homem; Armando Malheiro da Silva; Artur César Isaia. (Org.). **A República no Brasil e em Portugal**. Coimbra, Portugal: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007, v. 1, p.105

¹¹⁶ “[...] Capital Goiás Velho. Ali, também inscreveu-se na Ordem dos Advogados como provisionado, sob o nº 33, para o exercício da advocacia”. AIRES NETO, Abílio Wolney. **O Duro e a Intervenção Federal. Anápolis**. (digital) 2003, p.225. Acesso. 20 Set. 2014. Disponível <www.dnoto.com.br/Livros/o-duro-e-a-intervencao-federal.html>

¹¹⁷ FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. **Poder e Paixão: A saga dos Caiados**. Goiânia: Cânone editorial, 2009. V.2.p.15

formava oposição ao seu governo¹¹⁸, Abílio foi em 1904 empossado ao cargo de administrador da mesa de rendas do norte goiano.

No movimento de maio de 1909, Abílio desliga da situação, e apoia Totó Caiado e seu cunhado Eugênio Jardim, na revolução de 1909, que retirou Miguel de Rocha da presidência do Estado, e em 1912, rompe com o grupo Caiado, e foi depurado como deputado estadual, constituindo oposição ao governo. No retorno ao Duro, perde a mesa de rendas, e os privilégios fiscais da fazenda estadual, além que perde o controle sobre a nomeação da burocracia estadual.

Com a perda do controle da burocracia, o primo, concunhado e inimigo Sebastião de Brito Guimarães é empossado a coletoria da fazenda Estadual. Os Wolney após 1912 passam a constituir oposição ao governo do Estado, e não possuíam privilégios. Silva aborda que o atrito entre o Clã e o governo estadual aumentaram em 1918, quando Abílio, na condição de advogado foi acusado de negligenciar gados¹¹⁹ e propriedades do inventário viúva do comerciante Vicente Belém, que os Wolney após a instauração do processo, Abílio e Joaquim Wolney forçaram o Juiz *municipal* Manoel de Almeida e o coletor Brito a entregarem o inventário¹²⁰, no meio a “agressão e desacato”¹²¹. A burocracia estadual, a serviço do Estado, solicita estado de sítio e abandonam a vila, à espera da reação do Estado, do envio de força policial para a vila.

Após o incidente, o presidente do Estado J. Alves de Castro nomeou o Juiz capixaba Doutor Celso Calmon Nogueira da Gama para averiguar os incidentes na vila, e recuperar o inventário.

¹¹⁸ Antônio Filho da Silva. **Poder Político versus Poder Privado: Coronelismo na Primeira Metade do Século XX no Tocantins**. In. GIRALDIN. O. (org.). A (trans)formação histórica do Tocantins. Goiânia: Ed. UFG, 2º. Ed.2004

¹¹⁹ MACAULAY Neill. **A coluna prestes**. São Paulo; Alfa-ômega, 1987. Apud. MACHADO, Antônio Filho da Silva. **Poder Político versus Poder Privado: Coronelismo na Primeira Metade do Século XX no Tocantins**. In. GIRALDIN. O. (org.). A (trans)formação histórica do Tocantins. Goiânia: Ed. UFG, 2º. Ed.2004,p.298.

¹²⁰ DOLES, Dalísia Martins. **Aspetos econômicos e sociais do coronelismo em Goiás**. ICHL, UFG, Caderno de Pesquisa. 1977.p.15

¹²¹ FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. **Poder e Paixão: A saga dos Caiados**. Goiânia: Câneone editorial, 2009. V.2.p.20.

2.2 A Construção do Poder: A vez de Abílio Wolney organizar a manutenção de governo Xavierista no Palácio Conde dos Arcos.

Xavier de Almeida, apoiado por Leopoldo de Bulhões, e pelo partido Centro Republicano¹²² presidiu o Estado de Goiás entre 1901-1905, após ganhar destaque em meio à disputa entre Bulhões e Caiados, na última década do século XIX¹²³. Abílio Wolney foi uma figura importante para a manutenção do poder da situação, após reformas administrativas, fiscais que acirrou o descontentamento do partido Centro Republicano.

Abílio Wolney elegeu-se em 1894 para deputado Estadual, após a aliança com os Leal, porém no Governo de Xavier de Almeida, Abílio tornou-se político importante para o Palácio Conde dos Arcos [Sede do Governo de Goiás, até a transferência da capital do Estado para Goiânia], passando a fazer parte da administração pública da mesa de rendas do norte goiano¹²⁴ em 1904.

Antônio Xavier de Almeida, eleito em 1901, barganha com cargos políticos para a manutenção do poder, porém distintamente do imaginado, o grupo Bulhonista perde o poder, cargos na administração do governo de Xavier de Almeida, e em 1904, ocorre o rompimento definitivo [entre Bulhões e Xavier de Almeida] que “se expressa com o afastamento de Secretários de Estado ligados àquela corrente política”¹²⁵, e o casamento com Amélia Augusta de Moraes, do clã Lopes de Moraes¹²⁶ do Sul do Estado (Morrinhos), já que Leopoldo Bulhões esperava que as duas famílias (Xavier e Bulhões), se unissem com laços matrimoniais.¹²⁷ Xavier de Almeida rompe com os Bulhões e se aproxima da oposição, ao Centro Republicano, dos “Caiados, Fleury,

¹²² PAIXÃO, Frederico Oliveira da ; SILVA, Riemann Costa . **A formação histórica do território goiano e a política coronelística**. Estudos . v. 40, , 2013. p. 224

¹²³ BORGES, Thaís Cristina Modesto; GONÇALVES, Ana Maria. **A instrução elementar na revista a informação Goyana (1917/1935)**. In: VI Conpeex, Goiânia. VI Conpeex, 2009.p.5

¹²⁴ FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. **Poder e Paixão: A saga dos Caiados**. Goiânia: Câne editorial, 2009. V.2.p.14

¹²⁵ CAMPOS, Francisco Itami. DUARTE, Arédio Teixeira. **O Legislativo em Goiás: História e Legislações**. Goiânia : Assembleia Legislativa de Goiás, 1996. V.1 p.30

¹²⁶ AMORIM, Eron Meneses de. **Morrinhos: coronelismo e modernização**. 1998.. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1998. Disponível em: <https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/AMORIM_Eron_Meneses_de_1998.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2014.

¹²⁷ FONSECA, Maria Lúcia. **Coronelismo e mandonismo local - Morrinhos (1889/1930)**. 1997. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1997.p.11 Disponível em: <https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/FONSECA_Maria_L_cia_1997.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2014.

Alves de Castro”¹²⁸. O centro republicano após o rompimento, passou a formar oposição a Xavier de Almeida, fundando o “Partido Republicano Federal de Goiás”¹²⁹.

Além do rompimento, Xavier articula a reforma administrativa, fiscal no estado, aprimorando os gastos públicos e a arrecadação de impostos, inclusive aprimora a arrecadação sobre a passagem do gado no estado. Moraes aponta que Xavier de Almeida buscou aperfeiçoar a criação de gado, e ampliar a extensão ferroviária, “lançou o programa de aperfeiçoamento do gado goiano. Além disso, segundo ela, lutou pela extensão da ferrovia até Goiás e trabalhou pela modernização da navegação do rio Araguaia”¹³⁰. Almeida salienta que a exportação do gado era uma das maiores fontes de renda do Estado e que tal política indispunha “o governo com os “coronéis fazendeiros”, já que estes passam a ser mais tributados em suas exportações de gado, diga-se de passagem, quase único produto de exportação e fonte de renda do estado”¹³¹.

Com o desligamento do Partido Republicano de Goiás, também conhecido como Centro Republicano, e a rigorosa política fiscal, constituiu em Goiás, em especial no interior, a formação de uma oposição ao governo Xavier de Almeida, e do seu sucessor Miguel de Rocha Lima (1906-1909). Machado analisa que diante das medidas, da maior fiscalização sobre a impostação do gado, formaram-se acordos entre os coronéis de Goiás, inclusive no norte do estado, para questionar os aumentos dos impostos,

Em Natividade, em 1904, os coronéis se reuniam para formar oposição às medidas, que Abílio Wolney denunciou os questionamentos a Xavier de Almeida, que o recompensou com o cargo de administrador de rendas do norte de Goiás.

Uma dessas reuniões aconteceu em Natividade, em 1904. Os coronéis ali presentes deliberavam contra o governo de Xavier de Almeida, e a presença do coronel Abílio Wolney foi negada naquele recinto. Após inteira-se dos assuntos debatidos naquela reunião, Abílio Wolney foi a capital informar ao governador Xavier da oposição que era formado no norte contra o seu governo. Como recompensa, recebeu a nomeação de administrador da “mesa

¹²⁸ BORGES, Thaís Cristina Modest; GONÇALVES, Ana Maria. **A instrução elementar na revista a informação Goyana (1917/1935)**. In: VI Conpeex, Goiânia. VI Conpeex, 2009.p.5

¹²⁹ ALMEIDA, Augusto Cesar. **Modernidade e Tradição em Goiás**. Educação & Mudança, Anápolis, v. 01, n.03, 1999.p.24

¹³⁰ MORAES, Maria Augusta Sant’Anna. **História de uma oligarquia: Os Bulhões**. Goiânia: Oriente, 1974. p. 187. Apud. OLIVEIRA, Paulo Roberto de. Entre rios e trilhos As possibilidades de integração econômica de Goiás na Primeira República. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Franca: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, , 2007 p.71.. Disponível em: <<http://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/pauloroberto.pdf>>. Acesso em: 25 dez. 2014.

¹³¹ ALMEIDA, Augusto Cesar. **Modernidade e Tradição em Goiás**. Educação & Mudança, Anápolis, v. 01, n.03, 1999.p.24.

de rendas” do norte de Goiás, com sede em Santa Maria de Taguatinga, hoje Taguatinga [...]”¹³².

Durante o período do Governo Xavier de Almeida, Abílio não ocupava nenhum cargo político, após o fim da legislatura de deputado Estadual (1895-1897)¹³³, Wolney é eleito, em 1900, deputado federal, mas foi impedido de tomar posse, degolado¹³⁴ retorna ao Duro, mas com a aliança a Xavier de Almeida, se destaca na articulação da situação, denunciando dissidências e controlando a mesa de rendas do norte goiano.

Freitas, na obra *Poder e Paixão: A saga dos Caiados* transcreve cartas de Cândido Nepomuceno de Souza (10/01/1909), dirigida a Ramos Caiado (Totó Caiado), informando que Abílio Wolney em breve romperia com a situação e se juntaria aos dissidentes, na invasão de Goiás¹³⁵: “O nosso Abílio [Wolney] anda apreensivo e estou convencido de que somente a gratidão que deva a Exma. Sra. Dona Therezinha ainda o prende ao governo [de Xavier de Almeida]”¹³⁶.

Abílio Wolney era grato à esposa do amigo João Alves de Castro [Secretário do governo de Miguel Rocha e futuro governador – Fiel a arranjo xavierista- não aderiu ao movimento], pois hospedaram a filha de Abílio na Capital do Estado, portanto hesitava em apoiar os Caiados, porém Abílio abandonou o amigo, e o governo, unindo-se a oposição.

¹³² MACHADO, Antônio Filho da Silva. **Poder Político versus Poder Privado: Coronelismo na Primeira Metade do Século XX no Tocantins**. In. GIRALDIN. O. (org.). **A (trans)formação histórica do Tocantins**. Goiânia: Ed. UFG, 2º. Ed.2004,p.295

¹³³ Abílio Wolney. Deputado Estadual (1895-1897); Eleito Deputado Federal por Goiás em 1900, foi depurado, reconhecido o diploma de Ovídio Abrantes; Deputado Estadual, (1905-1908) (1909-1912) Eleito Deputado Estadual para 7.ª Legislatura (1913), foi deputado. Presidente do Conselho Municipal, Barreiras, BA, 1922. Prefeito de Barreiras, BA. **Assembleia Legislativa do Estado de Goiás**. Disponível <<http://al.go.leg.br/deputado/perfil/deputado/1852>>. Acesso: 10 Set. 2014.

¹³⁴ A degola foi um mecanismo para impedir a eleições de políticos contrários as ideologias partidárias, e políticas do presidente do Brasil ou do Estado, impedindo os degolados de tomar posse, sobre a alegação de fraudes nas eleições. (JANOTTI. Maria de Lourdes. **O Coronelismo: Uma Política de Compromissos**. São Paulo; Brasiliense, 1986)

¹³⁵ Em 1909, a capital de Goiás [Goiás] foi invadida por coronéis de todo o estado, liderado pelo então senador por Goiás afastado e ministro da fazenda Leopoldo Bulhões, no mandado do presidente Nilo Peçanha e pelo deputado federal Antônio Ramos Caiado e pelo coronel Eugênio Rodrigues Jardim [cunhado de Ramos Caiado]. O movimento de maio de 1909, para Itami Campo foi motivada por questões fiscais e política. Desde o início do arranjo xavierista, iniciou-se os motins, Abílio Wolney se favoreceu politicamente ao deletar a dissidência de coronéis no norte de Goiás em 1904. Portanto, o econômico é fundamental para compreender o movimento. O arranjo xavierista aumentou os impostos sobre a passagem de gado, e intensificou a fiscalização, num período que o gado era um dos principais itens do PIB do Estado, assim, com liderança política do senador do deputado Bulhões se Caiado, Eugênio Jardim com coronéis e jagunços de todo o estado invadiram a capital em 1909.

¹³⁶ FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. **Poder e Paixão: A saga dos Caiados**. Goiânia: Câne editorial, 2009. V.2.p.18.

Itami Campos considera que a invasão de Goiás foi motivada pela questão econômica. O comércio de gado, a impositação era uma fonte de renda, que com a política xavierista, criou oposição com intuito de diminuir a pressão do Estado, sobre a arrecadação os impostos dos coronéis.

A fim de pôr termo à dominação xavierista, os políticos de Goiás articulam um movimento sedicioso. Armas foram adquiridas. Os chefes políticos do interior, os ‘coronéis’ com gente de sua confiança foram sendo concertados nos arredores da capital [...] É surpreendente a movimentação desenvolvida pela ‘Revolução de 1909’ e grande foi o aparato militar que apresentou. O por quê disso ainda não está suficiente estudado. O motivo apresentado - a afirmação do domínio de Xavier de Almeida e dos Lopes de Moraes –parece frágil diante do aparato montado pela oposição [...] A razão mais provável a meu ver é a alteração procedida no sistema de arrecadação de renda imposta por Xavier de Almeida [...]”¹³⁷.

A questão econômica foi fundamental, mas Maria da Silva Conceição entende que os arranjos políticos dos Bulhões foram fundamentais para derrubar o governo xavierista. Articulado após a reeleição para o Senado, com políticos e coronéis, a estratégia era impedir um novo governo xavierista. Entretanto, não foi o idealizado por Bulhões, que pretendia se fortalecer, mas ao final, os Caiados que saíram fortalecido do “golpe”.

2.3- Estagnação econômica em Goiás na primeira república? Discussão historiográfica sobre a tese do atraso em Goiás.

Itami Campos defende que distintamente de Minas Gerais e São Paulo, que eram protagonistas no cenário político e econômico Goiás não possuía um produto agropecuário forte, a economia era baseada na exportação de gado e na taxaço do gado que em 1908 representou mais de 42% da receita goiana. Contudo, o gado era voltado ao mercado interno (não exportável como o café) e para Campo não tinha atrativos para conectar o Estado a economia nacional, além das dificuldades logísticas para a comunicação e escoamento da produção, e mesmo com a chegada da ferrovia, só resolverá o problema do escoamento em parte do sul¹³⁸.

¹³⁷ CAMPOS, Francisco Itami. **Coronelismo em Goiás**. Goiânia: EdUFG, 1987, p.73.

¹³⁸ Continua sem solução [...] o problema fiscal da zona norte, não se podendo compreender como essa região, das mais florescentes no tocante à indústria animal e mesmo a agricultura e que pode ser considerada o celeiro de uma vasta porção do estado que com ela confinam, corre com tão diminuta quota para as finanças do estado, insuficiente para o custeio dos próprios serviços [...] Somente ao contrabando deve ser atribuída essa anomalia, talvez em breve solucionada pela criação do 4º Batalhão de Polícia que decidi estabelecer em Natividade, ponto considerado como centro de onde possa facilmente irradiar-se as providências do governo quanto à fiscalização. MENSAGEM Apresentada ao Congresso Legislativo do

[...] A pecuária era a atividade econômica principal do Estado. Seu rebanho era expressivo, Goiás detinha 8,8% do rebanho nacional. Mesmo assim, a economia goiana não tinha destaque no âmbito nacional, pois além de não ter indústria, não dispunha de um produto agra-pecuário de significação, tal como o café para São Paulo e Minas Gerais, tal como o charque para o Rio Grande do Sul[...] Em todo o período [primeira república] a pecuária sempre foi a maior fonte de arrecadação de tributos estaduais, figurando com uma média de quase 32%. O segundo é dado pela característica da pecuária ou de seu produto principal- o boi “produto que por si se exporta” [...] Essa sua última característica supera, a maior dificuldade existente para qualquer produto goiano – o escoamento para o mercado consumidor que normalmente estava fora dos limites estaduais [...] Seja por falta de recursos, seja por desinteresse, o certo é que o Estado não dispunha de meios de comunicação necessárias ao escoamento da produção agrícola. A via férrea somente nos meados dos anos vinte atingiu uma parcela do sul do Estado. As estradas de rodagens e as pontes foram sempre construídas e exploradas por particulares. E ao que tudo indica este descaso é expressão da política dos pecuaristas (fazendeiros) que controlaram a economia e a administração pública estadual no período¹³⁹.

Itami Campos faz severas críticas às oligarquias, que controlam os partidos políticos, a política no Estado, responsáveis pelo atraso de Goiás. O sociólogo, também expõe que as oligarquias buscavam a estagnação econômica, para a perpetuação dos clãs sobre o Estado.

José Leopoldo de Bulhões Jardim, chefe político goiano de reconhecido prestígio no âmbito federal, tendo sido Ministro da Fazenda por duas vezes e sanador até 1918, é acusado de obstar o progresso de Goiás” quanto pior melhor” teria sido o seu lema e isto com finalidade de mantendo o atraso, continuar a dominar o Estado [...] Antônio Ramos (Totó) Caiado, também é chefe político goiano com prestígio federal é acusado de impedir ‘o quanto pode o desenvolvimento de Goiás, econômico e cultural’ [...] Não somente pela natural falta de recursos para financiar o desenvolvimento, mas principalmente pela consciência barreira ao progresso que os principais chefes políticos estaduais formaram é que Goiás se manteve pobre, isolado e atrasado durante odo o período]...] sustentado graça ao controle de toda a engrenagem política ¹⁴⁰.

Maria Augusta Sant’Anna Moraes, compartilha com a tese de Campos, analisando que o partido político, é responsável pelo atraso, para a manutenção do poder “Entre o progresso de Goiás e a hegemonia política do grupo, não vacilava em optar pelo

Estado de Goiás pelo João Alves de Castro em 13 de maio de 1920. Apud. OLIVEIRA, Paulo Roberto de. Entre rios e trilhos As possibilidades de integração econômica de Goiás na Primeira República. 2007. p.95. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2007. Disponível em: <<http://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/pauloroberto.pdf>>. Acesso em: 25 dez. 2014.

¹³⁹ CAMPOS, Francisco Itami. **Coronelismo em Goiás**. Goiânia: EdUFG, 1987,p.24, 27.

¹⁴⁰ CAMPOS, Francisco Itami. **Coronelismo em Goiás**. Goiânia: EdUFG, 1987,p.64-65.

segundo”¹⁴¹, porém que em algumas situações, o coronel, as oligarquias políticas levantavam a bandeira do “progresso”, das ferrovias, para aumentar o prestígio e apoio junto a população, e líderes locais, interessados na escoação da produção [Sul de Goiás].

[...] 'As oligarquias, [...] não se empenharam pela construção da estrada, mas isso não quer dizer que alguns dirigentes e políticos a ela ligados não tenham se levantado em determinado momento em favor da edificação da linha, inclusive como oportunismo político-eleitoral. O Próprio Leopoldo de Bulhões, oligarca goiano que despontara no cenário político nacional, depois de ter sido convencido da viabilidade econômica da estrada, oportunamente passou a lutar por ela'¹⁴².

Campos, também analisa o atraso pelo viés político: Goiás encontrava em um vazio demográfico. Em 1920, havia 512 mil habitantes, participando por apenas 1,67 da população nacional, 0,7 hab./Km², enquanto a média demográfica nacional era de 3,6 Hab./Km²¹⁴³, assim Goiás, possuía pouca representação no Rio de Janeiro¹⁴⁴ (3 senadores e 4 deputados), enquanto Minas Gerais possuía 37 deputados; São Paulo 22 deputados. Além da pouca representação na Câmara dos deputados, Campos, aborda que durante o período não houve intervenção federal no Estado. A falta de intervenção federal refletia a falta de importância do governo federal com o Estado de Goiás.

“Estados mais pobres, com pequena arrecadação de impostos de exportação e com força pública insignificante e sem equipamento. A este tipo vou denominar autonomia-negativa (ou por indiferença). Serão Estados que merecerão pouca atenção do poder central, uma vez que em nenhum momento da Primeira República sofrerão intervenções federais (Goiás, Maranhão, Piauí, Pará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe, entre outros)”. [De acordo com o semanário oficial] “O dr. Affonso Penna, antes de assumir as rédeas do governo percorreu quase todos os Estados da União (...) Goyaz filho espúrio, não teve a honra de receber a visita de tão ilustre estadista¹⁴⁵.

¹⁴¹ SANT’ANNA DE MORAES, Maria Augusta. **História de uma oligarquia: os Bulhões**. Goiânia: Oriente 1978, p.212. Apud. CAMPOS, Francisco Itami. **Coronelismo em Goiás**. Goiânia: EdUFG, 1987, p.64.

¹⁴² SANT’ANNA DE MORAES, Maria Augusta. **História de uma oligarquia: os Bulhões**. Goiânia: Oriente 1978, p. 122-23. Apud. MEDEIROS, Euclides Antunes de. Representações de Atraso e Violência Acerca dos Sertões e dos Sertanejos na Região dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins no século XIX. In: XXVII Simpósio Nacional de História, 2013, Natal-RN. Anais XXVII Simpósio Nacional de História, 2013, p.13

¹⁴³ **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE**. Vamos compreender o Brasil / IBGE. – 4. ed. - Rio de Janeiro: IBGE, 2005, p.72.

¹⁴⁴ Constituição de 1891. Sobre a distribuição das cadeiras. Art 28 - A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo eleitos pelos Estados e pelo Distrito Federal, mediante o sufrágio direto, garantida a representação da minoria. § 1º - o número dos Deputados será fixado por lei em proporção que não excederá de um por Setenta mil habitantes, não devendo esse número ser inferior a quatro por Estado. § 2º - Para esse fim mandará o Governo federal proceder, desde já, ao recenseamento da população da República, o qual será revisto decenalmente. (BRASIL. **Constituição da república dos estados unidos do Brasil**: promulgada em 24 de fevereiro de 1891).

¹⁴⁴ CAMPOS, Francisco Itami. **Coronelismo em Goiás**. Goiânia: EdUFG, 1987, p.75

Com posição contrária a Itami Campo, Chaul expõe que Goiás não viveu o período de estagnação econômica, pois a economia, em especial a do Sul se conectava a economia Brasileira, via São Paulo, em especial após 1909, com a construção dos trilhos. Também rebate as teses de Campos sobre a falta de intervenção política. Para esse historiador, a tese do atraso seria usada pelo grupo do interventor do Estado Novo, Pedro Ludovico para denegrir a imagem dos grupos políticos da primeira república “Com auxílio desse artifício, utilizando os argumentos de decadência e atraso, os grupos em ascensão procurarão construir a idéia de modernidade, confrontando o velho e com o novo, o atrasado com o moderno, o decadente com o próspero [...]”¹⁴⁶.

Na questão política, Chaul lança a hipótese que não houve intervenções federais, pois as ideologias políticas dos grupos dominantes, do partido eram semelhantes às visões do governo federal, não havendo motivo para intervenção federal, “qualquer autonomia em nível local é relativa e fica à deriva das correlações de forças políticas - econômicas ocorridas no plano federal, uma vez que o todo está integrado num projeto político nos quais as partes tinham poucas diferenças ideológicas”¹⁴⁷. Nessa questão, o governo federal buscava viabilizar o “progresso” do país, “progresso dentro da ordem”¹⁴⁸. Sobre a pouca representação política, Chaul também destaca que Bulhões tinha sido ministro da fazenda, em 1905, e depois em 1909, e diretor do Banco do Brasil, em 1907. Além de possuir representação no plano federal, portanto, Goiás não parecia ser inexpressivo nas questões políticas¹⁴⁹.

Na questão econômica, Chaul no artigo, *Catalão e a república do trem de ferro*, o historiador realiza o estudo de caso de Catalão, [Sul de Goiás] identifica a economia voltada não somente ao gado, mas também para o mercado agrícola: “Catalão possuía

¹⁴⁶CHAUL, Nasr Fayad **Caminhos de Goiás: da construção da “Decadência” aos limites da modernidade**. Goiânia : Ed. da UFG, 1997, p.143. LISBOA, Apud LISBOA, Andreia Silva. A historiografia da decadência. Caderno de resumos & Anais do 2º. Seminário Nacional de História da Historiografia. A dinâmica do historicismo: tradições historiográficas modernas. Ouro Preto: EdUFOP, 2008. (ISBN: 978-85-288-0057-9),p.7

¹⁴⁷CHAUL, Nasr Fayad **Caminhos de Goiás: da construção da “Decadência” aos limites da modernidade**. Goiânia : Ed. da UFG, 1997, p.135. LISBOA, Apud LISBOA, Andreia Silva. A historiografia da decadência. Caderno de resumos & Anais do 2º. Seminário Nacional de História da Historiografia. A dinâmica do historicismo: tradições historiográficas modernas. Ouro Preto: EdUFOP, 2008. (ISBN: 978-85-288-0057-9),p.5.

¹⁴⁸CHAUL, Nasr Fayad. **Caminhos de Goiás: da construção da “Decadência” aos limites da modernidade**. Goiânia : Ed. da UFG, 1997, p.135. LISBOA, Apud Andreia Silva. A historiografia da decadência. Caderno de resumos & Anais do 2º. Seminário Nacional de História da Historiografia. A dinâmica do historicismo: tradições historiográficas modernas. Ouro Preto: EdUFOP, 2008,p.5.

¹⁴⁹LISBOA, Andreia Silva **A historiografia da decadência**. Caderno de resumos & Anais do 2º. Seminário Nacional de História da Historiografia. A dinâmica do historicismo: tradições historiográficas modernas. Ouro Preto: EdUFOP, 2008,p.5.

em 1902 uma ampla produção agrícola”¹⁵⁰, exportando cereais para o Triângulo mineiro, e produtos derivados de agropecuários para São Paulo “Araguari e São Pedro da Uberabinha em Minas Gerais. Para o estado de São Paulo exportava banha, toucinho, manteiga”¹⁵¹.

A partir de 1909, a estrada de ferro, já instalada em algumas regiões no sul do estado, permitiriam a dinamização da economia, e o escoamento da produção. “A tendência das relações comerciais com São Paulo e Minas era a de aumentar com o desenvolvimento das técnicas de plantio e com a dinamização dos transportes”¹⁵². Diferentemente da interpretação de Itami Campos, Chaul acredita que os clãs políticos tradicionais não eram resistentes ao progresso, embora não o vissem de forma homogênea: estavam voltados ao desenvolvimento do estado e a implementação da ligação de Goiás, com a economia de mercado.

Foi sob sua liderança que os grupos dominantes no poder pressionaram os deputados goianos para que reivindicassem a ligação, por via férrea, de Goiás ao Rio de Janeiro e a São Paulo, além da concretização dos trilhos que ligaria Goiás a Cuiabá [...] Sem dúvida, Catalão era uma região que, ao longo dos anos 20, conheceu amplo progresso econômico, fato que trouxe o incremento das comunicações. Ali os coronéis estavam vinculados aos partidos políticos dentro de um contexto econômico que visava caminhar no sentido da prosperidade e da modernidade, comparativamente a outras localidades do Estado¹⁵³.

No que tange ao início a abertura de novos mercados, Barsanufô Gomides Borges, destaca que marcha para o oeste indicou-se em 1856 para o oeste paulista, e posteriormente a outras regiões. As ferrovias, além da melhorarem o escoamento do café, diminuíram nos custos¹⁵⁴ permitiram a entrada do país no sistema capitalista, “passando do sistema mercantil escravista, à produção capitalista”¹⁵⁵.

O sul de Goiás assim, a partir de 1909 a estrada de ferro permitia que o estado se colocasse na rota do capitalismo, o interligando ao restante do país. No norte não houve ferrovias, mas as estradas construídas pelos líderes locais, para interligar uma região ao

¹⁵⁰ CHAUL, Nasr Fayad. **Catalão e a República do Trem de Ferro**. Revista UFG, v. 11, 2011, p. 13.

¹⁵¹ (Jornal) A Informação Goyana, n. 1, v. 1, 1917. Apud. CHAUL, Nasr Fayad. **Catalão e a República do Trem de Ferro**. Revista UFG, v. 11, p. 11-19, 201, p. 13.

¹⁵² CHAUL, Nasr Fayad. **Catalão e a República do Trem de Ferro**. Revista UFG, v. 11, p. 11-19, 201, p. 13

¹⁵³ CHAUL, Nasr Fayad. **Catalão e a República do Trem de Ferro**. Revista UFG, v. 11, p. 11-19, 201, p. 13, 17.

¹⁵⁴ BORGES, Barsanufô Gomides. **Ferrovias e modernidade**. Revista UFG / Dezembro 2011 / Ano XIII nº 1, p.32

¹⁵⁵ BORGES, Barsanufô Gomides. **Ferrovias e modernidade**. Revista UFG / Dezembro 2011 / Ano XIII nº 1, p.32

outro, favoreceram os fluxos comerciais. No Duro, a estrada dos Wolney até Barreiras favoreceu as ligações do norte [transporte de gado] ao mercado baiano.

No final do século XIX, a companhia de Estradas de Ferro Mogiana, interligou o estado de São Paulo ao triângulo mineiro, com planos de expandir o ramal para o Centro oeste. Porém a ligação até Goiás não ocorreu. Entretanto, o modal ferroviário apenas chegaria a Goiás em 1909, com financiamento federal para organização Companhia E. F. Goiás. A ferrovia possibilitou o transporte mais rápido e barato do gado, se comparado aos comboios.

Depois de tentativas frustradas de estender os trilhos da E. F. Mogiana até ao Centro-Oeste, a elite modernizante conseguiu apoio financeiro do governo Federal para organizar a Companhia E. F. Goiás, em 1909. Esta conquista foi fruto de campanhas na imprensa e do empenho político de Deputados representantes do Estado no Congresso Nacional. Assim, o trem chegava ao Planalto Central, com décadas de atraso, interligando a região aos centros metropolitanos do país. A melhoria das comunicações inter-regionais despertaria a economia goiana do isolamento em que se encontrava há séculos e proporcionava a sua inserção à dinâmica capitalista do Sudeste. A Estrada de Ferro Goiás foi a primeira porta que se abriu para a modernização da sociedade agrária local. A via férrea transformou-se numa importante artéria por onde fluía pessoas, mercadorias e novas ideias¹⁵⁶. Mesmo com a morosa expansão dos trilhos em território goiano, a ferrovia incrementou as relações comerciais inter-regionais e possibilitou o desenvolvimento de um ativo comércio importador e exportador. Vários centros comerciais e industriais surgiram nas regiões servidas pela linha. Cidades como Catalão, Ipameri e Pires do Rio se desenvolveram economicamente e passaram a rivalizar com o Triângulo Mineiro no controle do comércio em Goiás¹⁵⁷.

Borges elenca as cidades que os trilhos passaram: apenas o sul do Estado ganhou o modal. A região sul, como visto por Chaul e Itami Campos, foi aquela que desenvolveu a produção agropecuária, mas as ferrovias também impulsionaram o transporte de gado, o motor da economia goiana¹⁵⁸.

A ferrovia possibilitou a criação de uma ativa agroindústria na região cortada pela linha, especialmente a do charque. As exportações da carne bovina industrializada e de parte do gado gordo pronto para o abate impactaram positivamente a pecuária regional. A melhoria nos transportes das boiadas reduzia as perdas dos criadores goianos. O boi podia chegar aos frigoríficos de Barretos (SP) sem a intervenção de invernistas e comerciantes mineiros ou paulistas. Mesmo continuando a prática de enviar por terra parte do gado exportado – uma vez que o serviço de transporte não atendia toda a demanda – a ferrovia e a charqueada criaram novas possibilidades de alterar aquele

¹⁵⁶ BORGES, Barsanufio Gomides. **Ferrovias e modernidade**. Revista UFG / Dezembro 2011 / Ano XIII nº 1, p.32.

¹⁵⁷ BORGES, Barsanufio Gomides. **Ferrovias e modernidade**. Revista UFG / Dezembro 2011 / Ano XIII nº 1, p.33

¹⁵⁸ CAMPOS, Francisco Itami. **Coronelismo em Goiás**. Goiânia: EdUFG, 1987, p.24.

quadro da pecuária tradicional, com o que os criadores goianos até então não contavam¹⁵⁹.

Borges, parte da prisma que os trilhos dinamizaram a economia goiana, e ligaram o Sul do Estado Goiás e economia capitalista, a São Paulo. Distintamente de Itami Campos, observa que os grupos políticos locais, a imprensa e os deputados pressionaram o Estado a construir os trilhos no Sul¹⁶⁰, porém essa modernização é para o Sul do Estado, o norte goiano, apenas foi ligado ao restante do país com a construção da ferrovia Belém-Brasília, no final da década de 1950¹⁶¹, permitindo o desenvolvimento econômico, e a escoação da produção.

Portanto essa historiografia não reconhecer os fluxos comerciais no norte de Goiás, seja pela falta de estradas de ferro, ou pela “dependência” da pecuária. O fato é que em um estado com grandes dimensões territoriais, uma região, por questões políticas ou econômicas (comercial), algumas regiões ganham maior visibilidades que outras. Nessa perspectiva, o antigo norte de Goiás seguiu sem ligação rápida ao mercado capitalista, e ao restante do país, restando aos líderes locais articular o comercio, a economia local, no caso do norte, a articulação econômica com a Bahia, pela questão geográfica, (mais próximo da Bahia, que com Goiás) e como já discutida, a Bahia, nesse período [Primeira República] constituía um grande entreposto de gado¹⁶².

2.4. O Jogo Político: Abílio Wolney oposição e situação do grupo político Caiado.

Em 1909 os trilhos chegaram a Goiás, esse ano também foi assinalado com o movimento de maio de 1909. No dia primeiro de Maio¹⁶³, a capital de Goiás [Goiás] foi invadida por coronéis do sul e do norte¹⁶⁴, contrários ao governo xavierista. Abílio

¹⁵⁹ BORGES, Barsanufio Gomides. **Ferrovias e modernidade**. Revista UFG / Dezembro 2011 / Ano XIII nº 1, p.34.

¹⁶⁰ BORGES, Barsanufio Gomides. **Ferrovias e modernidade**. Revista UFG / Dezembro 2011 / Ano XIII nº 1, p.32.

¹⁶¹ CAVALCANTE, Lynara Raquel, ANDRADE, Karylleila dos Santos. O estudo dos nomes no contexto da BR Belém-Brasília: análise das fichas lexicográfico-toponímicas. Cadernos do CNLF (CiFEFil), v. XII, p. 1, 2009,p.1

¹⁶² FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. Poder e Paixão: A saga dos Caiados. Goiânia: Cãnone editorial, 2009. V.2,p.13.

¹⁶³ PAIXÃO, Frederico Oliveira da; SILVA, Riemann Costa . A formação histórica do território goiano e a política coronelística. Estudos. v. 40, , 2013. p. 224

¹⁶⁴ O presidente do Estado Miguel Rocha Lima, se afasta com cargo, com a pressão do movimento que se anunciava, e culminou na invasão da Capital em 1909. Fonte.

Wolney foi um dos membros do norte no movimento¹⁶⁵, após desligar da base do governo xavierista.

A questão econômica foi fundamental para o movimento, mas Maria da Silva Conceição também entende que os arranjos políticos de Bulhões foram importantes para derrubar o governo xavierista, ao ponto que político articula após a reeleição para ao Senado, com políticos e coronéis estratégias para impedir um novo governo xavierista. Bulhões idealizou o movimento¹⁶⁶, mas ao final os Caiados que saíram fortalecidos do “golpe”.

No seu retorno ao Rio de Janeiro, Leopoldo de Bulhões articulava e projetaria um plano revolucionário para ser posto em execução caso a oposição de José Xavier de Almeida vencesse as eleições [...] Os correligionários dos Bulhões arregimentavam homens e os agrupavam na fazenda da Quinta. O proprietário desta fazenda era Eugênio Rodrigues Jardim, que para atender o irmão Francisco Leopoldo, cunhado de Leopoldo de Bulhões, autorizara ser a sua fazenda um local de encontro para a possível derrubada de Xavier de Almeida. Os acontecimentos de abril e maio de 1909 indicavam que haveria um derramamento de sangue na capital; a historiadora Maria Augusta de Moraes ressalta que de fato houve, mas os documentos oficiais o omitiram. No embate entre oligarquias que disputavam o poder, destacou-se como chefe político o coronel Antônio José Caiado, fazendeiro ligado ao centro republicano, mas desligado desde 1897 dos Bulhões, chegando a ocupar cargos no governo Xavier de Almeida. No entanto, o rompimento entre os Bulhões e Caiados propiciou a Antônio José Caiado ser um dos idealizadores do movimento em Goiás.¹⁶⁷

Os Caiados se configuram, após a eleição de 1912, como o maior grupo político do Estado. Em janeiro de 1910, tinham fundado o partido Democrata de Goiás¹⁶⁸, que comandou Goiás, de 1912¹⁶⁹ até 1929.

Abílio Wolney apoiou os arranjos Caiadistas em 1912. Em carta enviada a Ramos Caiado, Wolney presta contas sobre as eleições para a câmara dos deputados e o senado em 1912. Na epístola, Wolney admite usar de artimanhas para justificar ações

CAMPOS, Francisco Itami ; DUARTE, Arédio Teixeira. **O Legislativo em Goiás**. Livro I: História e Legislaturas. 2.^a edição. 2.^a ed. Goiânia, GO: Editora Assembleia, 2011, p. 46.

¹⁶⁵ FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. **Poder e Paixão: A saga dos Caiados**. Goiânia: Câne editorial, 2009. V.2,p.18.

¹⁶⁶ SILVA, Maria da Conceição . **Catolicismo e casamento civil na Cidade de Goiás s: conflitos políticos e religiosos (1860-1920)**. Revista Brasileira de História, São Paulo/SP, v. 23, n.46, 2003,p.142.

¹⁶⁷ SILVA, Maria da Conceição . **Catolicismo e casamento civil na Cidade de Goiás s: conflitos políticos e religiosos (1860-1920)**. Revista Brasileira de História, São Paulo/SP, v. 23, n.46, 2003,p.142-143.

¹⁶⁸ CHAUL, Nasr Fayad. **Catalão e a República do Trem de Ferro**. Revista UFG, v. 11, p. 11-19, 201, p. 17.

¹⁶⁹ Caiados e Bulhões foram aliados no movimento de Maio de 1909, porém o primeiro presidente do Estado empossado, pós movimento de 1909, foi Urbano Coelho de Gouveia [militar e cunhado de Leopoldo de Bulhões], do grupo Bulhonista foi o último “suspiro” de poder dos Bulhões no Palácio Conde dos Arcos. Fonte. PAIXÃO, Frederico Oliveira da; SILVA, Riemann Costa. **A formação histórica do território goiano e a política coronelística**. Estudos. v. 40. 2013. p. 224.

realizadas para aumentar o número de votos¹⁷⁰ para Ramos Caiado, porém não explica se usou da coerção, ou adulteração de votos.

Meu prezado Chefe.

Resultado hoje- Jayme 440, Caiado e Marcelo, 240 cada um, Seb^m [Sebastião] e Sócrates 236 cada um, Artur 229 e Olegário 129¹⁷¹. Colhido de supressa, foi o que pude fazer. Explicações com minha visita [em] breve. Sigo escala Palma-Peixe. Não irei rápido devido enchentes, chove agora noite e dia. Do crº amº grato Abílio Wolney¹⁷².

Em 1912, após as eleições, Abílio Wolney rompe com a situação, com a oligarquia Caiado, “na cisão entre os diversos grupos políticos, Wolney alia à corrente liderada por Gonzaga Jayme”¹⁷³ e Leopoldo de Bulhões¹⁷⁴, e em consequência da manobra política perde a administração da mesa de rendas do norte goiano [com sede em Taguatinga], além de ser excluído do diretório no norte do partido democrata¹⁷⁵ e perder o mandato político [degola] pela segunda vez, a primeira foi em 1900, só que dessa vez foi após vitória para o legislativo goiano em 1913¹⁷⁶.

Após a degola, Wolney se junta ao jornalista Mayzès Sant’Anna, ao periódico oposicionista do governo de Goyaz¹⁷⁷, usando do jornal para realizar críticas ao governo de Goiás. O arranjo Caiadista reage às críticas e tentam impor o empastelamento do jornal¹⁷⁸. Em 1915, Abílio cede a pressão e retorna a S. José do Duro

No Duro, porém Abílio Wolney encontra inimigos e opositores nomeados pelo novo governo, ocupando a burocracia estadual¹⁷⁹, com Sebastião de Brito Guimarães,

¹⁷⁰ Votos referentes a Vila de São José do Duro, Conceição e Palmas. (FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. **Poder e Paixão: A saga dos Caiados**. Goiânia: Câne editorial, 2009. V.2,p.18.)

¹⁷¹ “Os partidos referidos pelos pronomes são: o candidato ao senado federal, Luis Gonzaga Jayme, e os candidatos à câmara dos Deputados, Antônio Ramos Caiado, Marcello Silva, Sebastião Fleury, Eduardo Artur Sócrates, Artur Napoleão e Olegário Pinto. FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. **Poder e Paixão: A saga dos Caiados**. Goiânia: Câne editorial, 2009. V.2,p.44-45.

¹⁷² Cartão datado de 30 de Janeiro de 1912, trazendo impresso os dizeres: Abílio Wolney. São Jose do Duro. E. de Goiás. Manuscrito. Apud FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. **Poder e Paixão: A saga dos Caiados**. Goiânia: Câne editorial, 2009. V.2,p.19.

¹⁷³ FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. **Poder e Paixão: A saga dos Caiados**. Goiânia: Câne editorial, 2009. V.2,p.19

¹⁷⁴ Vinculados ao Centro Republicano.

¹⁷⁵ FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. **Poder e Paixão: A saga dos Caiados**. Goiânia: Câne editorial, 2009. V.2,p.19

¹⁷⁶ Assembleia Legislativa do Estado de Goiás. Disponível em <http://al.go.leg.br/deputado/perfil/deputado/1852>. Acesso 20 Set.2014.

¹⁷⁷ FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. **Poder e Paixão: A saga dos Caiados**. Goiânia: Câne editorial, 2009. V.2,p.19

¹⁷⁸ MACHADO, Antônio Filho da Silva. **Poder Político versus Poder Privado: Coronelismo na Primeira Metade do Século XX no Tocantins**. In. GIRALDIN. O. (org.). A (trans)formação histórica do Tocantins. Goiânia: Ed. UFG, 2º. Ed.2004,p.297.

¹⁷⁹ FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. **Poder e Paixão: A saga dos Caiados**. Goiânia: Câne editorial, 2009. V.2,p.19

seu primo, concunhado e ex. aliado, nomeado à coletoria da fazenda estadual e Manoel de Almeida que ocupava o cargo de juiz estadual¹⁸⁰.

[...] Os próprios funcionários estaduais, que servem no lugar, são escolhidos por sua indicação. Professoras primárias, coletor, funcionários da coletoria, serventuários da justiça, promotor público, inspetores do ensino primário, servidores da saúde pública etc., para tantos cargos a indicação ou aprovação do chefe local costuma ser de praxe. Mesmo quando o governo estadual tem candidatos próprios, evita nomeá-los, desde que venha isso a representar quebra de prestígio do chefe político do município. Se algum funcionário estadual entra em choque com este, a maneira mais conveniente de solver o impasse é removê-lo, às vezes com melhoria de situação, se for necessário. A influência do chefe local nas nomeações atinge os próprios cargos federais, como coletor, agente do correio, inspetor de ensino secundário e comercial etc. e os cargos das autarquias (cujos quadros de pessoal têm sido muito ampliados), porque também é praxe do governo da União, em sua política de compromisso com a situação estadual, aceitar indicações e pedidos dos chefes políticos nos Estados¹⁸¹.

Com as nomeações, o governo do estado buscou controlar e restringir o poder e a influência do clã Wolney, por meio de uma burocracia formada por opositores¹⁸².

A restrição, e a oposição aos Wolney, tem seu ponto alto em 1918, com “os desentendimentos envolvendo Abílio Wolney e as autoridades locais”¹⁸³. Em janeiro de 1918, as autoridades locais, retratam os casos de violência no Duro na ocasião das festividades da folia de Reis: um grupo de jagunços protegidos por Abílio Wolney invadiram a vila¹⁸⁴, “praticando toda a casta de banditismo”¹⁸⁵.

Contudo, no mesmo ano, em 16 de maio¹⁸⁶, Abílio e Joaquim [pai] Wolney, juntamente com jagunços invadem a casa de audiência, agridem e violentam o delegado e o coletor “[...]agrediram, maltrataram, insultaram e violentaram com prisão, obrigando a prática de actos contrários a lei e os direitos da fazenda publica estadual, o

¹⁸⁰ Polícia do Duro, vinculado a comarca de Natividade

¹⁸¹ LEAL. Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto: O município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p.34

¹⁸² MACHADO, Antônio Filho da Silva. **Poder Político versus Poder Privado: Coronelismo na Primeira Metade do Século XX no Tocantins**. In. GIRALDIN. O. (org.). A (trans)formação histórica do Tocantins. Goiânia: Ed. UFG, 2º. Ed.2004,p.297

¹⁸³ FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. **Poder e Paixão: A saga dos Caiados**. Goiânia: Cãnone editorial, 2009. V.2,p.20

¹⁸⁴ OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. **As representações do medo e das catástrofes em Goiás**. 2006. 372 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2006., p.215. Disponível em: <repositorio.unb.br/bitstream/10482/1976/1/eliezer_oliveira.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2014.

¹⁸⁵ **Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros - 1891 a 1929**: Mensagem enviado ao congresso legislativo do Estado de Goyaz, pelo presidente do Estado. Goiás, 1919. Apud OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. **As representações do medo e das catástrofes em Goiás**. 2006. 372 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2006, p. 215. Disponível em: <repositorio.unb.br/bitstream/10482/1976/1/eliezer_oliveira.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2014.0

¹⁸⁶ FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. **Poder e Paixão: A saga dos Caiados**. Goiânia: Cãnone editorial, 2009. V.2,p.20

collector, o juiz municipal [...]”¹⁸⁷, forçando o juiz e o coletor a concluírem o inventário da viúva de Vicente Pedro Belém¹⁸⁸, pequeno comerciante do norte goiano, aliado aos Wolney.

Abílio Wolney, além de político, também era advogado [registrado na ordem dos advogados], defendendo no judiciário a viúva, que foi “intimada a completar a relação dos bens, visto faltar nela uma fazenda e uma casa de morada”¹⁸⁹ [No romance são dois sítio e duzentas e tantas cabeças de gado¹⁹⁰].

Diante da truculência dos Wolney, da coerção, violência contra, as “autoridades locais” que denunciaram o ocorrido ao secretário de finanças¹⁹¹, a qual a fazenda estadual estava subordinada. No relato, Sebastião Brito usa de elementos que justificassem o seu afastamento do cargo, em razão da violência, e da ofensa contra a honra. Contudo na mensagem, além de relatar o ocorrido, o coletor evoca elementos político partidários, a lealdade ao Partido Democrata [Controlado pelos Caiados], e a simetria com as orientações do estado. Assim, Brito se coloca como representante do partido para impedir o mandonismo dos Wolney em São José do Duro. Entretanto, segundo suas próprias palavras,

Não é possível descrever, mesmo em resumo toda a sorte de injúrias e humilhações que fizeram sofrer [...] Considerando-me ofendido profundamente nos meus sentimentos de homem honrado, cuja ofensa é tanto maior por ter sido ela testemunhada por minha mulher e filha [...]. e considerando ter sido violentado no exercício do meu cargo que toda a dignidade a zelo vinha exercendo, penso não dever [ficar] na continuação desse cargo, enquanto V. Ex. por intermédio do Exmo. Governo do estado não em reintegrar das minhas garantias de emprego público [...] simples soldado [sou] que com disciplina e lealdade tem sabido defender a bandeira do glorioso Partido Democrata [e] apelo para os sentimentos de justiça que sempre presidiram os atos de V. Ex.¹⁹².

¹⁸⁷ **Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros - 1891 a 1929:** Mensagem enviado ao congresso legislativo do Estado de Goyaz, pelo presidente do Estado. Goiáz, 1919, p.52. Acesso 20 Set.2014. Disponível: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720399&PagFis=712>>

¹⁸⁸ OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. **As representações do medo e das catástrofes em Goiás.** 2006. 372 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2006. p.214. Disponível em: <repositorio.unb.br/bitstream/10482/1976/1/eliezer_oliveira.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2014

¹⁸⁹ Ofício do coletor estadual Sebastião de Brito Guimarães, dirigido ao secretário de Finanças de Goiás, em 20/05/1918. Apud. FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. **Poder e Paixão: A saga dos Caiados.** Goiânia: Câne editorial, 2009. V.2,p.20

¹⁹⁰ ÉLIS, Bernardo. **O Tronco.** 8 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988,p.8

¹⁹¹ FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. **Poder e Paixão: A saga dos Caiados.** Goiânia: Câne editorial, 2009. V.2, p.20

¹⁹² Ofício do coletor estadual Sebastião de Brito Guimarães, dirigido ao secretário de Finanças de Goiás, em 20/05/1918. Apud. FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. **Poder e Paixão: A saga dos Caiados.** Goiânia: Câne editorial, 2009. V.2,p.21.

Abílio Wolney escreve a Gonzaga Jayme, do centro republicano, admitindo a violência durante a audiência do inventário, “admite, portanto, a veracidade dos fatos denunciados pelo juiz municipal e pelo coletor estadual”¹⁹³, mas se coloca como um herói, que usou da força para defender a viúva de seu ex. amigo, e justificar seus atos com o grupo político que pertencia.

[...] Como o juiz estivesse armado, me aproximei dele para me defender. Nesse entrementes entrou o coletor, armado de revólver e punhal; quando o vi assim, em um lance, arranquei o revólver da cinta do juiz e peguei o braço direito do coletor, o qual reconhecendo a minha superioridade em força ficou quieto. Passado esse incidente, continuaram o inventário até a conclusão. Não depus ninguém; depois desse incidente, tiveram ele 16 dias, retirando-se quando José Hermano [o escrivão] arquitetou o plano de pedir força e criar a monstrosidade conhecida¹⁹⁴.

A polícia, o coletor, e Abílio Wolney, ambos estavam vinculados, e se justificavam com seus partidos políticos, que legitimavam ações no interior, tanto da situação, como da oposição. As rivalidades entre os Wolney e as autoridades legais, nos relatos observados, se configuram como disputa política. A truculência com a polícia parecia ser apenas o estopim.

Abílio Wolney foi acusado pelo art. 115 da constituição estadual¹⁹⁵, e em razão da dificuldade de presidente do Estado João Alves de Castro para encontrar juízes de direito dispostos a liderar a comissão, segundo Freitas “foi pedida a interveniência de Ramos Caiado junto a um dos juízes cogitados, o qual não se dispôs¹⁹⁶ a enfrentar os riscos”¹⁹⁷. A dificuldade para encontrar um juiz disposto a “enfrentar” o poder dos

¹⁹³ FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. **Poder e Paixão: A saga dos Caiados**. Goiânia: Câne editorial, 2009. V.2.p.22

¹⁹⁴ Carta dirigida ao senador Gonzaga Jayme e datada de 18 de Setembro de 1919, publicada em Rio Jornal. Rio de Janeiro, 27 Jan. 1919. In Anais da Câmara dos deputados, v.3, 1920, p.817. Apud. FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. **Poder e Paixão: A saga dos Caiados**. Goiânia: Câne editorial, 2009. V.2,p.22

¹⁹⁵ Art. 115 – Quando em algum municipio se perpetrarem crimes que, por sua gravidade, numero de culpados, ou patrocínio de pessoas poderosas, tolhão a acção regular das autoridades locais e exijam investigação mais accurada e prompta, o presidente determinará que para alli se passe temporariamente algum dos magistrados do Estado e 16 proceda a rigoroso inquerito, formação da culpa e pronuncia dos criminosos, com recurso necessario para o superior tribunal. § Único – O magistrado nesse caso perceberá uma ajuda de custo arbitrada pelo presidente, e contará também o dobro de tempo da antiguidade, enquanto estiver exercendo essa diligência. A’s suas ordens ficará a força local e a do Estado, a qual deverá acompanhá-lo durante a diligência.

¹⁹⁶ “O Dr. Odorico Gonzaga, juiz de direito de Bela Vista, alegou motivos de saúde para eximar-se da missão; também a recusou o Dr. Marinho Falcão, da comarca de posse. In. Anais da Câmara dos deputados, v. 3, 1920, p.817. Apud. FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. **Poder e Paixão: A saga dos Caiados**. Goiânia: Câne editorial, 2009. V.2.p.46.

¹⁹⁷ FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. **Poder e Paixão: A saga dos Caiados**. Goiânia: Câne editorial, 2009. V.2,p.22

Wolney, levou J. Alves de Castro a nomear o capixaba, juiz de direito Dr. Celso Calmon Nogueira de Freitas, juiz de direito da comarca de Pouso Alto (Piracanjuba)¹⁹⁸.

A comissão chega a São José do Duro em Outubro, e em 11 de Outubro de 1918, O juiz Calmon anuncia o início do trabalho pelo telégrafo de Barreiras. Solicita a alteração do promotor do caso, suspeito de ser aliado dos Wolney “Pede a substituição do promotor - há a suspeita de que protege os Wolney -, no que é atendido, sendo designado para a comissão o intendente licenciado de Natividade, coronel Deocleciano da Silva, político filiado ao partido Democrata”¹⁹⁹ (deputado entre 1913-1920 e senador de 1921 a 1930).

O Juiz Calmon em 1918, no início dos trabalhos, vai à fazenda Buracão buscar o inventário, que Abílio forçou as “autoridades legais” a concluírem. Freitas traz trechos do relatório do juiz Calmon, que na fazenda, busca dissuadir os Wolney a se desarmarem e “confiarem na ação da justiça, o que não foi por eles compreendido, uma vez que não procuraram se defender regularmente no inquérito e jamais se desarmaram”²⁰⁰.

Freitas conclui que Abílio Wolney havia compreendido que o juiz lhe daria liberdade caso a fazenda fosse desarmada, e Abílio na busca da liberdade, procura enganara a polícia enviando alguns homens para longe da fazenda²⁰¹, porém a confiança do juiz acaba quando o promotor solicita a prisão dos Wolney. A solicitação é aceita porque não compareceram ao julgamento do inquérito, e não se desarmaram. “[...] Mandado retro [...] intimei a Joaquim Ayres Cavalcante Wolney [...] e como o réu não obedecesse e antes procurasse resistir e de facto resistiu à prisão com gente armada, disparando tiros de carabina”²⁰².

¹⁹⁸ **Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros - 1891 a 1929** : Mensagem enviado ao congresso legislativo do Estado de Goyaz, pelo presidente do Estado João Aves de Castro. Goyaz, 1919, p.52. Acesso 20 Set. 2014.

Disponível: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720399&PagFis=712>>

¹⁹⁹ FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. **Poder e Paixão: A saga dos Caiados**. Goiânia: Cãnone editorial, 2009. V.2, p.24.

²⁰⁰ Anais da Câmara dos deputados, v. 3, 1920, p.834. Apud. FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. **Poder e Paixão: A saga dos Caiados**. Goiânia: Cãnone editorial, 2009. V.2, p.25.

²⁰¹ FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. **Poder e Paixão: A saga dos Caiados**. Goiânia: Cãnone editorial, 2009. V.2, p.25.

²⁰² João Alves de Castro (desembargador) **Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros - 1891 a 1929**: Mensagem enviado ao congresso legislativo do Estado de Goyaz, pelo presidente do Estado. Goiás, 1919, p.52. Acesso 20 Set.2014.

Disponível: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720399&PagFis=790>>

Em 23 de Dezembro de 1918, às 5 da manhã,²⁰³ a polícia invade a fazenda Buracão, para apreensão dos Wolney, onde são recebidos a tiros, e a polícia reage. No confronto, “o patriarca Wolney é morto, bem como um dos seus camaradas”²⁰⁴ [Antônio Caboclo]²⁰⁵, enquanto Abílio se esconde numa tulha de farinha de mandioca, até acabar o cerco da polícia, fugindo depois para Bahia²⁰⁶.

O juiz Calmon desliga-se da comissão, em 1º de Janeiro, conforme já havia comunicado ao presidente interino do estado Ramos Jubé, durante o recesso de J. Alves de Castro “espero regressar no começo de janeiro”²⁰⁷. Durante os menos de três meses que o juiz permaneceu na vila, a coletoria estadual arrecadou “quase trinta contos de réis, quando todo o norte [de Goiás] pouco mais que isso em um ano tem rendido”²⁰⁸. Com esses números, Freitas aposta na hipótese que Calmon tinha a confiança que já havia dessemelhado o seu trabalho, averiguando e expedindo mandado de prisão, e que “talvez tenha apercebido da inevitabilidade do processo que se desencadeara, fruto da cultura de violência que predominava entre os coronéis, seus aliados e policiais [...] Não havia como deter a violência”²⁰⁹.

Ao partir da vila, Calmon solicita reforços do estado. No mesmo mês (13 Janeiro de 1919), o coletor Brito e o delegado municipal Manoel Almeida, e três tenentes da polícia, telegrafam à capital do estado, dando notícia da fuga de Abílio para a Bahia, e o estado de pânico frente ao risco de ataque de Abílio Wolney e Abílio de Araújo, companheiro de Wolney, líder do ataque a Pedro Afonso em 1911²¹⁰. A mensagem

²⁰³ João Alves de Castro (desembargador) **Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros - 1891 a 1929** : Mensagem enviado ao congresso legislativo do Estado de Goyaz, pelo presidente do Estado. Goiás, 1919, p.52. Acesso 20 Set.2014.

Disponível: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720399&PagFis=790>>

²⁰⁴ FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. **Poder e Paixão: A saga dos Caiados**. Goiânia: Cânone editorial, 2009. V.2, p.25.

²⁰⁵ João Alves de Castro (desembargador) **Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros - 1891 a 1929** : Mensagem enviado ao congresso legislativo do Estado de Goyaz, pelo presidente do Estado. Goiás, 1919, p.52. Acesso 20 Set.2014.

Disponível: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720399&PagFis=790>>

²⁰⁶ FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. **Poder e Paixão: A saga dos Caiados**. Goiânia: Cânone editorial, 2009. V.2, p.25

²⁰⁷ MCEDO, Nertam. *Abílio Wolney* um Coronel da Serra Geral. Rio de Janeiro: Renes, 1980. p.70 Apud FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. **Poder e Paixão: A saga dos Caiados**. Goiânia: Cânone editorial, 2009. V.2, p.25

²⁰⁸ Relatório apresentado pelo Juiz Celso Calmon Nogueira da Gama, ao presidente do estado, sobre a missão que desempenhou em São José do Duro. In. Anais da Câmara dos deputados, v.3, p.8927. Apud. C

²⁰⁹ FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. **Poder e Paixão: A saga dos Caiados**. Goiânia: Cânone editorial, 2009. V.2, p.34.

²¹⁰ IBGE Cidades. Pedro Afonso.

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=171650&search=%7Cpedro-afonso>>>. Aceso 20 Dez 2014.

chegaria a apenas três semanas depois, que é um tempo bastante curto, visto que a comissão demorou 60 dias para chegar ao Duro²¹¹.

A mensagem dizia que

Abílio Wolney fugiu para o estado da Bahia aguardando auxílio de Abílio Araújo, além da fronteira, para virem massacrar a força de polícia e a população. O juiz viajou dia 1º de Janeiro telegrafando antes ao governo pedindo a intervenção da força federal pela Bahia, mas acaba de chegar o portador que voltou do caminho por ter sido tomada a correspondência por Abílio Wolney. Pedimos urgentemente as mesmas providências [a intervenção federal]. Seremos atacados em qualquer momento por enorme onda de bandoleiros²¹².

A comissão, nesse momento (Janeiro de 1919) já não possuía a liderança do juiz Calmon, e prendeu nove parentes de Abílio Wolney no tronco, como instrumento para impedir que Abílio Wolney atacasse a vila. O tronco se localizava no sobrado da sogra de Abílio Wolney (Joaquina Fernandes) alugada ao juiz Calmon, por 25\$000, para abrigar a tropa²¹³.

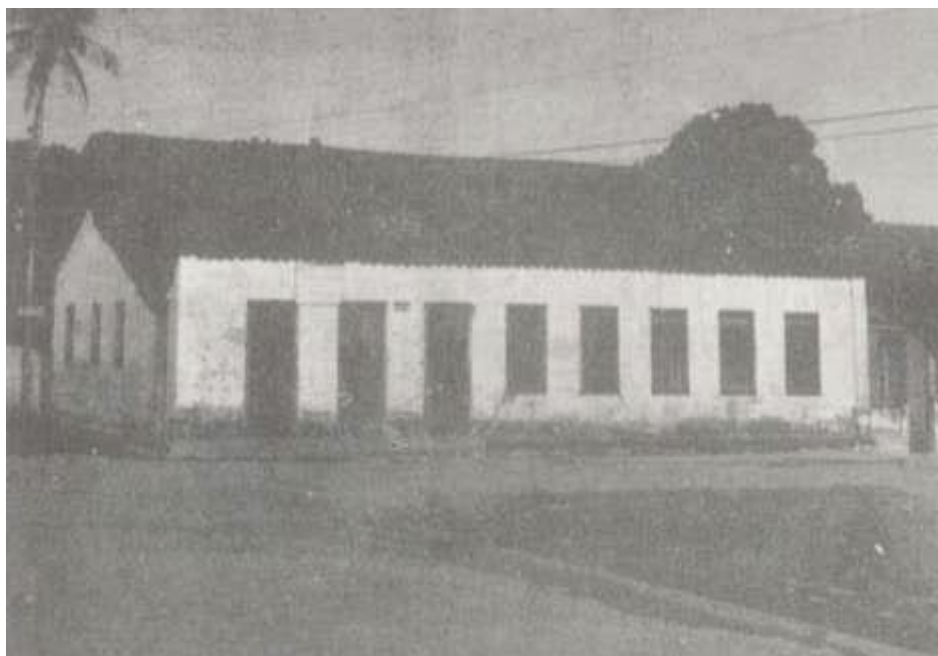


Imagem 3. “Casa de D. Benedita Fernandes Cavalcante, Quartel de Sebastião de Brito. Do outro lado da rua, na esquina, ficava o sobrado, onde os presos foram assassinados”. Fonte: PÓVOA, Osvaldo Rodrigues. **Quinta-feira sangrenta**, 1979, p. 39. Apud. ALMEIDA, Cristiane Roque de. História e sociedade em Bernardo Élis: uma abordagem sociológica de O Tronco. 2003. Dissertação (Mestrado). Curso de Sociologia, Goiânia: UFG FCS, 2003, p. 127 Disponível em: <https://pos-sociologia.cienciassociais.ufg.br/up/109/o/Cristiane_Roque_Almeida.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2015.

²¹¹ FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. **Poder e Paixão: A saga dos Caiados**. Goiânia: Cênone editorial, 2009. V.2, p.27

²¹² Anais da Câmara dos deputados, v. 3, 1920, p.817. Apud. FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. **Poder e Paixão: A saga dos Caiados**. Goiânia: Cênone editorial, 2009. V.2, p.26.

²¹³ Lena Castello Branco Ferreira de. **Poder e Paixão: A saga dos Caiados**. Goiânia: Cênone editorial, 2009. V.2, p.46



Imagem 4. Casa de D. Benedita atualmente foi comprada pela prefeitura de Dianópolis TO e transformada em museu.
Disponível em << <http://www.cidadesdomeubrasil.com.br/desaparecidos.php>>>. Acesso 01 Jan. 2015.

Macaulay escreveu que a irmã de Abílio Wolney (Ana Custódia) teria sido solta do tronco para levar informações de que a família de Wolney estava presa, e assim persuadi-lo a esquecer da vingança e do ataque à polícia. Porém a tentativa foi inútil, Abílio não atendeu aos pedidos de sua irmã.

Abílio movimentou seus jagunços para as cercanias de Dianópolis e exigiu que seus parentes fossem imediatamente libertados. O delegado respondeu que mataria um por um dos prisioneiros no instante em que Abílio ou qualquer um dos seus jagunços pusessem os pés na cidade. A irmã de Abílio foi solta e enviada para convencê-lo que a ameaça era séria, mas ele ignorou as suplicas da irmã e desfechou seu ataque assim mesmo²¹⁴.

Entre 16 a 18 de Janeiro, a vila foi atacada, segundo telegrama do baiano Francisco Rocha²¹⁵, ao jornal *A Noite*, Abílio possuía mais 200 jagunços, enquanto a polícia tinha um pouco mais de 50 homens. Freitas expõe que a maioria dos homens da polícia fugiram vestidos de mulher²¹⁶. Não antes sem cumprir o prometido: assassinar os nove parentes presos no tronco.

Após os Barulhos do Duro, o presidente o Estado Ramos Jobé, escreve ao licenciado J. Alves de Castro, que em 30 de janeiro de 1919, se reúne no palácio do Catete, com o “presidente Delfim Moreira, o ministro da justiça, Urbano Santos, o

²¹⁴ MACAULAY. Neill. **A coluna Prestes**. São Paulo: Alfa Ômega, 1987, p.159. Apud: MACHADO, Antônio Filho da Silva. **Poder Político versus Poder Privado: Coronelismo na Primeira Metade do Século XX no Tocantins**. In. GIRALDIN. O. (org.). *A (trans)formação histórica do Tocantins*. Goiânia: Ed. UFG, 2º. Ed.2004,p.299.

²¹⁵ Intendente de Jacobina, 1920-1923, Deputado estadual pela Bahia entre 1924-1937 e 1947-1975.

²¹⁶ Lena Castello Branco Ferreira de. **Poder e Paixão: A saga dos Caiados**. Goiânia: Cênone editorial, 2009. V.2,p.28.

ministro da Guerra, general Cardoso de Aguiar”²¹⁷, acatando o pedido de J. Alves de Castro, disponibilizando força do exército enviado da Bahia para S. José do Duro, ficando à disposição do governo de Goiás.

O governo do Estado não teria condições de apoiar a comissão no Duro, a viagem de uma nova comissão levaria mais de um mês, assim como o de Calmon que levou 60 dias. O trágico final dos Barulhos, talvez tenha ocorrido pela disputa política, entre o partido democrata e o republicano, ou seja, entre Abílio Wolney que rompeu com os Democratas do grupo Caiado, e apoiou Jayme, do partido republicano. Porém os trágicos acontecimentos não são explicados apenas por motivações e intrigas políticas conjunturais. É necessário levar em conta também o mandonismo de Abílio Wolney, a violência comum no coronelismo, entre coronéis que se aliam para derrotar a oposição, utilizando-se de força policial que o juiz Calmon, tinha caracterizado como indisciplinada²¹⁸. Assim, as combinações desses fatores favoreceram ao massacre no duro e seus Barulhos ecoariam em diversas outros tempos e espaços.

2.5. –A repercussão na imprensa da capital goiana dos Barulhos do Duro.

Os periódicos digitalizados e disponibilizados virtualmente aumentaram vultuosamente nos últimos anos, do século XXI, o que tem provocado verdadeira revolução nos estudos históricos. Porém, em relação ao nosso tema, em relação ao período da segunda década do século XX, publicados no Estado de Goiás, apenas há disponível para pesquisa virtual o “*Correio Oficial de Goyaz*”²¹⁹.

Sobre a batalha/Barulhos do Duro, o jornal governista traz poucas informações, inclusive distintamente do relatório oficial dos presidentes, não expõe a justificativa para a criação da comissão com o intuito de prender e esfalfar a oposição. As primeiras matérias no jornal sobre a batalha do Duro datam do início de 1919. Em 1918, ano do início da formação da comissão, a imprensa não retratou o assunto.

A batalha política ganhou ênfase no jornal apenas quando imperava o receio da comissão e do próprio governador do Estado, de retaliação dos Wolney, já quase no desfecho trágico da contenda. Também constituiu pressão, devido ao prestígio dos

²¹⁷ Lena Castello Branco Ferreira de. **Poder e Paixão: A saga dos Caiados**. Goiânia: Câne editorial, 2009. V.2,p.29.

²¹⁸ Lena Castello Branco Ferreira de. **Poder e Paixão: A saga dos Caiados**. Goiânia: Câne editorial, 2009. V.2, p32

²¹⁹ O correio Oficial, criado em 16 de Maio de 1836, na lei nº 16, foi o órgão oficial para difusão da versão do governo do estado, além de aprimorar a relação entre o governo e a população, já que o Estado publicava, e comunicava com o Estado pelo jornal.

Wolney, que extrapolava o seu reduto local, chegando ao Rio de Janeiro dúvidas sobre a correção do Governo do Estado na condução do caso.

A disputa política neutralizava o impasse, as acusações sobre a ilegalidade da comissão e da morte de Joaquim Wolney, foram contornadas com as acusações e o sentimento de receio da invasão da milícia de Abílio Wolney e Araújo. Em 11 de janeiro de 1919, o jornal publicava uma nota de esclarecimento em caráter oficial:

A respeito dos factos occorridos no Duro, o Presidente do Estado recebeu o seguinte telegramma, não tendo, portanto, nenhum fundamento o telegramma de Abílio Wolney sobre o assassinato do velho Wolney, que foi morto por ter resistido á prisão.

Exmo Presidente Goyaz. Januario data 21 – hora 15.

Foram pronunciados por dr. Calmon responsável pelo attentado de 16 de Maio de 1918 Joaquim Alves Cavalcante Wolney e Antonio Caboclo que resistiram á prisão, sendo mortos. Abílio fugiu para o Estado da Bahia onde aguarda auxílio Abílio de Araujo, além fronteiras, afim de virem massacrar força pública, população e saquearem [...]. Pedimos urgente mesmas providências; seremos atacados a quaisquer momento por enorme onda de bandoleiros, resultado providencias tomadas [...] São José do Duro, 5 de janeiro de 1919²²⁰.

Abílio Wolney e seus jagunços são representados como bandoleiros, devido ao seu posicionamento, contrário ao governo de Goiás, e causar tumulto, mas não buscava o heroísmo, ou ações sociais, por ser ligada a estrutura fundiária, ao coronelismo, assim para Hobsbawm, Wolney não entraria nesse modelo por não ser membro da camponato. Abílio Wolney nos termos de banditismo cunhado por Slatta poderia ser comparado a um bandido político, com intuito de desarticular a força do governo.

[...] Slatta entende que seria preciso utilizar outra terminologia, como bandidos nas guerrilhas ou banditismo político. O banditismo, então, não seria um movimento pré-político, e sim um grupo com objetivos complexos, podendo ou não estar prontos a transformar a sociedade[...] ²²¹.

Bandido ou não, Abílio buscou desarticular o poder do estado, evocando a imprensa, assim no biombo da disputa dos discursos, mascarando os interesses políticos hegemônicos. Com o uso da força (coerção, uso de jagunços, rede de amigos coronéis). Abílio desmonta o poder requerido pelo Estado. Através da polícia e com o consenso (apoio popular, da imprensa e do mercado justificando pelo discurso da honra da família e violência da polícia) Wolney fortalece seu poder e justifica o uso da força. Assim, o “bandido político” Wolney não buscou revolução, mas poder. O mesmo ocorre com o

²²⁰ CORREIO Oficial de Goyaz. Janeiro 1919. Acesso 20 Set 2014. Disponível << <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=167487&PagFis=6941>>>

²²¹ FERRERAS, Norberto Osvaldo. **Bandoleiros, cangaceiros e matreiros**. História (São Paulo), São Paulo, v. 22, n.2, 2003.p.219.

Estado de Goiás. Portanto em nome do discurso do banditismo, o estado justificava a intervenção da força da polícia.

O estado não possuía contingente para impedir a invasão, e a retomada do espaço pela milícia, assim solicitou auxílio militar, ao Presidente do Brasil, Delfim Moreira da Costa Ribeiro por meio dos deputados goianos.

O Governo do Estado, diante dos últimos factos havidos em São José do Duro e nos termos da constituição, requisitou intervenção do Governo Federal, no sentido de ser normalizada ordem pública no Duro. Pelo telegramma abaixo, estamos informados de que foi tomado em consideração o pedido de intervenção federal feito pelo Presidente do Estado, devendo já ter sido organizado uma força de 2000 soldados, com destinos ao Duro, afim de pôr termo aos actos de banditismo, implantados naquella vila por Abilio Wolney e seus alliados Abilio de Araujo e Roberto Dourado, constando já que esses faccionaras receiam a chegada ali da força federal e pretende, abandonar o Duro.

Rio I.

Exmo. Presidente Goyaz.

Foi concedida a intervenção federal para esse Estado, devendo seguir via Bahia, 2000 soldados pacificar Duro, conforme pedido V. Excia. Ministro Fazenda Vae autorizar delegacia fazer saque qualquer quantia. Adoentado, vou a Cambuquira, aqui estando primeiro chamado.

Cords. Sauds.

Olegario Pinto.

Deputado²²².

Os reforços dos 200 soldados não chegaram²²³. Os presidentes nesse período não intervieram em disputas de oligarquias, apenas usavam o monopólio da força em revoltas populares, como a do Constantino e Canudos, e no final da primeira república, para silenciar a Coluna Prestes. Em 15 de Fevereiro de 1919, o periódico oficial publica o ataque da rede de Abílio Wolney a polícia do Duro.

Grande numero de jagunços chefiados por Abilio Wolney, Abilio Araujo, seu irmão Maróto, Roberto Dourado e João Belém atacaram quartel da força policial no Duro, às 11 horas do dia 17, tendo sido morto mais de 50 jagunços e um soldado da força, [...] Nossa situação é gravíssima, as familias daqui estão horrorizadas e retiram-se para fora da cidade, temendo ataque ao povo em massa, pedem e confiam vosso governo enérgicas providencias juntos Governo Federal e Bahia salvamento zonas.

Saudações

Deocleciano Nunes²²⁴.

²²² CORREIO Official de Goyaz. 8 Fevereiro de 1919. Acesso 20 Set. 2014. Disponível << <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=167487&PagFis=6263>>>

²²³ Planejava-se reunir os soldados 3º região militar na Bahia, próximo a Barreiras.

²²⁴ CORREIO Official de Goyaz. 15 Fevereiro de 1919. Acesso 20 Set. 2014. Disponível << <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=167487&PagFis=6271> >>

O auxílio prometido não se mobilizou. Abílio Wolney e Araújo, usando da coerção das milícias, neutralizaram a polícia, retomaram o controle do Duro. O Jornal oficial de Goiás, após a derrota do Estado, noticiava a cópia da matéria publicada no *Jornal do Comércio*, no Rio de Janeiro, justificando que os acontecimentos do Duro, teriam sido motivados por transgressões da família Wolney, impedindo o judiciário cumprir a legislação.

A imprensa do estado destoa da imprensa carioca, pois salientam pontos de vistas distintos, mas têm um ponto em comum: ambos negligenciam a população da região, banalizam as mortes daqueles que não eram da família Wolney. Não têm dúvida de que o que importa retratar é a disputa política ideológica, a busca de poder coercivo, de domínio da região, da população e dos funcionários. Escandalizava a morte dos Nove, mas os cinquenta jagunços pouco pareciam importar.

A forma como a contenda era retratada, em qualquer das versões, era dicotômica: o bem contra o mal, assim ambos os lados puderam justificar aos leitores que a violência tinha sido necessária, seja pelo coibir atos “bandidos” desafiadores da lei e da ordem, ou pela retaliação em nome da honra da família contra atos injustos dos representantes da lei, assassinos da família. Nesse jogo não havia inocentes, mas apenas disputa política, que ultrapassou a barreira do isolamento do sertão e foi para o centro, para as capitais do Brasil e Goiás, onde o público decidiria o melhor argumento.

De acordo com a visão do jornal de Goiás, os Wolney são bandidos. A imprensa do Rio de Janeiro, retrata o governador como intransigente, responsável por atos ilícitos e violentos pelo abuso de poder. Mas o povo sabia que a máxima do Império poderia ainda valer para o caso: nada mais parecido com o Luzia do que um Saquarema.

2.6 . A repercussão na imprensa do Distrito Federal dos Barulhos do Duro.

O assassinato do coronel Wolney.

As proezas de um juiz

Villa Dura em estado de sítio.

Barreiras (Bahia), 2 (serviço especial da A NOITE) – chegou aqui o coronel Candido Nepomuceno, que [presenciou] o assassinato do coronel Wolney na sua fazenda, no Estado de Goyaz. Foram estes os factos passados na villa Dura, segundo a sua narração:

Como se festejava o natal, todos os membros da família Wolney se tinham reunido em festa íntima, quando o juiz Dr. Celso Calmon, que foi por elle obsequiado com toda a sorte de gentilezas, chegando até alguns a acompanhá-lo, na sua retirada, até á proximidades de villa. Palestrando com o coronel Wolney, afirmou-lhe varias vezes que podia confiar na sua justiça:

mas no dia 23, às 5 horas da manhã, ordenou um cerco à fazenda, precisamente quando o coronel Wolney preparava a sua partida para uma caçada. Espingardeado, traiçoeiramente, pela força pública, foi saqueado em cerca de 10 contos. O coronel Abílio Wolney e outras pessoas da família conseguiram salvar-se milagrosamente do cerco. Após o assassinato levaram algumas vítimas [...] Estão presas várias pessoas como reféns [...] ²²⁵.

Os Barulhos do Duro repercutiram na imprensa nacional, em especial na do Distrito Federal. Porém, diferentemente das versões narradas pelos relatórios dos presidentes, nos telegramas oficiais, das tropas comandada pelo juiz Celso Calmon – favoráveis à ação policial, os jornais argumentam sobre a inconstitucionalidade e o ato “atroz” do presidente do Estado, J. Alves de Castro, invertendo a lógica do discurso oficial de Goiás, chamava as autoridades oficiais de “Bandidos” e o episódio como um atentado contar Abílio Wolney, que envolvia mesmo o saque.

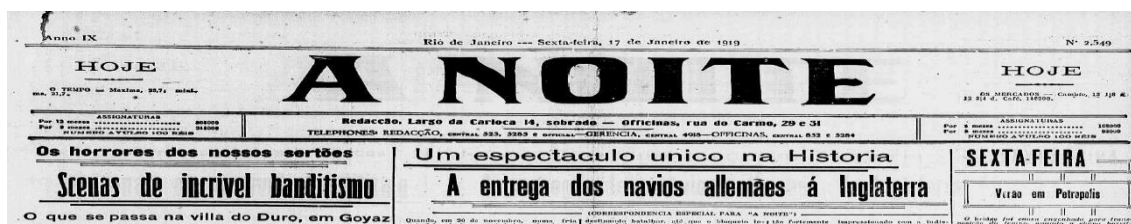


Figura 3: Detalhe do Jornal A noite. (17 de janeiro de 1919).

Os horrores dos nossos sertões [Manchete]

Scenas de incrível banditismo.

O que se passa na villa do Duro, em Goyaz.

O Sr. Doutor Geraldo Rocha, forneceu-nos as seguintes informações e esclarecimentos sobre os inomináveis atentados praticados na villa goyana de Duro e das quaes está sendo victima a família Wolney:

[...] do Sr. Dr. Alves de Castro, de quem Abílio disse-me que confiara uma filha aos cuidados da família do Sr. Alves de Castro e, depois de terem rompido politicamente, este inoculou no ânimo da creança um vivo sentimento de ódio contra o próprio pae, ao ponto de ela negar-se a vel-o, por considerá-lo um traidor. [...] Do Sr. Alves de Castro contra Abílio Wolney tornou-se, porém de mais em mais accentuada e para feril-o inventou-se ultimamente a balela de que as autoridades locais haviam sido desacatadas. O sr. Alves de Castro mandou, então organizar uma expedição delicada a um dos austeros magistrados goyanos, escolheu para isso o Dr. Celso Calmon, pessoa recém-chegada ao Estado e que ali fora precedida da mais feia reputação [...]. O Sr. Alves de Castro, presidente de Goyaz, passava o governo ao seu substituto e embarcava para esta capital. Aqui chegando, S. Ex. dizia publicamente a 5 do corrente, que lhe haviam causado grande surpresa os factos ocorridos no Duro, e, para contrabalançar a onda de indignação que se levantava na imprensa, com relação aos crimes, dizia ainda aquelle funcionário que os Wolney eram os reis pequenos do Duro, que viviam rodeados de jagunços a perpetrar as maiores arbitrariedades [...] Ora Sr. Redactor, a imprensa unânime daqui, como dos seus eleitores, é a de que

²²⁵ Sem Assinatura. **A Noite**. Quinta Feira, 2 de janeiro de 1919. Disponível < http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970_1919_02549.pdf>. Acesso 01 Jan 2015

o assassinato do coronel Wolney foi uma empreitada sinistra do governo, cujo programma talvez fosse mais extenso que o executado [...]²²⁶.

Abílio Wolney, coronel patenteado, produtor de açúcar/aguardente, e de gado, além de advogado e político do norte, ou nordeste goiano para alguns autores, em 1919 com apoio de amigos coronéis do nordeste, expulsou a polícia do Duro. Porém, a batalha “sangrenta” não ocorreu somente no Duro, mas também no distrito federal por meio da imprensa e de amigos com influência de alcance nacional. A imprensa carioca construiu as recentes memórias, mesmo que nenhum comentarista tenha vivenciado os Barulhos do Duro.

A matéria contemporânea aos acontecimentos no Duro (Matéria datada de fevereiro de 1919 - os Barulhos haviam terminados a menos de um mês 16 a 18 de Janeiro), o comentarista se posiciona contrário ao governo de Goiás, e realça que os Barulhos foram um plano sinistro, “que talvez fosse mais extenso que o executado”. Essa afirmação permite interpretar que o citado Dr. Geraldo Rocha, ex. “representante da São Paulo- Rio Grande, subsidiária da *Brazil Railway Company*”²²⁷, fazendeiro e empresário, dono da Companhia Sertaneja de Barreiras²²⁸ e mais tarde dono do jornal *A Noite*, do Rio de Janeiro, acusa o governo goiano de armar a morte de Joaquim e de Abílio: plano não foi totalmente executado, desviando a atenção do ataque de Abílio Wolney ao Duro.

As matérias sobre o Duro se intensificaram no início de fevereiro de 1919, com foco nas mortes dos nove membros da família Wolney que foram assassinados pela força policial.

Os jornais cariocas [Distrito Federal] se colocava do lado oposto ao jornal oficial do Governo de Goiás: Abílio Wolney, de um, lado, e do outro, o presidente do estado. Enquanto os Caiados alegavam que os Wolney, eram os “reis do Duro”²²⁹, os bandidos,

²²⁶ Sem Assinatura. *A Noite* (Rio de Janeiro). 17 de Janeiro de 1919). Matéria igual em outro periódico, também não assinado, intitulada *As informações particulares desmentem a versão oficial*, no periódico *A Epoca* (5 Fevereiro 1919).

²²⁷ BARBOSA, Marialva **História cultural da imprensa: Brasil (1900-2000)**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2007. v.1, p.94.

²²⁸ SANTIAGO, Julliana Ramos. **Introdução à região de Barreiras: uma abordagem espaço-temporal**. 2008. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Faculdade de Economia, Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2008. p.50. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/9470/1/TCC_JULLIANA_RAMOS_SANTIAGO.pdf>. Acesso em: 01 jan. 2015.

²²⁹ RELATÓRIOS dos Presidentes dos Estados Brasileiros - 1891 a 1929 : Mensagem enviado ao congresso legislativo do Estado de Goyaz, pelo presidente do Estado. Goiás, 1919, p.52. Acesso 20 Set. 2014. Disponível: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720399&PagFis=712>.

bandoleiros, contra os quais o governo agia, em nome da lei, do outro lado [dos Wolney] os jornais do Rio de Janeiro, acusavam os Caiados e J. Alves de Castro de arbitrariedades nos acontecimentos no Duro, ou seja, acusam a situação de Goiás de “incríveis bandidos”.

OS DEPRIMENTES ACONTECIMENTOS EM GOYAZ

[...] AS INFORMAÇÕES PARTICULARES DESMENTEM A VERSÃO OFICIAL

[...] O dr. Geraldo Rocha também recebeu informações a respeito dos factos de Goyaz. Apenas há entre estas e a versão oficial uma grande diferença. Enquanto aquellas defendem e inocentam cavilosamente, como é costume do governador, os bandidos fardados de soldados de polícia, que fuzilaram, depois de havel-as amarrado, a um tronco e sangrado, nove pessoas de uma família, as noticias recebidas pelo dr. Geraldo Rocha expõem as misérias como, no que parece, ellas se verificam de facto, neste longo despacho :

Barreiras, 1º Fevereiro [...] Chegando notícia Duro, Abílio seguiu pessoal retirar família soffrimento imposta pela policia ordens dr. Calmon [...] Força policial começou immediata matança, sendo levado presença coronel João Leal seu filho Oscar para ser morto. Primeiro pediu matarem-n’o, para não ver matar filho. Retiraram Oscar, atirando cabeça coronel João Rodrigues, Wolneysinho, todos encontrados mortos tronco junto viúva coronel João Leal, mãe Oscar; filho coronel Wolney, espavorida, horrorizada, correu fazenda Buracão, onde levou factos conhecimento Abílio. Este, como louco, partiu frente seu pessoal defesa mãe irmão filhos resto família, sendo caminho fazenda Buracão atacado pela força publica com jagunços numero superior duzentos homens, repelindo ataque, marchado sempre direção Duro tomando depois tiroteio encontrando cadáveres pés troncos sangrados. Oscar, encontrado amarrado vivo, gravemente ferido, ainda relatou factos ser elle atirado pelo alferes Catulino [...] Abílio, após saber isso, tomou Duro, derrotando força completamente, que correu Natividade Conceição Dr Celso espalhou trazer ordem Castro eliminar família Wolney [...] Francisco Rocha²³⁰.

²³⁰ Sem Assinatura. A Epoca. Fevereiro de 1919. Disponível
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720100&PagFis=19300>> Acesso 01 Jan 2015



Imagem 4. Detalhes do jornal A Epoca.

Os Barulhos do Duro ecoaram como “deprimentes acontecimentos de Goiás” no distrito federal, disseminado na imprensa, tendem a justificam as atitudes de Abílio Wolney, que passa a ser representado como um mártir, que perdeu toda a família, morta pela polícia que deveria garantir a segurança na vila. O ataque de Abílio é representado, como ato legítimo, e heroico, distintamente da versão oficial, que apresenta os Wolney como bandidos. Contrapõe-se, portanto, a imagem de bandidos violentos denunciada pela capital de Goiás.

Massacres do tipo não eram incomuns no interior do Brasil, durante esse período, a questão importante para este caso específico é questionar por que este acontecimento mereceu tratamento diferenciado da imprensa em relação à violência contra a família Wolney.

Não existe uma resposta fácil, mas lanço a hipótese de que o prestígio de Abílio Wolney, e as suas relações comerciais foram importantes para tamanha repercussão na imprensa. Nas matérias analisadas a figura do Dr. Geraldo Rocha é frequente, seja comentando os acontecimentos do Duro, e publicando telegramas de coronéis do norte de Goiás, Bahia. Rocha, foi um homem importante, inclusive dirigiu a representante da *Brazil Railway Company*, mas não vejo que a repercussão seja motivada por pretensões de construir ferrovias no norte goiano, não há nenhuma fonte que indique essa relação, e o governo de Goiás, como visto, nesse período, iniciava a construção dos trilhos, já que em Goiás, a ferrovia chegou tardiamente, apenas em 1909, no sul do estado. Geraldo Rocha foi diretor na empresa ferroviária, mas também foi o criador da *Companhia Sertaneja*, hoje *Companhia Agropastoril Sertaneja S/A*, que para Silva foi “precursora na região oeste em Projetos Pecuários e Agroindustriais”. A *Cia Sertaneja*, de Barreira, em 1919, construiu o prédio sede da empresa, em Barreiras²³¹, mesmo ano dos Barulhos. Tal empresa seria interessante para os planos de Wolney, e Abílio poderia ser importante nos planos da *Cia Sertaneja*, já que criava gado, e controlava o Duro, região próximo a Barreiras, que depois da construção da estrada, e a ponte sobre o rio de Janeiro²³², por Joaquim Wolney, pai de Abílio, possibilitou o aumento dos fluxos comerciais. Portanto Abílio Wolney vivo seria importante parceiro comercial da Cia Sertaneja.

O clã dos Caiado, segundo Freitas traz outra explicação para a tomada de posição da imprensa da capital federal. Ramos Caiado, acusa Leopoldo Bulhões de arquitetar a violência no Duro, após não conseguir “ser indicado pela comissão executiva do partido Democrata à vaga existente”²³³ [ao Senado]. “Bulhões instigara a

²³¹ FELIX. **Reabilitação traz novidades e prédio deve voltar a funcionar em 2016**. Revista A. Barreiras Ba (digital). Acesso 04 Jan 2045. Disponível <<http://www.revistaa.net/links/reabilitacao-traz-novidades-e-predio-deve-voltar-a-funcionar-em-2016/#.VKwj8tLF-PY>>

²³² PINHEIRO, Tenente João Paulo; PITTA, Ignez Almeida. **No Cerrado Entre o Malho e o Fuzil: O Exército Brasileiro no Oeste Baiano: Narrativa dos dados históricos do 4º Batalhão de Engenharia de Construção, 4º BEC, sua vinda para Barreiras e contribuição para o desenvolvimento do Oeste Baiano, implantando as estradas essenciais à sua integração**. Barreiras, 2012

²³³ FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. **Poder e Paixão: A saga dos Caiados**. Goiânia: Câne editoria, 2009. V.2.p.30

insubordinação e a violência em Boa Vista do Tocantins, assim como em Catalão, e ultimamente em São José do Duro, para provocar a “intervenção federal, pois contava com as simpatias do governo do Estado’ [de Goiás]”²³⁴.

Caiado, também argumentava sobre os Barulhos do Duro, pronunciando que a imprensa tinha sido comprada por Abílio Wolney, com “vultuosa quantia - quarenta contos de reis”²³⁵.

[...] Formar opinião contra o governo do estado [de Goiás] [...] esquecendo ou dispensando-se de verificar a realidade dos fatos [...] responsabilizavam o presidente [do estado, Alves de Castro], os políticos da minha terra, como os culpados pela morte dos parentes de Abílio Wolney, não lembrando que Abílio Wolney que havia assassinado mulheres e crianças: Abílio Wolney, que tinha um passado sinistro, negro como os mais negros, era a devastação, a ruína de toda aquela zona, que tinha levado à pobreza, à miséria, centenas de lares, tinha destruído dezenas de fazendas, tinha saqueado todos os bens, todas as propriedades dos seus adversários nos municípios de Conceição e São José do Duro²³⁶.

Seja como for, os Barulhos do duro iriam ecoar ainda em outros tempos e espaços, entre a memória e a história.

²³⁴ Galgando a encosta (V.1). Apud. FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. **Poder e Paixão: A saga dos Caiados**. Goiânia: Cãnone editorial, 2009. V.2.p.30

²³⁵ Anais da Câmara dos deputados, 1920, v.4, p.281. Apud. FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. **Poder e Paixão: A saga dos Caiados**. Goiânia: Cãnone editorial, 2009. V.2.p.30

²³⁶ Anais da Câmara dos deputados, 1920, v.4, p.281. Apud. FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. **Poder e Paixão: A saga dos Caiados**. Goiânia: Cãnone editorial, 2009. V.2.p.30

CAPITULO 3. *Os ecos dos Barulhos do Duro na literatura durense e suas apropriações.*

You Know what they say about hope. It breeds eternal misery. Sara Shepard

Um testamento oral, ideológico, sagrou as palavras de Abílio Wolney nos últimos anos da sua existência: “*que a família não desse crédito ao livro O Tronco, de Bernardo Elis Fleury Curado*”. A uma, porque mistificou os acontecimentos e sonhando as informações que o próprio Abílio forneceu-lhe no final dos anos 50, manuscritas em um pequeno bloco de cartas, onde fazia uma síntese dos acontecimentos de 1918/1919 e suas causas. A duas, porque ficou sabendo que a primeira esposa do jovem escritor era da família Caiado, e o seu livro seria, como foi, uma crônica deles mesmos e como tal uma patranha. (Abílio Wolney Aires Neto. No tribunal da história, p.11)

Nesse capítulo proponho abordar a literatura [as obras que usam a literatura para escrever a memória] do Tocantins sobre os Barulhos do Duro e suas apropriações pelo cinema (Filme *O Tronco*, 1999, dirigido por João Batista de Andrade).

A partir da *praxis* literária buscarei observar e identificar as lacunas historiográficas preenchidas pela memória e pela ficção. As interpretações sobre S. José do Duro são escassas²³⁷. No âmbito literário, entretanto, aquela produzida na região a memória social enunciada em romances históricos é significativa. Pelo viés da literatura, preenche as lacunas deixadas pela versão oficial de Goiás, que possibilitam outras apropriações do movimento [dos Barulhos], que por meio do romance dão notícias de outras vozes não vislumbradas nas versões oficiais dicotômicas, mas presas aos arranjos oligárquicos de um ou de outro lado.

As fontes literárias sobre a batalha/ Barulhos²³⁸ do Duro se popularizaram em Dianópolis TO. Recriam o ambiente da batalha, retomam as memórias nas lembranças

²³⁷ Apresentei algumas fontes, mas a maioria são referentes a 1919, quando ocorreu os Barulhos do Duro, antes e depois desse período, as fontes são bastante escassas, inclusive na literatura.

²³⁸ Literatura sobre os Barulhos do Duro:

AIRES, Voltaire Wolney. **Abílio Wolney: suas glórias suas dores..** (a saga de jagunços e coronéis). [S.l.: s.n., 1996]. 143p., 21 cm

. **Sertão Hostil**. Sin Daklto Editorial. 1991.

, **As raízes e os principais eventos que deram origem a Dianópolis**. Brasília: Dag Gráfica e Editorial Ltda, 1990

. **Mensagens e Poemas do Além**. São Paulo. Sin dato editorial. 1987

AYRES NETO, Abílio Wolney. **A chacina oficial**. 2. ed. Anápolis, GO: Kelps, 2012. 130p., il., 21cm. (Anápolis em letras, fatos e imagens. História). Bibliografia: p. 127-130. ISBN 9788581062044 (broch.).

No Tribunal da História. Anápolis. (digital) 2002. Disponível <<
<http://www.dnoto.com.br/Livros/no-tribunal-da-historia.html>>> Acesso. 20 Set.2014

O Duro e a Intervenção Federal. Anápolis. (digital) 2003. Disponível
www.dnoto.com.br/Livros/o-duro-e-a-intervencao-federal.html. Acesso. 20 Set.2014

MACEDO, Nertan. Abílio Wolney, um coronel da serra geral. Rio de Janeiro: ED Renes, 1980.

PÓVOA, Osvaldo Rodrigues Póvoa. Quinta-Feira Sangrenta – os Barulhos do Duro. Goiânia: Kelps, 1979.

da população que vivenciou o fato e dos seus descendentes que ouviram de seus familiares além dos monumentos que celebram a memória de Abílio Wolney e Joaquim Ayres Cavalcante Wolney²³⁹.

As famílias mais poderosas economicamente, durante a primeira república, no final do século XX (Osvaldo Póvoa²⁴⁰, Ayres Britos, neto de Abílio) e no início do século XXI Ayres Neto, (bisneto de Abílio), reconstroem os Barulhos, excluindo, omitindo, aumentando trechos, a partir da memória, das conversas com descendentes, dos arquivos de família.

Alves, em sua tese sociológica, sobre as versões os Barulhos, e os resquícios da batalha na memória da população, observa que a versão de Bernardo Élis é repudiada pela população da região, acusada de desconstruir ou deformar o personagem Abílio Wolney.

Bernardo Élis foi o primeiro a escrever sobre os Barulhos do Duro: *O Tronco* foi publicado em 1956 e se tornou uma referência importante com a qual, contra ou a favor, as demais obras dialogam: posteriormente vieram os autores durenses que responderam a Bernardo Élis. Em 1979, Osvaldo Póvoa, [As famílias Leal, Póvoa, Ayres e Wolney são unidas pelo matrimônio] publica a obra literária *Quinta-Feira Sangrenta*, que diferente da versão de Bernardo Élis por não caracterizar o personagem histórico Abílio Wolney como um coronel violento e traiçoeiro que usava da coerção para evitar investigações.

Póvoa, narra a violência de Abílio Wolney, ao invadir a delegacia, mas buscar em especial criticar a “velha” oligarquia detentora do poder de Goiás, na capital, que usou da força, da violência para “silenciar” os Wolney. Nessa narrativa, o autor expõe que busca a verdade, “Eis aí a visão do Senhor Bernardo Élis. Não é a mesma da verdade documental e fiel à história [...] A narrativa às vezes foge aos padrões [...] embora retrate fielmente o ocorrido, colocando no devido lugar [...] não dizendo "de

²³⁹ Em Dianópolis não há um museu específico sobre Abílio Wolney, mas o museu sobre as famílias mais importantes. Também há a Capelinha dos Nove, para lembrar da memória dos nove parentes de Abílio Wolney mortos no tronco que é reconhecida como patrimônio histórico do Estado do Tocantins, além da praça Cel Abílio Wolney, que contém o busto de Abílio Wolney e Joaquim Ayres Cavalcante Wolney. Fonte: DNO, Disponível em <http://www.dnoto.com.br/Noticias/capelinha-dos-nove-e-reconhecida-como-monumento-cultural-e-patrimonio-historico-do-tocantins.html>. Acesso 20 Set.2014

²⁴⁰ A família Póvoa possuiu o maior número de mortos na chacina, pois devido aos casamentos, uniões para aumentar o poder, as famílias Wolney e Póvoa eram unidas pelo matrimônio, as duas famílias mais poderosas financeiramente de S. José do Duro

menos nem de mais"²⁴¹. Essa versão condiz com a interpretação clássica do banditismo, porque Abílio Wolney, ao atacar a vila, usa da violência para limpar a honra da família, após o assassinato do pai, Joaquim Wolney, e nessa versão, Abílio busca de salvar os familiares presos no tronco, assim Wolney é considerado um mártir, um herói. Essa interpretação condiz com a teoria clássica do bandoleiro social, com exceção da origem do coronel, advinda do latifúndio, do coronelismo e não do campesinato.

[...] ao Coronel Joaquim Ayres Cavalcante Wolney e à antiga Vila de São José do Duro, hoje Dianópolis, minha amada terra, todos vítimas da incompreensão dos homens e do poder oficial, numa época em que a autoridade se fez marginal e desceu todo o peso do seu braço sobre esta terra e sobre estes homens, escrevendo uma das páginas mais negras de nossa História.

Quero também homenagear os jovens de minha terra, almejando que eles conheçam a história do seu berço que prosperou, cresceu e frutificou, vivificado pelo sangue generoso e mártir dos seus antepassados²⁴².

Em 1980, Nertan Macedo, único, além de Élis a não pertencer de famílias do antigo S. José do Duro, publica uma versão distinta da oficial de Goiás [Abílio Wolney, um coronel da serra geral]. Recentemente em 1996, e em 2002, respectivamente, Abílio Wolney Voltaire Aires, e Abílio Wolney Ayres Neto, netos de Abílio Wolney publicam versões que objetivaram fazer justiça com a memória e limpar o nome da família, como reação à versão d'*O Tronco*, recriada pelo cinema, através do filme [*O Tronco*] lançado em 1999.

As versões se diferenciam, em razão das características dos personagens; enquanto para Élis, o coletor Vicente Lemos (Sebastião Brito de Guimarães) é parente de Artur Melo, sendo descrito como um homem justo e honesto, que foi prejudicado pelo ciúme e vingança de seu primo, que o convenceu a permitir que amigos da família Melo (Wolney) passassem com o Gado pela fronteira da Bahia para Goiás, sem o pagamento de impostos. Nas obras produzidas pela família Wolney, Sebastião Brito de Guimarães é um homem com passado condenável.

“Sebastião tinha passado repreensível, chegara foragido de Conceição trazendo consigo uma carta de recomendação do irmão de D. Maria Jovita, em que relatava o fato deste ter deflorado sua sobrinha, e que estava sendo procurado de morte pela família ultrajada [...]”²⁴³.

²⁴¹ PÓVOA, Osvaldo Rodrigues Póvoa. **Quinta-Feira Sangrenta – os Barulhos do Duro**. Goiânia: Kelps. Apud. NETO, Abílio Wolney Aires. **No Tribunal da História**. 2002.p 41.

²⁴² PÓVOA, Osvaldo Rodrigues Póvoa. **Quinta-Feira Sangrenta – os Barulhos do Duro**. Goiânia: Kelps. Apud. NETO, Abílio Wolney Aires. **No Tribunal da História**. 2002.p 41.

²⁴³ AIRES NETO. Abílio W. O diário de Abílio Wolney. São Paulo: Sin Dato Editorial: Anápolis, 2002. Apud ALVES, Telma Antônia Rodrigues. **Tocantins: narrativas sobre o sertão**. 2009. 184 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Universidade Federal de Goiás: Goiânia, 2009, p.46.

Também em relação ao inventário, as versões diferem. Na versão dos Wolney, após a comissão chegar à Vila, o almoz juíz Calmon, promete terminar o inquérito se os Wolney devolvessem o inventário. Entretanto, o Juíz teria negligenciado sua palavra e atacado de surpresa a fazenda Buracão. Segundo essa versão, bem próxima daquela veiculada no jornal “A Epoca”, a família estava desprotegida, porque foi surpreendida durante a noite e quando Joaquim Wolney teria sido morto pela polícia.

A versão de Póvoa se assemelha à de Wolney, já que são todos parentes, com algumas passagens distintas, mas com a defesa incontestável da índole da família Wolney, retratada como “bandidos” por Bernardo Élis e pelo relatório do presidente.

São versões que destoam da de Bernardo Élis, tal qual a versão de Nertan Macedo²⁴⁴, amigo e admirador de Abílio Wolney, mas o único que não é da região de Dianópolis²⁴⁵, nem pertence aos laços familiares de Dianópolis²⁴⁶. Tais versões contribuem para uma nova versão oficial tocantinense sobre a batalha, mantida apenas no campo da memória. Esse revisionismo que se dá através de uma linguagem literária, coincide com os movimentos de separação de Tocantins. Após 1988, a necessidade de construção de uma versão oficial da constituição da nova comunidade política, a versão já difundida na região, adquire ares de história oficial.

Vale lembrar que, nas identificações regionais, o Tocantins se distingue de Goiás, se distingue culturalmente, no clima, no solo, e na geografia, e a versão que estava no imaginário da população, na memória, e na oralidade, e o território esquecido por Goiás representada nas fontes oficiais (relatório dos presidentes e a imprensa oficial).

As versões literárias desse processo evocam a batalha para reafirmar as diferenças com o “sul” goiano, sua pouca visibilidade, perante o Estado,

Um momento crítico desta versão é quando, em 1999, João Batista de Andrade, lança o filme *O Tronco*, baseado no romance de 1956, de Bernardo Élis. O filme apresenta em especial os capítulos III e IV da obra literária (capítulos que abordam a investigação da comissão e a chacina), com Ângelo Antônio como Vicente Lemos.

²⁴⁴ MACÊDO, Nertan. **Abílio Wolney**: um coronel na serra geral. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Renes, 1980.

²⁴⁵ Macedo é cearense, Capitão *Virgúlio Ferreira Lampião*; *Memorial de Vilanova*; *Aspectos do Congresso Brasileiro* entre outras obras.

²⁴⁶ ALVES, Telma Antônia Rodrigues. **Tocantins**: narrativas sobre o sertão. 2009. 184 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Universidade Federal de Goiás: Goiânia, 2009, p.43.

Antônio Fagundes como o Juiz Carvalho, Chico Diaz como Catulino, Letícia Sabatella como Anastácia, e Rolando Boldrin como Pedro Melo.

Sujeito real (1919)	Personagem do Tronco (1956)	Intérprete/Personagem do Filme (1999)
Cel. Abílio Wolney	Artur Melo	Henrique Rovira
Cel. Joaquim Aires Cavalcante Wolney	Pedro Melo	Rolando Boldrin/ André Pimenta (Pedro Melo Jovem)
Coletor	Coletor Vicente lemos	Ângelo Antônio/
Juiz municipal Manoel Almeida	Juiz municipal Valério Ferreira	Não aparece no filme.
Juiz Celso Calmon Nogueira da Gama	Juiz Carvalho	Antônio Fagundes
Eugênio Jardim	Eugênio Jardim	Guilherme Reis
Antônio Caboclo	Caboclo	Breno Moroni
Joaquina Fernandes (Sogra Abílio Wolney)	Benedita	Não aparece no filme
Ana Custódia (Irmã Abílio Wolney)	Anastácia	Letícia Sabatella.
Maria Jovita (Esposa Cel Joaquim)	Aninha	Cida Moreira/ Wanessa Peixoto (Aninha Jovem)

Tabela 3. Quadro dos personagens do livro de Élis, e seus respectivos atores no filme de 1999, e os personagens históricos.

Ainda durante as gravações, houve manifestações na imprensa, devido à filmagem baseada na versão de Élis, em especial, em Dianópolis.

O cineasta João Batista de Andrade levará para o cinema a estória narrada no livro “O Tronco” do escritor Bernardo Élis. [...] O filme sublimará a Oligarquia Caiado, que fez o que quis nos idos de 1918/1919, e relegará o ex-deputado Abílio Wolney, no livro com o codinome Arthur de Melo, à condição de contraventor da ordem legal vigente à época dos fatos. E prenderá nove patriarcas e os matará no tronco sob o designativo genérico de Coronéis. O problema de Bernardo Élis com o ex-deputado Wolney era pessoal e familiar. Élis era um comunista convicto e Abílio fora o tenente-coronel da guarda nacional, patente que recebeu do governo federal por combate à Coluna Prestes, anticomunista. Recebendo a produção do filme em nossa casa, Irany Wolney e Voltaire Wolney ponderaram na tentativa de encaminhar a direção da equipe de filmagem a uma focalização real dos acontecimentos. Diversos autores escreveram a história de Dianópolis e a puseram na boca do mundo como uma patriazinha de intelectuais e gente de fibra e coragem. Entretanto, o cinema preferiu “O Tronco”, do escritor Bernardo Elis, obra inverídica.[...]. Para prevenir responsabilidades, prover a conservação e ressalva de seus direitos e manifestar sua intenção de mover a ação competente contra João Batista de Andrade, Henrique Rovira, Rolando Boldrin e o espólio de Bernardo Élis, fazem por esta forma a sua notificação, via imprensa, e que os notificados sejam avisados de que estarão sob a responsabilidade dos danos morais que causarem à família WOLNEY e aos mortos no tronco com a filmagem, bem como avisados para que façam constar ressalvas de que os fatos aconteceram realmente em São José do

Duro, em Dianópolis, e que o modelo dos personagens bem como a estrutura da cidade cenográfica são uma réplica do povo e da antiga Vila do Duro”²⁴⁷.

Os durenses reivindicam o espaço da memória disputando com a literatura. Entretanto, sua relação com Calíope não é de desconsiderá-la por que seja ficção, mas por considerá-la importante como meio para difundir a memória social. Tratam as obras literárias, as memórias, como história oficial, verdadeira. Esses textos durenses, portanto, não buscam se configurar como literários, ou biográfico, mas como historiográficos com todas as implicações epistemológicas de uma história-verdade. Ayres Wolney, como Osvaldo Póvoa, nas resenhas das obras, e nos comentários sobre a história de Dianópolis são intitulados historiadores, ou seja, comunicam aos leitores que a literatura esboçada nas obras é distante da ficção e próximo à história e a memória, assemelhando aos memorialistas. Nesse sentido, Clio é vista pelo viés, não dá interpretação de fatos ou versões, ela mesma eivada de subjetividade, mas o registro legítimo da própria verdade dos fatos²⁴⁸ dos Barulhos do Duro.

Após a crítica, instauram processo crime contra a honra do morto. Criticam o filme, assim como o romance, *O Tronco*, porque estes retratam a família Wolney, como culpada pela instauração da comissão. Rebatem tais versões defendendo que a história real é aquela que está na memória social de Dianópolis, traduzida e transcrita através das obras produzidas pela família (obras que buscam distância da ficção e aproximação do fato histórico). Repudiam a versão romaneada de Bernardo Élis, pois defendem que Abílio Wolney, (no Romance Artur Melo) foi inocente durante os Barulhos do Duro, juntado aos jagunços de Abílio de Araújo, apenas após a morte de seu pai. A crítica acusa os Caiados como responsáveis pelo incidente.

²⁴⁷. NETO, Abílio Wolney Aires. **No Tribunal da História**. 2002.p.23-25. Apud. NETO, Abílio Wolney Aires. *Jornal Opção*, Goiânia, 10 Maio 1998

²⁴⁸Abílio Wolney Aires Neto e Voltaire Wolney Aires são advogados. O primeiro é juiz da comarca de Anápolis GO e Osvaldo Rodrigues Póvoa é bacharel em Matemática e Letras com habilitação em Inglês, além de cronista. Ambos são membros da Academia de Letras do Estado do Tocantins, e nas resenhas de suas obras são apresentados como historiadores (senão de fato, de direito). DNO.<<http://www.dnoto.com.br/Noticias/dianopolis-ganha-bustos-de-cel-wolney-e-dep-abilio-wolney.html>>. Acesso 11 Jan 2015; DNO <<http://www.dno.com.br/historia.htm>>. Acesso 11 Jan 2015
DNO <<http://www.dno.com.br/osvaldo.htm>>. Acesso 11 Jan 2015; DNO <<http://www.dno.com.br/voltaire.htm>>. Acesso 11 Jan 2015.

Em relação a Bernardo Élis, militante do Partido Comunista Brasileiro, tais críticas associam o literato a uma perseguição a Abílio Wolney, por ter aquele, em seu tempo de coronel, perseguido *A Coluna Prestes*.

Para a composição d'*O Tronco*, Elis ouviu os depoimentos de Sebastião Brito, coletor, primo e inimigo dos Wolney, que no filme, e no romance é tratado como homem valente, disposto a enfrentar os Melos: o protagonista.

A crítica busca desconstruir não apenas a versão romanceada, mas a própria imagem de Bernardo Élis, e do filme, lançado em 1999. Nesta disputa, a intenção é construir uma nova memória sobre os Barulhos, contraposta à versão oficial de Goiás. A produção do filme passa a ser compreendida como um tribunal da história a marcar a versão definitiva dos fatos.

[...] Principais informante dos fatos a Bernardo Elis, as pessoas de Sebastião de Brito Guimarães, o Escrivão da Expedição Guilherme Ferreira Coelho, “soldados” do Governo e políticos adversários, arrematando que o escritor não havia pisado os pés no Duro para ver, ouvir e sentir de perto a realidade dos acontecimentos [No período da publicação d'*O Tronco*, Elis vivia em Goiânia]. [...] o material que havia chegado às mãos de João Batista, como os livros do prof. Osvaldo Póvoa e de Voltaire Wolney, com os quais a equipe de filmagem conversou? E o livro do carioca Nertan Macedo [Macedo nasceu no Ceará e faleceu no Rio de Janeiro, segundo a ex-professora de literatura. Marly Vasconcelos da UFC, e membro da cadeira de número 7 da academia cearense de letras, em substituição ao falecimento de Macedo], de Zoroastro Artiaga e tantos outros? De que valeram os depoimentos que colheram de pessoas em Dianópolis sobre a verdade dos fatos? Aliás, quando da passagem da sua equipe pelo antigo Duro, deixava-nos um aceno de esperança de que teríamos um filme história e não ficção, quiçá ambientado em Dianópolis, com os seus horizontes belos e o palco dos fatos na praça Cel. Wolney, antigo largo da Vila, onde está o Casarão, o lote vago do Sobrado (ideal para a reconstrução de uma réplica, como o fez depois na cidade cenográfica) e outras construções da época. Enfim, debalde os esforços de todos que os empreenderam²⁴⁹.

Lembrando Hayden White²⁵⁰, um acontecimento, um fato é construído por historiadores com distintas versões, pois os historiadores farejam as fontes, os fatos, e constroem a sua narrativa. Na construção historiográfica, assim como a literária a história é construída por mitos históricos, que Clio recupera ou descobre com as fontes. Nesse sentido, o elemento da subjetividade, das posições sociais, políticas, teóricas do historiador, a estrutura da análise das fontes, e as próprias fontes interferem na construção da narrativa historiográfica. Deste modo, o evento, um fato, pode ser narrado por diferentes perspectivas. Assim como a literatura, tanto a de Élis, como a durense,

²⁴⁹ NETO, Abílio Wolney Aires. **No Tribunal da História**, 2002.p.22.

²⁵⁰ WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a Crítica da cultura*. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto. 2º ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994

que busca se distanciar do caráter ficcional, são antes de tudo, narrativas com discursos distintos, mas que não estão despidas de uma significação política incontestável.

Nesse sentido, interessante notar que o romance *O Tronco* é cobrado pelo ônus de ocultar a “verdade histórica” sobre os Barulhos do Duro. Numa visada rápida, a considerar a instituição literária como capaz de suspender a realidade, não faria muito sentido, já que o romance é uma obra sem compromissos com a “história”. Entretanto, para os durenses, as fronteiras entre o romance de Élis e a “realidade” dos Barulhos não parecem bem delimitadas. A própria distinção entre autor-narrador, autor-obra se torna problemática quando Élis é acusado de possuir problemas pessoais com Abílio Wolney. Portanto à primeira vista o romance *O Tronco* não é observado como uma obra ficcional, senão pelo seu compromisso em distorcer a história para desconstruir a imagem de Abílio Wolney. “[...] O Tronco e não vi, como na primeira vez, nenhum heroísmo atribuído a Abílio Wolney. Ao contrário, fiquei convencido mesmo de que nenhuma qualidade humana, pelo menos, emergia daquela literatura em prol do personagem”²⁵¹.

Se, por um lado, tal crítica aponta para uma concepção de história oficial que merece cuidados, por outro, comporta uma acusação séria à composição da obra de Bernardo Élis: Seria ela má literatura, na medida em que seu potencial de suspender a realidade dita empírica foi colocada em questão? Se Bernardo Élis não utilizou o nome dos Wolney porque não pretendia fazer tal associação com sujeitos reais, pretendeu fazer ficção, sem compromisso com os fatos, disputando as versões, teria ele fracassado também neste intento?

[...] [Élis]soubera da estada de Abílio Wolney em meados dos anos 50 numa pensão, próxima ao Liceu de Goiânia, e foi ao seu encontro. Ao chegar, disse que estava escrevendo um livro sobre os fatos de São José do Duro, mas o Cel. Abílio negou-se a falar no assunto, ao argumento de que mexeria com muita gente o relembrar e escrever aqueles fatos. Todavia, numa manhã daqueles dias enxergou da sacada de sua residência um homem de baixa estatura, calvo, andando rápido pela sua Rua. Parecia com Abílio Wolney, que errava procurando a casa do escritor, o que o fez sair imediatamente e o interpelou.

-O Sr. não é o Cel. Abílio Wolney?

-Sim!

Eu sou o Bernardo, falei com o senhor outro dia!

-Ah! Eu estava procurando você mesmo. Olha, aqui está um breve resumo do ocorrido! E entregou-lhe o bloco, daqueles que eram usados para se escrever cartas, todo anotado, onde inclusive narrou o modo como escapou da morte

²⁵¹ NETO, Abílio Wolney Aires. **No Tribunal da História**, 2002, p.14

na fuga da tulha de farinha na Fazenda Buracão, e em linhas gerais escrevia sobre o martírio dos Nove na presilha de madeira do tronco.

[...] Perguntei-lhe se Abílio Wolney era herói ou bandido, ante o enredo do seu livro. Bondosamente, o escritor levantou-se, foi a um cômodo interior de sua casa e trouxe-me uma coleção de suas obras, intitulada “*Alma de Goiás*”, a qual me dedicou como resposta à minha pergunta, consignando no seu Volume I: ‘*Ao jovem Abílio Wolney Neto, portador do nome do seu avô, o herói de São José do Duro, a oferta cordial de Bernardo Élis. Goiânia, 03.09.91*’.

[...]Nos despedimos e eu muito o agradei o ter-me recebido. Na saída, indaguei-lhe a razão de não ter retratado o pano de fundo político que culminou nos Barulhos. Bondoso e sincero ponderou-me que não pretendia retratar ninguém, como observou na sua explicação no início da obra. Ademais sua primeira mulher era aparentada da família Caiado e os depoimentos que colheu trouxeram-lhe uma realidade tão pungente, que no final preferiu reescrever *O Tronco* sob a forma ficcional²⁵².

Mas afinal, por que o livro de Bernardo Élis incomoda tanto? Não seria ele um romance, uma peça de ficção justamente para que não lhe cobrassem o ônus da verdade histórica? Ainda assim, não teria sido o suficiente. E aqui já transcendemos os fatos específicos e acenamos para questões teórico-metodológicas mais amplas: Faria sentido cobrar da literatura algo que ela não tem o compromisso de fornecer? Ou estas fronteiras não são tão delimitadas quanto nos fazem crer à primeira vista?

²⁵² NETO, Abílio Wolney Aires. **No Tribunal da História**, 2002, p.12-14

Considerações Finais.

A proposta inicial desse estudo era analisar as complexas relações entre a literatura e a história, a partir do romance, *O Tronco*, de Bernardo Élis. Entretanto no decorrer da pesquisa a análise se estendeu à estrutura do poder político em São José do Duro. As temáticas não são incompatíveis, pois o romance carrega o tom na crítica as velhas oligarquias de Goiás, e do Brasil.

O artista, o escritor, o pintor são sujeitos, que usam a arte para criar outras dimensões do real, sem compromisso com a realidade, porém “Thomas Mann reconhece que ‘em toda arte está contido um elemento crítico, indispensável a toda produtividade disciplinadora’”²⁵³.

A literatura como ficção não se compromete com a verdade histórica, mas Mann provoca os leitores expressando que o artista não é um articulador político, embora produza metáforas com elementos críticos, observadas na sociedade “real”. Partindo dessa respectiva, as intrínsecas relações entre Clio e Calíope, ocorrem não apenas nos elementos fora do texto, mas na própria metáfora, ou nas palavras de Mann, o elemento crítico cifrado na dimensão ficcional.

Bernardo Élis, como literato/artista, utiliza do fato histórico *os Barulhos do Duro*, para construir um romance que se propõe a suspender a relação direta com os fatos sem compromisso com a “verdade” histórica²⁵⁴. Contudo, o autor²⁵⁵ como sujeito histórico de um período, filtra e fixa imagens do passado, ou presente e cifra no texto, assim o artista é um observador crítico, mas com o fardo de transformar o real em

²⁵³ MANN, Thomas. “O artista e a sociedade”. In *Ensaio*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1988, p.30. Apud MUSSI, Daniela. *Política e Literatura nos Quaderni del Carcere*. In: VI Colóquio Internacional Marx Engels, 2009, Campinas- SP. 6º Colóquio Internacional Marx Engels, 2009, p.7.

²⁵⁴ Derrida destaca que a literatura usa da história, do passado, para produzir a ficção, produzindo por meio do ficcional, realidades distintas do passado histórico, nessa perspectiva, Bernardo Élis, no romance *O Tronco* não poderia ser acusado de ter escrito “má literatura”? Isso porque Élis parece desrespeitar a característica do texto ficcional ao não utilizar metáforas para disfarçar a sua crítica a Abílio Wolney, ou os descendentes de Abílio Wolney não teriam compreendido a instituição literária, ao acusarem Élis de “alterar” a história, como artifício para criticar a memória de Abílio Wolney? Teriam eles desrespeitado a realidade ficcional construída por Élis? Nos termos de Derrida, “há um tipo de historicidade paradoxal na experiência da escrita.[...] Em sua experiência de escrita como tal, senão numa atividade de pesquisa, o autor não pode deixar de estar envolvido, interessado, inquieto com relação ao passado, seja da literatura, da história ou da filosofia da cultura geral [...]p.83-84 [Enquanto a instituição Literatura] é uma instituição que consiste em transgredir e transformar, portanto em produzir sua lei constitucional; ou, melhor dizendo em produzir formas discursivas, “obras e acontecimentos”, nos quais a própria possibilidade de uma constituição fundamental se encontra, no mínimo “ficcionalmente [...] produzindo acontecimentos cuja ‘realidade’ ou duração nunca é assegurada [...] DERRIDA, Jacques. *Essa estranha instituição chamada literatura: Uma entrevista com Jacques Derrida*. Trad: Marileide Dias Esqueda. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014, p. 113-114.

²⁵⁵ Autor é o criador do romance, Bernardo Élis era um autor, uma pessoa física, enquanto o narrador, e os outros personagens de uma ficção são controlados pelo autor, que só existe no texto, MATTA, Eduarda da; HARMUCH, Rosana Apolonia. *Entre ditos de maneta e visionária: as múltiplas faces de um mesmo narrador*. Labirintos (UEFS), v. 7, 2010.

ficção, apenas as imagens do passado. Na interpretação de Maurice Merleau-Ponty sobre a pintura de Cézanne. “[O artista] *fixa e filtra* o ‘movimento espontâneo pelo qual as deformações da realidade se amontoam umas sobre as outras na percepção e *tendem* para a perspectiva geométrica”²⁵⁶.

Portanto, o romance, *O Tronco*, é um emaranhado de percepções e críticas. História e literatura possuem ênfases distintas, a literatura constrói um mundo artístico, estético, porém também há elementos de crítica, ou de fixações do real, enquanto a história é a interpretação por distintas fontes de uma percepção do passado ou/e do presente. Assim são ramos distintos, mas com elementos em comum que aproximam Clio e Calíope, no momento que a história volta seus estudos para a literatura, respeitando o viés artístico, a dimensão ficcional, mas também buscando analisar os elementos de fixação, as metáforas construídas por meio do possível ocorrido, (re)montado na ficção.

Assim, *Os Barulhos do Duro*, no romance de Élis é um fato artístico, mas com críticas sociais, cifradas na linguagem, que toma como ponte de partida um acontecimento “real”

Os descendentes dos Wolney, entretanto interpretam que o romance de Élis não realizou a passagem entre o literal e o metafórico, na medida em que encaram o romance como uma crítica para “sujar” o nome da família. Crítica essa que começa a ser respondida no momento da separação de Tocantins, não parece ser por acaso que a primeira obra contestatória da versão romanceada de Bernardo Élis, seja do final da década de 1970²⁵⁷

Bernardo Élis, como o intelectual orgânico, mobiliza a população a partir da literatura, das críticas cifradas, me parecem não serem voltadas exclusivamente aos Wolney, mas a todo o sistema dito coronelista, pois também são direcionadas aos Caiados e à velha política goiana.

Interessante notar, entretanto que apenas os Wolney se levantam contra a suposta falta com a verdade de Bernardo Élis.

²⁵⁶. MERLEAU-PONTY, Maurice. “A dúvida de Cézanne”. In *O olho e o espírito*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004, p.129. Apud. MUSSI, Daniela. *Política e Literatura nos Quaderni del Carcere*. In: VI Colóquio Internacional Marx Engels, 2009, Campinas- SP. 6º Colóquio Internacional Marx Engels, 2009, p.7.

²⁵⁷ PÓVOA, Osvaldo Rodrigues Póvoa. *Quinta-Feira Sangrenta – os Barulhos do Duro*. Goiânia: Kelps

Mas como como uma obra literária poderia se comprometer tanto com um fato histórico? Noutros termos, como estabelecer os ténues limites entre ficção e verdade, eis uma das grandes questões entre Clio E Calíope?

Rerreferencias:

Fontes.

ÉLIS, Bernardo. **O Tronco** -10. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

AYRES NETO, Abílio Wolney **No Tribunal da História**. Anápolis. (digital) 2002. Disponível << <http://www.dnoto.com.br/Livros/no-tribunal-da-historia.html>>> Acesso. 20 Set 2014

_____ **O Duro e a Intervenção Federal**. Anápolis. (digital) 2003. Disponível www.dnoto.com.br/Livros/o-duro-e-a-intervencao-federal.html. Acesso. 20 Set 2014

Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros - 1891 a 1929: Mensagem enviado ao congresso legislativo do Estado de Goyaz, pelo presidente do Estado. Goiáz, 1919, p.52. Acesso 20 Set 2014. Disponível: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720399&PagFis=790>

Jornais:

Correio Oficial de Goyaz.

A Noite

A Época

Bibliografia.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Discurso de Posse de Evandro Lins e Silva. Disponível em << <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=502&sid=91>>> Acesso 31 Jan. 2015.

Academia Brasileira de Letras. **BERNARDO ÉLIS Biografia**. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=354&sid=90>>. Acesso em: 20 out. 2014

ALMEIDA, Cristiane Roque de. **História e sociedade em Bernardo Élis: uma abordagem sociológica de O Tronco**. 2003. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Goiânia: Universidade Federal

de Goiás, 2003,p. 127. Disponível em: <https://pos-sociologia.cienciassociais.ufg.br/up/109/o/Cristiane_Roque_Almeida.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2015.

AMORIM, Eron Meneses de. **Morrinhos: coronelismo e modernização**. 1998..Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1998. Disponível em: <https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/AMORIM__Eron_Meneses_de._1998.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2014.

Antônio Filho da Silva. Poder Político versus Poder Privado: Coronelismo na Primeira Metade do Século XX no Tocantins. In. GIRALDIN. O. (org.). A (trans)formação histórica do Tocantins. Goiânia: Ed. UFG, 2º. Ed.2004

BARBOSA, Marialva História cultural da imprensa: Brasil (1900-2000). 1. ed. Rio de Janeiro: Mauadx, 2007.

BRASIL. *Constituição* (1891). **Constituição da república dos estados unidos do Brasil**: promulgada em 24 de fevereiro de 1891.

BORGES, Thaís Cristina Modest; GONÇALVES, Ana Maria. **A instrução elementar na revista a informação Goyana (1917/1935)**. In: VI Conpeex, Goiânia. VI Conpeex, 2009.

CAMPOS, Itami. O Coronelismo em Goiás.

CAMPOS, Itami. DUARTE, Arédio Teixeira. **O Legislativo em Goiás: História e Legislaturas**. Goiânia : Assembleia Legislativa de Goiás, 1996. V.1 p.30

CANDIDO, Antonio. **A Educação pela Noite e outros ensaios**. São Paulo; Ática, 1989p Burke, Peter. A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989. Trad Nilo Odália. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.p.69

CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual**. Dados [online]. 1997, vol.40, n.2 ISSN 0011-5258. Disponível em:: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>>. Acesso 12 Set 2014.

CAMPOS, Francisco Itami. **Coronelismo em Goiás**. Goiânia: EdUFG, 1987

CAMPOS, Francisco Itami ; DUARTE, Arédio Teixeira.**O Legislativo em Goiás**. Livro I: História e Legislaturas. 2.^a edição. 2.^a. ed. Goiânia, GO: Editora Assembleia, 2011, p. 46.

CASTANHEIRA, Karla Alves de Araújo França. **A Construção do sertão e os processos identitários: aproximações teóricas**. In: III Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade, 2012, Campinas - SP. III SIDIS - Dilemas e Desafios na contemporaneidade, 2012..

CERTAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Universitária Forense, 1982

CHARTIER, Roger. **A história hoje: dúvidas, desafios, propostas**. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 7, nº 13, 1994.

CHAUL, Nasr Fayad. **Caminhos de Goiás: da construção da “Decadência” aos limites da modernidade**. Goiânia : Ed. da UFG, 1997, p.143. LISBOA,

_____. **Catalão e a República do Trem de Ferro**. Revista UFG, v. 11, 2011.

_____. **Dossiê cidades planejadas na hinterlândia: Goiânia: a capital do sertão**. Goiânia: Ufg, jun. 2009. Disponível em: <http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/junho2009/goiania.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2013.

DERRIDA, Jacques. **Essa estranha instituição chamada literatura: Uma entrevista com Jacques Derrida**. Trad: Marileide Dias Esqueda. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.

DICIONÁRIO Michaelis. São Paulo: Melhoramento, 2008. Disponível em: <www.uol.com.br/michaelis>. Acesso em: 01 Jan. 2014.

DOLES, Dalísia Martins. **Aspetos econômicos e sociais do coronelismo em Goiás**. ICHL, UFG, Caderno de Pesquisa. 1977.

ÉLIS, Bernardo et al. **A vida são as sobras**. In: FREDERICO, Enid Yatsuda; LEÃO, Flávia Carneiro (Orgs). Remate de Males: dossiê Bernardo Elis. Campinas: Departamento de Teoria Literária – UNICAMP, 1997.

FALCON, Francisco. **História e Poder**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FARIA, Zênia.de . **Aspectos da recepção crítica da obra de Bernardo Elis**. Signótica Revista do Mestro Em Letras, CEGRAF/UFG:Goiânia, v. 01, p. 155-170, 1988

FELIX. **Reabilitação traz novidades e prédio deve voltar a funcionar em 2016**. Revista A. Barreiras Ba (digital). Acesso 04 Jan 2045. Disponível <http://www.revistaa.net/links/reabilitacao-traz-novidades-e-predio-deve-voltar-a-funcionar-em-2016/#.VKwj8tLF-PY>

FERRERAS, Norberto Osvaldo . **Bandoleiros, cangaceiros e matreiros. História** (São Paulo), São Paulo, v. 22, n.2, 2003.

FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. **Poder e Paixão: A saga dos Caiados**. Goiânia: Cãnone editorial, 2009. V.2

FONSECA, Maria Lúcia. **Coronelismo e mandonismo local - Morrinhos (1889/1930)**. 1997. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1997.p.11 Disponível em: <https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/FONSECA__Maria_L_cia._1997.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2014.

HANSEN, J. A. **Debate com CHARTIER, Roger**. História e literatura. Topoi. Rio de Janeiro, n. 1, 2000

HOBBSAWM, Eric. **Bandidos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975. p.8.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Vamos compreender o Brasil** / IBGE. – 4. ed. - Rio de Janeiro : IBGE, 2005

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Trad: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

LISBOA, Andreia Silva. **A historiografia da decadência**. Caderno de resumos & Anais do 2º. Seminário Nacional de História da Historiografia. A dinâmica do historicismo: tradições historiográficas modernas. Ouro Preto: EdUFOP, 2008. (ISBN: 978-85-288-0057-9),

MATTA, Eduarda da. ; HARMUCH, Rosana Apolonia . **Entre ditos de maneta e visionária: as múltiplas faces de um mesmo narrador**. Labirintos (UEFS), v. 7, p. 1-17, 2010.

MEDEIROS, Euclides Antunes de . Representações de Atraso e Violência Acerca dos Sertões e dos Sertanejos na Região dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins no século XIX. In: XXVII Simpósio Nacional de História, 2013, Natal-RN. Anais XXVII Simpósio Nacional de História, 2013.

MUSSI, Daniela. **Política e Literatura nos Quaderni del Carcere**. In: VI Colóquio Internacional Marx Engels, 2009, Campinas- SP. 6º Colóquio Internacional Marx Engels, 2009,

NEPOMUCENO, Maria de Araújo . **A revista "Oeste": seus intelectuais, a organização da cultura e modernidade em Goiás (1942-1944)**. In: V Congresso Brasileiro de história da Educação, 2008, Aracaju. O ensino e a pesquisa em História da

Educação. Aracaju: UFSE; UNIT, 2008. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/838.pdf> . Acesso 27 Dez 2014.

OLIVEIRA, Paulo Roberto de. **Entre rios e trilhos As possibilidades de integração econômica de Goiás na Primeira República**. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Franca: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2007, p.97. Disponível em: <<http://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/pauloroberto.pdf>>. Acesso em: 25 dez. 2014.

PAIXÃO, Frederico Oliveira da ; SILVA, Riemann Costa . **A formação histórica do território goiano e a política coronelística**. Estudos . v. 40, , 2013.

PAULA, Gabriel de. **Bernardo Élis: de Corumbá de Goiás ao mar**. 2014. 131 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014. Disponível em: <[http://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/3554/5/Dissertacao Gabriel de Paula - 2014.pdf](http://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/3554/5/Dissertacao%20Gabriel%20de%20Paula%20-%202014.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2014.

PINHEIRO, Tenente João Paulo; PITTA, Ignez Almeida. **No Cerrado Entre o Malho e o Fuzil: O Exército Brasileiro no Oeste Baiano: Narrativa dos dados históricos do 4º Batalhão de Engenharia de Construção, 4º BEC, sua vinda para Barreiras e contribuição para o desenvolvimento do Oeste Baiano, implantando as estradas essenciais à sua integração**. Barreiras, 2012

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e literatura: uma velha nova história**. Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Debates, 2006. [online]. Disponível em 28 Novembro 2014. URL: <http://nuevomundo.revues.org/1560>. Acesso em 19 de janeiro 2012

QUERIOZ, Maria Isabel. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Alfa-ômega, 1976.

RIHGB. **Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil**. Rio de Janeiro, 1 Trimestre de 1862.

SANT'ANNA DE MORAES, Maria Augusta. **História de uma oligarquia: os Bulhões**. Goiânia: Oriente 1978.

SANTIAGO, Julliana Ramos. **Introdução à região de Barreiras: uma abordagem espaço-temporal**. 2008. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Faculdade de Economia, Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2008. 86 f. Disponível em:

<[https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/9470/1/TCC JULIANA RAMOS SANTIAGO.pdf](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/9470/1/TCC%20JULLIANA%20RAMOS%20SANTIAGO.pdf)>. Acesso em: 01 jan. 2015.

VICENTINI, Albertina. **O Sertão e a Literatura**. *Revista sociedade e cultura*. Goiânia: Editora UFG. 1998, p.50

SILVA, Celia Nonata da. DIAS, Renato. **Justiça privada e Banditismo: estudo sobre as formas de acomodação de poder no Brasil Setecentista**. *Revista Crítica Histórica*, v. 03, 2011.

VIEIRA NETO, Henrique José. O Tronco: obra literária de Bernardo Élis (1956), filmica de João Batista de Andrade (1999) e as conexões possíveis entre cinema, literatura e história. 2010. 197 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010. Disponível em: <<http://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/1385/1/TroncoObraLiteraria.pdf>>.

Acesso em: 27 dez. 2014.

TEIXEIRA, Átila Silva Arruda. **Do projeto ao romance: uma análise de O tronco, de Bernardo Élis**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Área de concentração: Estudos Literários, Departamento de Letras e Linguística, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010, p.30. Disponível em: <[http://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tde/2391/1/Dissertacao Atila Silva Arruda Teixeira.pdf](http://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tde/2391/1/Dissertacao%20Atila%20Silva%20Arruda%20Teixeira.pdf)>. Acesso em: 01 jan. 2014.